

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Bruno de Souza Pereira

**A TRIBUNA PAULISTA E A IMIGRAÇÃO
(1835-1888)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob orientação da Professora Doutora Miriam Dolhnikoff.

Versão corrigida

São Paulo, 2022



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

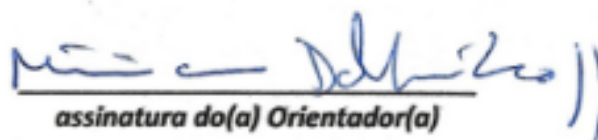
Nome do (a) aluno (a): Bruno de Souza Pereira

Data da defesa: 18/08/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Miriam Dolhnikoff

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 11/10/2022


assinatura do(a) Orientador(a)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P436t Pereira, Bruno
 A tribuna paulista e a imigração (1835-1888) /
 Bruno Pereira; orientadora Miriam Dolhnikoff - São
 Paulo, 2022.
 147 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de História. Área de
 concentração: História Social.

 1. História. 2. Imigração. 3. Escravidão. 4.
 Política. I. Dolhnikoff, Miriam , orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao meu pai, Mauro Pereira (in memorian), com todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

Quando tive certeza de que minha vocação era o ofício do historiador, estava onde grande parte da documentação usada para este trabalho está guardada, no Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Cerca de um ano depois de ingressar no curso de História pela Universidade de São Paulo, iniciei um estágio na Alesp e lá me deparei com alguns documentos que serviriam para um trabalho da disciplina História da Alimentação. Depois de ler um ofício enviado ao presidente da província de São Paulo pelo chefe de polícia da cidade de Campinas sobre o forte aumento dos crimes de escravos contra seus senhores, me senti num estado de plenitude e satisfação. O bichinho da História tinha terminado seu trabalho: eu estava contaminado.

Foi lá também que ouvi de uma pessoa muito querida a frase “você tem perfil de historiador”, palavras da gestora do acervo, Mônica Cristina Araújo Lima Horta, a quem agradeço grandemente o apoio, às horas de aulas de história fora do ambiente acadêmico e ao suporte de pesquisa. Mesmo depois dos dois anos de estágio, sempre me senti em casa e bem recebido no acervo. A pesquisa também seria outra se não fossem Dainis Karepovs, Silmara Lauar, Airton Paschoa e Roseli Bittar que me transmitiram saberes valiosíssimos dos quais, talvez, nem a experiência e os anos de prática em pesquisa poderiam ser suficientes para que eu pudesse adquiri-los.

Também agradeço ao apoio incondicional da minha família que desde o início teve a certeza de que a História e a docência eram os caminhos que eu deveria seguir. Minha mãe Laura, minhas irmãs Gabrielle e Beatriz e minha companheira Laíza, não sei se alguma parte da minha vida seria possível sem vocês.

À minha orientadora Miriam Dolhnikoff que me acolheu desde a primeira reunião, ainda sobre um projeto inicial de pesquisa científica na graduação, também agradeço imensamente. Obrigado, Miriam, pelas aulas, por seus textos, correções e tempo. Você é a prova de que vale a pena estudar história. Estendo os agradecimentos à minha banca que, gentilmente, aceitou avaliar esse trabalho o qual dediquei alguns anos de vida.

RESUMO

O trabalho propõe uma análise dos debates na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo entre os anos 1835 e 1888 a fim de contribuir para a compreensão da política de imigração levada a cabo pela província nesse período. O objetivo é estudar a forma de atuação do parlamento paulista ao decidir sobre políticas voltadas para obtenção de mão-de-obra para as fazendas de café. O método utilizado é o exame dos discursos legislativos durante o período citado, assim como do repertório de leis provinciais sobre a imigração e sobre a formulação de estratégias para obtenção de formas alternativas de trabalho. Além disso, a análise da imprensa da época se mostrou crucial para entendimento do funcionamento e ação dos partidos Liberal e Conservador.

ABSTRACT

This paper proposes an analysis of the speeches in the Legislative Assembly Provincial of São Paulo between the years of 1880 and 1888 in order to contribute to the understanding of the immigration policy pursued by the province during this period. The objective is to study the way that São Paulo's Parliament operated when deciding on policies of specific interest as in the case of the implementation of free work at the slavery. The method that will be used is the analysis of legislative speeches during the period, as well as the repertoire of provincial laws on immigration and the transition from slave labor to free labor. In addition, the analysis of the press proved to be crucial for understanding the functioning and action of the Liberal and Conservative parties.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Centralização ou autonomia: centro e províncias no pós-Independência	8
A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo	21
SÃO PAULO, A IMIGRAÇÃO E A ASSEMBLEIA PROVINCIAL	26
As tentativas pioneiras	26
Agasalho, pão e trabalho	32
Perturbações na colônia e a derrocada dos Vergueiro	51
Os trabalhadores livres nacionais	55
A DÉCADA DE 1860 E O IMPASSE DA MÃO DE OBRA EM SÃO PAULO	61
O silêncio ensurdecedor	64
Ecos emancipadores e abalos conservadores	88
O CENTRO, AS PROVÍNCIAS E OS “DANOS” À LAVOURA	93
Um paulista, um lavrador e um roceiro	103
Os últimos monarquistas: a questão da imigração e o Partido Republicano	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
BIBLIOGRAFIA	141

INTRODUÇÃO

I. Centralização ou autonomia: centro e províncias no pós-Independência

Concretizada a independência do Brasil, teve início o processo de construção do Estado nacional. Parte da historiografia sobre o tema tem como um dos eixos analíticos compreender como esse processo integrou a América portuguesa em um só país com capital no Rio de Janeiro.

A forma de inserção das diversas partes da antiga colônia na nova nação, do ponto de vista institucional, constitui um item, entre outros, de importância para o debate e de especial interesse para este trabalho, uma vez que seu foco é a atuação do governo de São Paulo no enfrentamento do problema sobre a adoção de formas alternativas de trabalho diante das transformações que se operavam a partir da discussão sobre a continuidade do tráfico negreiro e, depois, da própria escravidão. Entre os autores que se tornaram referência na discussão sobre a construção do Estado nacional está Sérgio Buarque de Holanda, que defende que a vitória de um governo centralizado no Rio de Janeiro foi resultado da capacidade de uma elite articulada em torno do aparato da Corte de se impor por todo o território. Para esse estudo, o projeto de D. Pedro I foi interrompido em 1831 com a abdicação, mas a centralização foi vitoriosa a partir da década de 1840 sob a direção do movimento conservador conhecido como “Regresso”. Ou seja, nessa perspectiva o centralismo venceu o regionalismo¹.

Maria Odila da Silva Dias também considera a integração das diversas províncias uma imposição da Corte do Rio. A centralização do poder foi conseguida a duras penas e graças a uma consciência propriamente nacional, a vontade de se constituir como nação civilizada nos trópicos, mesmo com a escravidão e instituindo um Estado unitário. Para a autora, foi de especial importância para a adesão das províncias ao governo centralizado o desejo da manutenção da ordem escravista².

José Murilo de Carvalho atribui à homogeneidade da elite política a construção de um governo civil estável e unitário. Assim, o comprometimento com questões nacionais dessas elites recrutadas entre os setores dominantes da sociedade materializava a submissão dos grupos provinciais³. Segundo o autor, durante o Império reproduziu-se internamente características da política metropolitana de centralização e homogeneização das elites, que

¹HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Tomo II – Vol. 3: O processo de emancipação. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Pág. 20.

²SILVA DIAS, Maria Odila da. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005 Pág. 17

³CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Pág. 21.

assentadas em novas bases teriam habilidades para organizar o poder e diminuir conflitos intra-elite⁴. Mesmo assim, a nacionalização das elites após a independência para manutenção da ordem e da unidade, deu margem às tendências regionais que se fizeram sentir durante todo o Império. José Murilo destaca que “mesmo após o fim do período de rebeliões e após a consolidação do sistema centralizado, a rivalidade provincial e regional permanece como dado constante da política imperial”⁵.

Para Ilmar Mattos, o aparelho centralizador de uma monarquia era o caminho mais eficaz para evitar revoluções e apresentava a melhor possibilidade de alcançar os ideais máximos da ilustração em voga na época. Para Mattos, após a independência foi constituída uma classe senhorial que assumiu a direção do Estado, com a hegemonia dos cafeicultores do Vale do Paraíba. A partir do Regresso, esta hegemonia se viabilizou pela vitória do projeto de governo centralizado no Rio de Janeiro⁶.

Em outra vertente, Miriam Dolhnikoff defende que a unidade da América portuguesa em um só país foi resultado da implementação de um arranjo federalista, a partir do Ato Adicional de 1834, que predominou durante toda a monarquia. Segundo ela, “o projeto federalista, tal qual foi concebido por parte da elite brasileira na primeira metade do século XIX, não morreu em 1824, tampouco em 1840”⁷. A historiadora aponta que o projeto federalista saiu vencedor, em meio de muita negociação política e concessões.

O projeto federalista brasileiro, segundo a autora, começou a ser colocado efetivamente em prática a partir de 1831, com as reformas liberais implementadas após a abdicação de d. Pedro I, entre elas, o Ato Adicional de 1834. Quando em 1840, os conservadores decidem por uma interpretação do documento, eles não questionavam o arranjo federativo. O que houve foram correções em pontos que consideravam problemáticos, ou seja, não se tratava de retomar a política centralizada, mas sim tornar a política liberal viável⁸.

Os liberais defendiam a monarquia constitucional na qual o parlamento deveria ser um espaço de reivindicação dos seus interesses. Assim, a criação de Assembleias Legislativas Provinciais seria o caminho para garantir que os grupos regionais assumissem a direção político-institucional de cada província. Além disso, as elites provinciais tinham bancadas na Câmara dos Deputados, aumentando então sua capacidade de articulação em torno de determinados interesses no âmbito nacional.

⁴Ibidem. Pág. 115.

⁵Ibidem. Pág. 133.

⁶MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo de Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987. Pág. 83.

⁷DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. Globo: São Paulo, 2005, pág. 14.

⁸Idem, pág. 129.

Dolhnikoff argumenta que o regionalismo no Império adquiriu uma nova feição, diferente do período anterior. Os proprietários rurais, a partir de então, teriam que recorrer a uma instância provincial, que mesmo autônoma, estava vinculada ao poder central⁹. Para ela, o resultado foi o fortalecimento das elites provinciais no aparato estatal, que passaram a gozar de autonomia tributária e legislativa para formular políticas sobre determinados temas. A defesa das franquias provinciais estava, ademais, atrelada à tarefa de estruturação do Estado nacional.

Marcello Basile critica esta interpretação. Segundo ele, Dolhnikoff minimiza os diversos mecanismos centralizadores inseridos pelos conservadores que passaram a limitar os poderes provinciais, principalmente após a Lei de Interpretação do Ato Adicional. Ele defende que a divisão institucional de competências entre centro e províncias, a existência de certa autonomia provincial e a participação das elites provinciais no jogo político através da representação parlamentar não justificam a afirmação de que foi vitorioso o projeto federalista. Basile postula que se tratava de um balanço nas atribuições, nos espaços de autonomia e nos poderes, balanço esse que pendia mais para o lado do governo central¹⁰.

Carlos Eduardo França, em estudo sobre as elites paulista e mineira e sua ascensão no segundo quartel do século XIX, defende que longe de constituir uma imposição da Corte no Rio de Janeiro em meio à consolidação do Estado em volta da figura de d. Pedro I, a formação das elites provinciais resultou da “complexa equação em que o engajamento dos segmentos locais foi fundamental”. Ao elucidar o papel dos Conselhos da Presidência e dos Conselhos Gerais de Província, que respectivamente, deram contornos dos Executivos e Legislativos locais o autor observa que tais estruturas, cada um à sua maneira, encetaram um movimento contínuo de aperfeiçoamento da infraestrutura provincial, estrutura essa, defende França, que seria herdada e remodelada pelas Assembleias Legislativas Provinciais¹¹.

Estas interpretações têm seu foco no período de construção do Estado nacional, na primeira metade do século XIX. Mas, elas propõem formas distintas de compreender o aparato institucional que prevaleceu ao longo da monarquia brasileira. Mesmo para a década de 1880, quando, para muitos historiadores, a monarquia estava em crise, no que diz respeito

⁹Ibidem, pág. 154.

¹⁰BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (eds) *Coleção: O Brasil Imperial*, vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Pág. 114-115 (Nota 92)

¹¹FRANÇA, Carlos Eduardo. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. Pág. 385

à inserção institucional das províncias prevalecia o arcabouço montado na primeira metade do século.

Em que pese a controvérsia, este trabalho procurou testar a hipótese de que a solução imigrantista adotada em São Paulo para substituir o trabalho escravo foi possível porque o governo paulista beneficiou-se dos recursos tributários e da autonomia legislativa, obtidos a partir do Ato Adicional, associados à expansão cafeeira na província. Em outras palavras, foi graças à autonomia obtida após 1835 que a província de São Paulo passou a procurar soluções próprias para o problema da mão de obra, assunto que esteve na agenda legislativa não só nos anos finais do regime escravista, mas desde a primeira metade do XIX.

II. O Café e o Imigrante

A ascensão econômica paulista tem início a partir de meados de 1750, quando a produção de açúcar se instala no território. O que antes era uma capitania voltada para a economia de subsistência e articulada somente ao mercado interno passa a exportar açúcar em quantidades consideráveis¹², principalmente após a construção da estrada que ligava o planalto ao porto de Santos que facilitou o escoamento da produção. Segundo Luiz Aranha Corrêa do Lago, em estudo extenso sobre a economia do Brasil com foco na transição do trabalho escravo para o livre, ao final da segunda década do século XIX, a produção de açúcar tinha grande importância para São Paulo, assim como a produção de café¹³. Mesmo assim, o açúcar não fez de São Paulo uma potência econômica, papel reservado ao café alguns anos mais tarde. Em várias localidades, contudo, a produção de açúcar não foi abandonada e continuou concomitantemente com a do café.

Conforme Emília Viotti da Costa explica, um conjunto de fatores proporcionou ao Centro-Sul do Brasil, no século XIX, o desenvolvimento da cafeicultura: as condições de clima e de solo, temperatura sem oscilações excessivas, pluviosidade bem distribuída durante todo o ano e a grande demanda do produto por parte dos países europeus e dos EUA¹⁴.

Entre 1830 e 1870, a produção de café esteve centrada no Vale do Rio Paraíba do Sul ao norte e oeste do Rio de Janeiro, estendendo-se rumo a sudoeste, em direção à província de

¹²Sobre a produção do açúcar em São Paulo ver: PETRONE, Maria Thereza. O desprezado “ciclo do açúcar paulista (1765-1850)”. In: Nilo Odalia, João Ricardo de Castro Caldeira (orgs) *História do Estado de São Paulo/A Formação da Unidade Paulista*. Editora Unesp, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial: São Paulo, 2010.

¹³LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *Da escravidão ao trabalho livre. Brasil 1550-1900*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, pág 150.

¹⁴COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998, pág. 63

São Paulo. Neste momento o Vale do Paraíba torna-se a principal região de produção cafeeira do Império, usando predominantemente a mão-de-obra escrava¹⁵.

A expansão em direção ao Oeste Paulista¹⁶ não ocorre de maneira homogênea, e, segundo Paula Beiguelman, são abundantes as evidências de uma discrepância do Oeste (área nova) em relação aos modelos de produção das fazendas mais antigas, na segunda metade do XIX¹⁷. A autora afirma que o Oeste desenvolveu tendências alternativas ao modelo essencialmente escravista de trabalho. Tendo iniciado sua expansão após a extinção do tráfico de escravos, a lavoura do Oeste passou a empregar trabalhadores livres nacionais e colonos europeus, ao lado dos escravos.

Nos primeiros decênios do século XIX, ainda parte do império português, na América articulou-se três frentes de provimento da imigração: primeiro, as autoridades procuravam consolidar o povoamento de regiões militarmente vulneráveis ou ameaçadas por tribos indígenas ou por quilombos. Segundo, era necessária a introdução de trabalhadores para as obras públicas, que se tornavam cada vez mais importantes. Terceiro, a imigração passa a ser estimulada a partir do momento em que a Coroa Portuguesa se compromete a reduzir o tráfico de escravos. Luiz Felipe de Alencastro, explica que tanto o setor agrícola, quanto o setor urbano apresentam-se como partes interessadas na política de imigração. No entanto, enquanto perdura o tráfico de escravos, a política de imigração permaneceu, a seu ver, ilusória. Esse quadro se inverteu a partir de 1850 quando a questão da imigração se torna alvo de debates no Parlamento onde se dá o enfrentamento de correntes que encaravam de maneira radicalmente distinta a ação do Estado e a política agrária e de imigração. De um lado os fazendeiros estavam mais preocupados com a mão-de-obra e o futuro da lavoura, do outro a elite política brasileira reserva atenção ao futuro social e cultural da nação, priorizando embranquecer e civilizar a população¹⁸.

A Lei de 20 de outubro de 1823¹⁹ de matéria Imperial deu nova forma aos governos provinciais e autorizou os presidentes das províncias a promoverem a colonização de territórios sob sua responsabilidade por estrangeiros. Essa foi a primeira medida oficial do

¹⁵HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café*. Paz e Terra: São Paulo, 1984. Pág. 22

¹⁶Essa pesquisa adotará a nomenclatura proposta por Paula Beiguelman, para distinguir as áreas de plantio de café em São Paulo. Com o Oeste a o Vale do Paraíba, configuram-se na província, três áreas socioeconômicas, uma vez que o Oeste se entende por duas áreas: o Oeste Antigo (com centro em Campinas) e o Oeste Novo (com centro em Ribeirão Preto).

¹⁷BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. Brasiliense: São Paulo, 1982. Pág. 26

¹⁸ALENCASTRO, L. Felipe. *Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872*. Novos estudos CEBRAP 21, 1988. Págs. 30-32

¹⁹Lei Imperial de 20 de outubro de 1823. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/antioresa1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html> Acesso em 25 de outubro de 2016.

Estado brasileiro referente à imigração e sua regulamentação²⁰. Em 1835, ano da instauração das Assembleias Legislativas Provinciais, a Lei de orçamento da Província de São Paulo destinou parte da receita para provimento à imigração²¹.

A partir da década de 1840 as iniciativas para trazer imigrantes às fazendas foram materializadas pelos próprios fazendeiros, com as colônias de parceria. Mesmo assim, entre as décadas de 1830 e 1870, os esforços efetivos para a consolidação do trabalho livre fracassaram e, devem ser observados conjuntamente com as políticas levadas a cabo para continuidade do regime escravista. Como salienta Paula Beiguelman, as primeiras tentativas vinham principalmente dos cafeicultores do Oeste. O modelo de atração de trabalhadores livres colocado em prática significava uma espécie de escravidão por dívidas, referentes aos gastos como a passagem e o sustento nos primeiros anos. Em meio a péssimas condições de trabalho e afogados em despesas, os estrangeiros, principalmente alemães e suíços não só fugiam como promoviam revoltas, sendo a mais famosa a que ocorreu na fazenda de Ibicaba, propriedade do Senador Vergueiro, em 1856²².

Conforme a cafeicultura se desenvolvia, aumentava o contraste entre o Sul e o Norte do Império; com as medidas fracassadas para exportação de mão-de-obra, era necessário abastecer de escravos o Sul, e as províncias do Norte ofereciam um enorme contingente, estabelecendo-se o chamado tráfico interprovincial, após a proibição definitiva do tráfico de africanos em 1850.

Em estudo de fôlego sobre o tráfico interno de cativos – seja intra ou interprovincial –, José Flávio da Motta percorre o intervalo de 1861 a 1887 em localidades paulistas no Vale do Paraíba, no Oeste Velho e no Oeste Novo. Embora ressalte a importância do café para a província de São Paulo, destaca que apenas no começo da República ela se converteu na principal exportadora do produto – até então, a predominância ficava com o Rio de Janeiro²³. No intervalo de tempo entre o início da produção de café na província paulista e o momento em que São Paulo supera o Rio de Janeiro em relação ao volume de exportação desse produto, muito se dependeu dos escravos – e, após 1850, do tráfico interno de cativos. Motta assinala que sempre houve tráfico interno, mas este se intensificou bastante após a proibição do tráfico negreiro.

²⁰Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração/Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi [et al.] – São Paulo: Editora UNESP, 2008.

²¹Lei Provincial nº 17, de 11 de abril de 1835. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei-17-11.04.1835.html>> Acesso em 25 de outubro de 2016.

²²BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. Op. cit. Pág. 26

²³MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além – o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012. pág. 23.

Após o recenseamento de 1872, constatou-se que 2/3 de todos os 1,5 milhão de escravos do Brasil se encontravam no Centro-Sul do país²⁴. Essa alta concentração criou posições conflitantes nos fazendeiros da região: por um lado, a cultura do café necessitava cada vez de mais braços para seu desenvolvimento; por outro, havia a possibilidade cada vez maior do fim da escravidão, visto que eram cada vez mais aceitas as ideias abolicionistas, além do fato de que estava acontecendo um esvaziamento de escravos fora do Centro-Sul. Com esse debate ao fundo, surgiu, em 1878, um projeto da assembleia provincial que estabelecia um imposto para cada cativo que chegasse à província. Embora aprovado, elites rurais, especialmente o Clube da Lavoura de Campinas, ofereceram resistência à implementação da lei. Três anos depois, no entanto, em 15 de janeiro de 1881, a lei entra em vigor, dessa vez sob aprovação do Clube da Lavoura de Campinas, dificultando o tráfico interprovincial de cativos ao impor pesadas tarifas de importação. Sua proibição de fato veio em 1885, com a Lei Saraiva-Cotegipe²⁵.

Um dos motivos do impedimento do tráfico interprovincial é apontado por Célia Maria Marinho de Azevedo, que assinala a preocupação, diante da grande concentração escrava nas províncias do Sul, com o aumento no número de revoltas e crimes. “Para muitos deles o crescimento destes eventos sangrentos estava relacionado à vinda massiva de negros do norte do país, a maioria ‘maus’ e ‘criminosos’ e por isso mesmo vendido por seus proprietários”²⁶.

A pesada taxaço ao tráfico interno procurava, de certa forma, equilibrar a população, de modo que não houvesse uma predominância absoluta de cativos. Para além dessa dimensão, destaca-se ainda que a tributação faz parte de uma tentativa de sobrevida à instituição da escravidão. Se Sul e Norte continuassem com escravos, seria mais fácil unir as duas partes em prol de um objetivo comum. Com escravos em ambas as regiões, haveria um interesse comum; segundo Robert Conrad “a legislação proposta tinha por intenção deter esse tráfico para fortalecer o compromisso dos fazendeiros do norte, que estava sendo corroído tão rapidamente, para com o sistema escravocrata”²⁷.

A expectativa do fim do tráfico, na década de 1840, levou alguns fazendeiros paulistas a buscar imigrantes para no futuro substituírem o trabalho escravo. As primeiras iniciativas para trazer imigrantes às fazendas, com as colônias de parceria, foram desenvolvidas por Vergueiro e Monte-Negro. O Senador Vergueiro recebeu um empréstimo do Governo

²⁴MELLO, Evaldo Cabral de apud MOTTA, José Flávio, *Escravos daqui, dali e de mais além*. op. cit., pág. 69.

²⁵Ibidem, pág. 69-70.

²⁶AZEVEDO, Célia Maria Marinho de apud MOTTA, José Flávio, Ibidem, pág. 82.

²⁷CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil – 1850-1888*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 209

Provincial para pagar o transporte dos imigrantes²⁸, e, contratados na Europa, os colonos eram trazidos para as fazendas de café com sua viagem e transporte pagos. Essas despesas, no entanto, eram um adiantamento feito ao colono pelo proprietário que cobrava juros sobre o valor. Merece destaque também, o segundo caso com o emprego de portugueses na fazenda Nova Louzã, como explica Holanda, mesmo tendo escolhido seus empregados entre camponeses e indivíduos de “boa conduta”, o sistema teve êxito, mas não muitos imitadores²⁹.

Essas experiências com o trabalho livre foram objeto de estudo da dissertação de mestrado de Carolina Lima Souza. A análise das relações entre proprietários e colonos estrangeiros através de ações judiciais foi elucidada por Souza ao escrever sobre a realidade vivida pelos primeiros imigrantes que desembarcaram no Brasil, a partir da lei e do direito, muito diferente com o que ocorria com a escravidão no período³⁰. A partir dos relatórios sobre o estado das colônias, relatos de fazendeiros, os anais do legislativo paulista e relatórios de ministros do Império e dos presidentes da província, Souza concluiu que as primeiras experiências com o trabalho livre geraram processos judiciais importantes para a análise do tema porque delinearam as formas nas quais processos futuros seriam resolvidos. Além disso, o estudo dos processos permitiu entender que as regras nas quais deveriam se pautar as relações entre proprietários e imigrantes nem sempre eram aceitas e seguidas. Destarte, salienta como suas indagações puderam abrir caminhos para novos estudos sobre processos judiciais e para o entendimento das queixas dos proprietários e colonos com relação à produtividade, controle e castigos, temas tão presentes na bibliografia e nos relatos da época.

Ainda sobre as primeiras tentativas de importação de mão-de-obra, vale ressaltar, a vinda de chineses que se divide em dois períodos com objetivos e destinos diferentes, como destaca Maria José Elias. O primeiro em 1810 quando o governo Imperial contratou o Conde Linhares para trazer imigrantes para atuarem na implantação das culturas de chá e o segundo, em meados do XIX, contratados para o trabalho na lavoura e como uma alternativa de trabalho semi-escravo; nas duas oportunidades os chineses desembarcaram no Rio de Janeiro³¹. Na província de São Paulo, os fazendeiros cogitaram trazer chineses principalmente para região de Campinas, em condições de semi-servilidade e em substituição a escravos

²⁸UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. *Nem Brás, nem flores: Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886)*. São Paulo, 2013. Dissertação de Mestrado em História – FFLCH-USP, pág. 32

²⁹HOLANDA, Sérgio Buarque. Prefácio do tradutor. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. Edusp & Itatiaia, 1980, 1980, pág. 42-43

³⁰SOUZA, Carolina Lima. *As primeiras experiências com o trabalho livre imigrante em Campinas no século XIX*. Dissertação de mestrado apresentada a IFCH-Unicamp, Campinas, 2008, pág. 111.

³¹ELIAS, Maria José. *Os debates sobre o trabalho dos chins e o problema da mão de obra no Brasil durante o século XIX*. São Paulo, 1972. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH, USP, pág. 60.

negros³². Segundo Emília Viotti da Costa, os *coolies*, como eram chamados, sofreram preconceitos dos fazendeiros. Na assembleia legislativa o assunto foi muito discutido e chegou a ser cogitada a entrada de mil chineses para as plantações, contudo, os deputados acabaram desistindo da empreitada³³. Para Victor Hugo Luna Peres, apesar de não constituir uma corrente de imigração, as propostas para importação de “chins” movimentaram um debate a respeito da conveniência ou não desta população em solo nacional³⁴. Segundo ele, as atitudes sociais frente aos chineses eram muitas vezes hostis, imputando-lhes estereótipos negativos. A introdução desses trabalhadores, apesar de pretensamente ser proposta como uma medida transitória para a criação de um mercado de trabalho livre, na prática, representaria para a classe de proprietários a possibilidade de continuidade de um sistema de trabalho compulsório, um recurso viável no momento específico em que se impunha o fim da escravidão africana³⁵.

O número de entradas de estrangeiros no país para o trabalho na lavoura só deu sinais de crescimento a partir da década de 1870. Ainda assim, segundo Robert Conrad, o sistemático suprimento de braços escravos, obtidos principalmente por meio do tráfico interprovincial, continuou em larga escala. É importante lembrar, que as medidas abolicionistas, como a Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, sofreram forte oposição não só dos fazendeiros do Vale do Paraíba, mas também do Oeste.

Robert Conrad também afirmou que o parlamento brasileiro temia uma guerra civil no Brasil, a exemplo dos EUA nos anos 1860³⁶. Nesse sentido, as políticas gradualistas para o fim da escravidão deram margem de tempo para a organização da substituição dos braços na lavoura. Para Conrad, mesmo com as políticas dos cafeicultores do Oeste para substituição dos escravos, o Sul do país era predominantemente escravista, ao contrário do Norte³⁷.

Paula Beiguelman afirma que só com a abertura de uma terceira zona cafeeira, mais a Oeste e com centro em Ribeirão Preto, há mudança qualitativa na situação. A lavoura mais nova começou a se desenvolver após a lei de 1871 e foi organizada com base no trabalho imigrante. Beiguelman e Conrad ajudam a compreender que apesar do Sul ser predominantemente escravista, o Oeste Novo e o Oeste Velho de São Paulo seguiram um

³²BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: Aspectos políticos*. 3ª Ed. São Paulo: Edusp, 2005, pág. 12

³³COSTA, Emília Viotti. *A Abolição*. 8ª edição, São Paulo: Editora UNESP, 2008

³⁴PERES, Victor Hugo Luna. *Os “chins” nas sociedades tropicais de plantação?: estudo das propostas de importação de trabalhadores chineses sob contrato e suas experiências de trabalho e vida no Brasil (1814-1878)*. Dissertação de mestrado em História apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, pág. 18.

³⁵Idem, pág. 162

³⁶CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil – 1850-1888*. Op. cit.

³⁷Atual nordeste.

caminho comum, ao apostar na imigração. Contudo, as duas regiões usaram o trabalho escravo até a abolição para que a lavoura com base no trabalho de imigrantes pudesse ser consolidada. O Oeste Paulista mais antigo continuava a completar seu quadro de trabalho com escravos, obtidos pelo tráfico interprovincial, enquanto o setor mais novo desistia de abastecer-se por essa via³⁸.

Emília Viotti da Costa³⁹ explica que os cafeicultores reagiram diferentemente nas distintas áreas de plantio do café a respeito da agitação nas fazendas, no bojo do movimento abolicionista, e do iminente fim da escravidão. Os fazendeiros das áreas em expansão haviam encontrado a resposta na imigração. Para a historiadora, por volta de 1880 os senhores de escravos já estavam convencidos de que a escravidão estava com os dias contados, mesmo assim, não teriam procurado alternativas para o trabalho escravo se não estivessem ante múltiplas pressões. Além disso, se tivessem mais confiança nas possibilidades de sobrevivência da escravidão ou não tivessem encontrado alternativas, teriam lutado para manter a instituição. O que ocorreu foi “o resultado de um processo de longa duração que envolveu mudanças estruturais, situações conjunturais e uma sucessão de episódios que culminaram na Lei Áurea⁴⁰”.

Para os fazendeiros do Vale do Paraíba, o término do regime escravista foi um duro golpe. A peça central desse raciocínio é a contraposição do Oeste Paulista, à área de cafeicultura mais antiga, o Vale do Paraíba, pela presença de características no primeiro como: estímulos a investimentos no setor não-agrário, urbanização, menor compromisso com a escravidão etc⁴¹.

Thomas Hollaway afirma que quando a era da escravidão avançou de maneira inevitável para o fim na década de 1880, os fazendeiros de São Paulo foram forçados a buscar uma solução para a crise da mão de obra que eles pensavam se seguiria à abolição. Antes da libertação total dos escravos, encontraram uma solução para o problema, que não só facilitou a transição, mas também tornou possível a enorme expansão que se viu nas décadas seguintes da lavoura cafeeira⁴².

Michael Hall e Verena Stolcke consideram que a imigração em massa subvencionada pelo governo e a constituição de um mercado de trabalho livre resolveram as dificuldades enfrentadas pelos fazendeiros em relação ao imigrante. Na ausência de um mercado de

³⁸BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: Aspectos políticos*. Op. cit., pág. 14

³⁹COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999, pág. 362

⁴⁰COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 5. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010, pág. 29

⁴¹BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: Aspectos políticos*. Op. cit pág. 13

⁴²HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café*. Op. cit., pág. 60.

trabalho livre organizado, os proprietários não tinham meios para impor uma disciplina de trabalho aos imigrantes ao mesmo tempo em que estes tinham suas expectativas frustradas, em função das dívidas e os baixos ganhos, resultando em um desempenho cada vez mais insatisfatório aos olhos dos fazendeiros. Houve um conflito de expectativas entre fazendeiros e imigrantes. Apenas com o financiamento do governo é que foi possível criar mecanismos para impor uma disciplina do trabalho, ao mesmo tempo em que livrava os imigrantes das dívidas tornando mais efetivos os estímulos para que fossem produtivos. Segundo os autores, na década de 1880 quando a abolição se tornou claramente inevitável uma solução tinha que ser encontrada e foi o aumento do poder decisório dos fazendeiros frente ao governo provincial, para conseguir impor o financiamento público da imigração. O governo provincial inundou a província com imigrantes subvencionados e em 1886, já tinha encontrado um meio efetivo de financiar integralmente a imigração. Assim, a política imigratória não só permitiu aos fazendeiros abolir a escravidão sem muitos problemas, como também, aumentar a produção cafeeira⁴³.

Vários estudos recentes nos ajudam a compreender melhor o pacto estabelecido entre as elites provinciais e o governo da província de São Paulo, para o provimento de mão-de-obra estrangeira. Thiago de Novaes França se propõe a mostrar as razões pelas quais a maior parte da elite paulistana optou em fazer investimentos altíssimos na busca de imigrantes ao invés de investir essa soma em recursos nacionais. Segundo ele, a degradação da mão-de-obra e a relação escravista imposta criou uma ojeriza ao trabalho nas fazendas, resultando das diversas situações em que o trabalhador livre era tratado como escravo, a baixa remuneração e ao tratamento degradante e violento, o que reflete a inexistência de experiência do fazendeiro em lidar com o trabalho assalariado⁴⁴. O autor também destaca que a falta de braços nas fazendas e a iminente abolição da escravidão foram permanentemente usadas como argumento para o projeto de imigração subsidiada pelo governo, uma vez que, o conceito criado pelos fazendeiros sobre o trabalhador nacional e a preocupação das elites na formação do povo e cultura brasileiros também foram fatores importantes⁴⁵.

O trabalho de Jonas Marçal de Queiroz procurou elucidar as relações entre empregadores, escravos e trabalhadores livres existentes nas províncias do Pará e São Paulo, relação, segundo ele, importante para compreender a opção pela imigração europeia, que não

⁴³HALL, Michael e STOCKLE, Verena. *A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo*. In Revista Brasileira de História. São Paulo, 1983, pág.106-107

⁴⁴FRANÇA, Thiago de Novaes. *A substituição da mão-de-obra escrava e a opção pela Grande Imigração no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Economia apresentado à PUC-SP, São Paulo, 2008, pág. 28

⁴⁵Idem, pág. 91.

se destinava apenas a garantir a sobrevivência da grande propriedade ou a continuidade da produção agrícola, mas principalmente o status quo dos grupos dominantes⁴⁶.

O debate sobre a reorganização do mercado de trabalho nas províncias do Pará e São Paulo nos ajudou a compreender um pouco mais as relações entre o Governo Imperial e as elites regionais. A partir de meados do século XIX, quando as pressões contra o tráfico negreiro e contra a própria escravidão passaram a sinalizar a proximidade da extinção do trabalho compulsório, tal necessidade se tornou premente: negociação entre os grupos dirigentes e aqueles envolvidos na exploração agrícola. A adoção de políticas públicas no sentido de buscar alternativas de suprimento de braços e canalizar os braços disponíveis para as principais atividades econômicas se transformou numa espécie de moeda de troca entre o Governo Imperial e as elites regionais⁴⁷.

Base de sustentação da imigração subvencionada, merece destaque o papel da Sociedade Promotora da Imigração a partir de 1886. Ivison Poletto dos Santos estudou como os interesses privados se tornaram públicos graças ao grau de inserção dos fazendeiros no governo. A sociedade conseguiu fundos, apoio e condições para que as principais aspirações da elite cafeicultora fossem atendidas no que diz respeito à oferta de mão-de-obra e sua proximidade com o poder público a transformou em uma espécie de agência oficial de imigração. Para Paulo Cesar Gonçalves, o financiamento promovido pelo Estado era essencial na criação de um grande fluxo para atender a demanda de café e parte fundamental do projeto paulista foi a Sociedade Promotora, instrumento que permitiu a execução do programa imigratório e que não serviu apenas aos interesses dos cafeicultores, mas também funcionou como canal de transferência de dinheiro público para companhias de navegação e agências contratadas para introduzir imigrantes⁴⁸.

Outro estudo importante sobre os desdobramentos das transformações advindas da lavoura cafeeira e do tráfico de cativos é o livro de Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein⁴⁹. Os autores destacam que São Paulo empregava a maioria dos escravos residentes na província na lavoura cafeeira, ao contrário do Norte e áreas do sul do Brasil que conjugaram muito bem o trabalho escravo e livre⁵⁰. Além disso, Luna e Klein defendem que a partir da Lei de Terras de 1850, na vigência da escravidão, o trabalho era o item principal da produção de riqueza social, ou seja, os escravos compunham a maior parcela da riqueza senhorial.

⁴⁶QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. Tese de doutorado apresentada à FFLCH/USP, São Paulo, 2005, pág 227

⁴⁷Ibidem, pág 228.

⁴⁸GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração européia para o Novo Mundo*. Tese de doutoramento apresentada à FFLCH/USP, 2008, pág. 436.

⁴⁹LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, 400p.

⁵⁰Idem, pág 100.

Para a autora Lúcia Osório Silva⁵¹, a Lei de Terras estava vinculada ao processo de consolidação do Estado nacional e era um ato complementar a outras legislações do governo Imperial. A terra nessa nova legislação tornava-se mercadoria e seria capaz de substituir o escravo em futuras operações de crédito. O reconhecimento da propriedade da terra teria dado condições da classe de proprietários se constituir de fato e de direito, já que possibilitou a transformação de terrenos públicos ocupados em grandes propriedades privadas e manteve a propriedade de terra isenta de imposto territorial. A Lei de Terras também estabeleceu regras para importação de estrangeiros: os que porventura comprassem terras e se estabelecessem seriam naturalizados, o governo poderia importar um certo número de colonos para o trabalho agrícola, e ainda, parte do produto da venda de terras devolutas seria aplicado na imigração. Para a autora, contudo, a lei só aumentou o caos no campo, tendo em vista que o governo não conseguiu restringir a expansão dos proprietários rurais no alargamento das fazendas.

Em outra vertente, o estudo recente do historiador Rafael de Bivar Marquese analisou conjuntamente os conceitos de escravidão, capitalismo e economia cafeeira no Brasil do XIX⁵². Segundo ele, os cafezais do Vale do Paraíba representaram o principal esteio do Império do Brasil e promoveram uma profunda transformação no mercado mundial, uma vez que, ainda em 1830 o Brasil passou a dominar a produção mundial de café⁵³. Sendo assim, o recurso do tráfico interno de escravos para expansão das lavouras nas zonas pioneiras se tornou crucial após a década de 1850. A confluência entre a alta de preços internacionais e a chegada das ferrovias também trouxe um impulso renovado para a expansão da cafeicultura brasileira⁵⁴.

As tentativas de um caminho alternativo para recomposição da força de trabalho e distinto da aquisição de escravos, segundo Marquese, foram testados principalmente por alguns fazendeiros na fronteira do “Oeste Velho” e, a despeito do fracasso como alternativa viável à escravidão, o sistema de parceria com o concurso de trabalho migrante europeu acabaria produzindo um acúmulo de experiências que dariam origem, no correr da década de 1870, a um novo modelo de engajamento de trabalho livre não assalariado, tema explorado por Michael Hall e Verena Stockle⁵⁵. Para ele o que levou os cafeicultores a se voltarem para a

⁵¹SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

⁵²MARQUESE, Rafael de Bivar. *Capitalismo, Escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX*. Saeculum – Revista de História [29]; João Pessoa, jul./dez. 2013.

⁵³Idem, pág. 294

⁵⁴Idem, pág. 305

⁵⁵Idem, pág. 302

imigração em larga escala foram os conflitos sociais e políticos após 1886, e não um projeto prévio, supostamente mais atinado à racionalidade capitalista moderna⁵⁶.

Os debates dos parlamentares paulistas na década de 1880 apontam o grande receio que pairava sobre a elite a respeito da extinção do trabalho escravo e da intensa agitação nas fazendas. Dando sustentáculo à lavoura, a Assembleia provincial paulista agia de maneira ambígua⁵⁷: ao mesmo tempo em que reconhecia legalmente algumas prerrogativas dos escravizados, interferindo nas relações entre escravos e fazendeiros, protegia-as por meio da garantia de continuidade da instituição. Destarte, as várias leis e projetos discutidos eram meros aparatos do poder, para que a questão do elemento servil fosse adaptada à realidade iminente de crise da mão de obra e como já foi dito, para que concomitantemente o trabalho livre fosse organizado. Ora, a saída encontrada pelos fazendeiros foi o financiamento público e a socialização das despesas para a imigração.

III. A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo

As Assembleias Legislativas Provinciais começaram a funcionar a partir de 1835 quando o Ato Adicional entrou em vigor. Se por um lado, a instalação permitiu a expansão do caráter representativo da monarquia, também deu maior autonomia aos poderes provinciais, favorecendo assim, as elites econômicas das províncias. O caso da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, tema a ser tratado nas próximas páginas, merece atenção especial por se tratar da província que, na metade do século XIX, via sua economia crescer a passos largos, e também, porque contribui para a reflexão sobre a dinâmica partidária que influía nas decisões tomadas na tribuna paulista.

Quando a assembleia provincial começou a funcionar ela tinha poucos recursos humanos a seu dispor. Só na década de 1850, é que a assembleia passou a ter taquígrafos⁵⁸ e então, publicar os debates legislativos. A partir de 1854, os debates passam a ser publicados no *Correio Paulistano*, até 1861, quando a assembleia passa a publicar os debates por conta

⁵⁶Idem, pág. 312.

⁵⁷ALVES, Máira Chinelatto. Crimes de escravos e os caminhos da autonomia. Campinas, 1876. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). *Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Edusp, 2013, pág. 46.

⁵⁸Lei provincial nº 24, de 2 de Julho 1850: Art. 16. - O governo mandará contratar dois taquígrafos na côrte para servirem durante a futura sessão da assembléa, podendo despende para esse fim a quantia indispensável ; e assim mais contratará uma pessoa idônea para aprender a taquigrafia na côrte, vencendo a gratificação annual de 600\$000 rs., não podendo exceder a um anno o tempo do estudo, com obrigação de servir nas sessões da assembléa durante quatro legislaturas, e de dar aula pública de taquigrafia percebendo a quantia annual de 1.200\$000 rs. O governo tomará as cautelas necessárias para assegurar a execução deste contrato. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/certificado/lei%20n.24,%20de%2002.07.1850.pdf>> Acesso em 14 de junho de 2019

própria. Em 1851, há a primeira menção, na lei de orçamento⁵⁹, ao pagamento de um taquígrafo a ser contratado, e em 1853 como despesa fixa. Até então a assembleia publicava um volume de Atas e outro de Leis. O problema das atas é que elas são uma síntese que, não raramente, consegue dourar a pílula ou esconder os problemas por trás de fórmulas administrativas e burocráticas.

A organização dos livros de discursos da Assembleia Provincial de São Paulo não publicados originalmente se deu somente nos anos 1920, quando um ex-deputado, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Eugênio Egas, propôs a publicação do que ele chamou de Anais (o que tecnicamente era incorreto, pois Anais pressupõem a publicação dos debates), de 1835 a 1861. Seu plano previa a publicação das Atas, das leis, dos discursos de abertura dos Presidentes da Província e biografias dos parlamentares. Quando os debates começaram a ser publicados no *Correio Paulistano* na década de 1850, Egas os incluiu. No entanto, Egas, por conta da chamada "Revolução de 1930", não conseguiu concluir seu projeto, e ficou faltando o último volume, o de 1861. Alguns debates, de antes de 1854, podem ser localizados em jornais como *O Governista*, periódico de duração efêmera do governo provincial, contratado pela administração liberal⁶⁰. Portanto, até 1854 a análise dos discursos se deu de maneira limitada conforme a documentação existente.

O Ato Adicional determinava que cada assembleia do Império deveria ter um regimento interno para funcionamento das legislaturas. Entre as normas gerais que as regulamentavam, ficou estabelecido que haveria no mínimo três sessões antes da votação de algum projeto e entre as sessões intervalos de 24 horas. Antes disso, a Constituição de 1824 previa a organização de conselhos gerais de província, sem autonomia legislativa, cujo objetivo principal era garantir aos cidadãos “o direito de intervir aos negócios da sua Província, imediatamente relativos a seus interesses peculiares”. O Ato Adicional ampliou os poderes locais alterando a estrutura dos legislativos provinciais, conferindo-lhes autonomia decisória em questões cruciais como impostos, obras públicas, força policial, entre outros, e definindo a atuação das assembleias que passaram a se reunir em sessões anuais com duração de dois meses.

As sessões da assembleia paulista corriam conforme o Regimento Interno⁶¹ que estabelecia os procedimentos e formalidades para os trabalhos legislativos, como ausência de

⁵⁹Lei Provincial nº 10 de 07 de maio de 1851 Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=139783>> Acesso em 13 de junho de 2019

⁶⁰O Vinte e Nove de Setembro, Edição 3 de 26 de março de 1851. Pág 3

⁶¹Artigos 29 a 39 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo. Lei nº 23 de 12 de fevereiro de 1836.

armas em sessão, decoro, silêncio e bom comportamento dos deputados. O presidente, que liderava a sessão, geralmente fazia a leitura de correspondências e petições no início e depois, a leitura dos pareceres das comissões, dos projetos de lei e indicações de requerimentos. Por fim, dava-se início a discussão da ordem do dia, temas aprovados em sessão anterior⁶². Ao inaugurar uma sessão com a frase: “abre-se a sessão” o presidente deveria garantir a organização dos trabalhos, conceder e retirar a palavra dos deputados, anunciar resultados de votações e advertir os colegas quando necessário⁶³. A mesa também contava com um primeiro secretário, que poderia substituir o presidente em sua ausência e possuía outras atribuições administrativas e o segundo secretário, terceiro na linha sucessória e responsável pelas anotações das sessões e leitura das atas também escritas por ele. Os três eram eleitos pelo corpo de deputados da assembleia nas sessões preparatórias que ocorriam dias antes da instalação da assembleia.

A assembleia provincial também contava com as comissões, estruturas de apoio legislativo que analisavam matérias antes da votação. Segundo Pazin, eram responsáveis por uma importante interface da assembleia legislativa com a população, já que recebiam e analisavam diretamente representações e requerimentos e poderiam emitir pareceres sobre as solicitações. A autora ainda afirma que esse filtro pode ter sido responsável pela deliberação de várias das decisões tomadas durante a existência das comissões⁶⁴. As comissões funcionaram durante todo o Império, eram formadas por três deputados e sofreram, ao longo dos anos de funcionamento, algumas alterações de estrutura formal relacionadas a questões administrativas da própria assembleia⁶⁵. Uma alteração mais significativa só viria em 1880 quando a Resolução nº 15 de 21 de maio de 1880 reduziu o número de comissões permanentes para cinco. As comissões permanentes, como eram chamadas, foram organizadas pelo Regimento Interno em 1836 (Lei nº 23, de 12 de fevereiro), sendo elas: de Fazenda, de Comércio e Indústria, de Constituição, justiça e força policial, Eclesiástica, Câmaras Municipais, Contas e Orçamento das Câmaras Municipais, Instrução e Educação, Estatística e Redação. O escopo de trabalho era bem definido, por exemplo, a Comissão de Fazenda era responsável pelas finanças. A Comissão de Indústria e Comércio, atuava sobre a infraestrutura e obras públicas⁶⁶.

⁶²PAZIN, Marcia C. de Carvalho. *Produção Documental do Legislativo no Império - Gênese e Tipologia: O Caso da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1889)*. Dissertação de mestrado, História Social, FFLCH/Universidade de São Paulo: São Paulo. Pág 50

⁶³Ibidem. Pág. 47

⁶⁴Ibidem. Pág 51

⁶⁵Ibidem. Pág 50

⁶⁶Artigo 21 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo. Lei nº 23 de 12 de fevereiro de 1836

A Comissão de Fazenda era uma das mais importantes no jogo político paulista. Além de analisar matérias referentes às finanças e economia antes da votação, diversas propostas relacionadas ao trabalho livre ou para a substituição da mão-de-obra eram gestadas durante seus trabalhos já que o tema tinha impacto significativo na arrecadação da província. Também foi a comissão que criou a Tesouraria Provincial, responsável pelo aumento significativo das rendas provinciais⁶⁷.

As comissões também revelam aspectos importantes dos arranjos políticos da época. Para a análise que segue usaremos como exemplo a comissão de Fazenda, escolha justificada pela sua importância e pela atuação na transição da mão de obra. Se observadas as filiações partidárias dos deputados paulistas e da composição das Comissões de Fazenda desde a década de 1850 (como citado o momento em que a análise dos debates é possível graças à preservação de algumas sessões em periódicos de época) podemos concluir que Liberais e Conservadores mantiveram alguns padrões na composição, o que revela a dinâmica partidária de cada fase do legislativo paulista.

Todos os deputados podiam ser nomeados para as comissões, exceto o presidente e os dois secretários, no entanto, na maioria das legislaturas ou a Comissão de Fazenda manteve totalidade conservadora ou liberal. Foram poucos momentos nos quais os dois partidos dividiram cadeiras. Cada legislatura tinha duração de dois anos e as comissões eram formadas anualmente, ou seja, eram duas composições de comissões por legislatura. Entre 1850 e 1888, o Partido Conservador emplacou, pelo menos, 33,5% das Comissões de Fazenda, enquanto o Partido Liberal conseguiu os cargos em 38,5%. Em 28% das composições os dois partidos dividiram cadeiras⁶⁸.

Os números também nos permitem concluir que havia algum tipo de negociação entre os partidos no sentido de estabelecerem um equilíbrio de forças, ou seja, ou os políticos revezavam a atuação nas comissões ou compartilhavam cadeiras para manter, desta forma, a alternância de poder entre os representantes da população. Como a cadeira da presidência da província era bastante volátil, não foi possível mapear se a Comissão de Fazenda obedecia a tendência política representada no executivo. Mesmo assim, em pelo menos um terço das legislaturas, o partido do presidente coincidiu com o que dominava a comissão no momento⁶⁹.

⁶⁷PAZIN, Marcia C. de Carvalho. *Produção Documental do Legislativo no Império - Gênese e Tipologia: O Caso da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1889)*. Op. Cit. Pág 52

⁶⁸O cálculo aproximado de cadeiras foi obtido a partir do mapeamento das posições partidárias de cada deputado membro da Comissão de Fazenda e presidente de província no período citado. A lista de formação das comissões pode ser consultada em <<https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/base-de-dados/imperio/comissoes/>> Acesso em 14 de set de 2021.

⁶⁹Idem

Também não foi possível concluir se a maioria da assembleia em cada legislatura era a mesma maioria que compunha a comissão.

Inicialmente instalada no Pátio do Colégio, a Assembleia de São Paulo inaugurou seus trabalhos em 2 de fevereiro de 1835. Na época, era composta por 36 membros eleitos e teve como primeiro presidente Nicolau Pereira Campos Vergueiro. Os discursos legislativos e a legislação provincial, se por um lado nos permitem entender as lógicas de pensamento, aproximações e distanciamentos entre os deputados paulistas na introdução do trabalho imigrante na província, por outro, contribui para a compreensão da atuação dos políticos paulistas no Paço da Assembleia Provincial com foco nas principais discussões sobre a substituição de escravos e importação de europeus.

SÃO PAULO, A IMIGRAÇÃO E A ASSEMBLEIA PROVINCIAL

I. As tentativas pioneiras

A atuação da Assembleia Legislativa Provincial, no que se refere à vinda de imigrantes, estava articulada ao crescimento de São Paulo. Os esforços, a princípio, se concentraram na vinda de estrangeiros para trabalharem em obras públicas. Já no seu primeiro ano de funcionamento, o legislativo autorizou o dispêndio de quatro contos de réis para transporte e ajuste de colonos para serem empregados na “estrada da Serra”⁷⁰. A expansão econômica da província demandava poderosos investimentos na construção de estradas e necessitava de uma grande quantidade de trabalhadores. A impossibilidade de empregar escravos, já que a grande maioria era destinada à produção de gêneros para exportação, como o café, fazia com que a elite política recorresse aos trabalhadores livres nacionais ou colonos.

Requerimentos e representações também chegavam ao Paço da assembleia evidenciando a necessidade da colonização estrangeira para trabalho nas fazendas, como um documento enviado pela câmara municipal da vila de Bananal, datado de 1835. Entre outros assuntos, o documento reclamava providências “sobre a necessidade de promover-se a colonização de estrangeiros que supram os braços africanos”⁷¹. A proibição do tráfico de escravos em 1831 ainda ecoava entre os fazendeiros preocupados com a possível falta de braços. A posterior eficácia da lei talvez explique a escassez de debates ou petições neste sentido nos arquivos da província entre as décadas de 1840 e 1850.

No entanto, na década de 1840, não era possível ignorar a possibilidade do fim do tráfico, o que fez alguns fazendeiros tomarem iniciativas para trazer imigrantes às fazendas, com as colônias de parceria. Mesmo assim, entre as décadas de 1830 e 1870, os esforços efetivos para a consolidação do trabalho livre tiveram pouco sucesso e, devem ser observados conjuntamente com as políticas levadas a cabo para continuidade do regime escravista. Como salienta Paula Beiguelman, as primeiras tentativas vinham principalmente dos cafeicultores do Oeste. O modelo de atração de trabalhadores livres colocado em prática impunha ao colono situação bastante difícil, tendo em vista as dívidas contraídas com os fazendeiros, referentes aos gastos com passagem e o sustento nos primeiros anos. Em meio a péssimas condições de trabalho e afogados em despesas, os estrangeiros, principalmente alemães e suíços não só

⁷⁰Decreto provincial de 07 de fevereiro de 1835. Art 1º - Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo - 1835. Pág. 54

⁷¹Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo - 1835. Pág. 71-72

fugiam como promoviam revoltas, sendo a mais famosa a que ocorreu na fazenda de Ibicaba, propriedade do Senador Vergueiro, em 1856⁷².

Emília Viotti da Costa⁷³ e Sérgio Buarque de Holanda⁷⁴ também consideram as ações concretas dos fazendeiros e do governo provincial como fracassadas até a década da chamada grande imigração, no final de 1870. Entretanto, é importante salientar que Verena Stockle e Michael Hall destacam o ganho de experiência do ponto de vista econômico e o significado destas medidas como um aprendizado político. Segundo os autores, os fazendeiros que inicialmente assumiram a tarefa de encontrar uma maneira de substituir o trabalho escravo foram os primeiros de um grupo de empresários agrícolas e comerciais⁷⁵.

Se por um lado os particulares procuravam estabelecer caminhos para substituir a mão de obra, o governo provincial fez uso de leis e decretos como a lei nº 11 de 19 de fevereiro de 1846, primeira medida que normatizava a vinda de estrangeiros. A lei consistia em destinar o juro que o governo obtinha na compra de apólices da dívida pública nacional, e aplicá-lo em benefício da introdução de cerca de duzentos ou trezentos colonos do norte da Europa, podendo a província completar esse valor caso os juros das apólices não o alcançasse. Além do empréstimo aos colonos, o governo deveria construir uma casa de depósito, onde os recém-chegados deveriam esperar o transporte entre Santos e a capital, além de contratar uma empresa capaz de transportá-los da melhor maneira⁷⁶.

Essa lei, embora não obrigasse o governo provincial a financiar diretamente a imigração, procurava intermediar a relação entre colonos e fazendeiros. Uma vez que previa um empréstimo dos cofres provinciais, foi usada como base de inúmeros pedidos de financiamento que a assembleia provincial receberia nos anos subsequentes. No mesmo ano da aprovação, por exemplo, ocorreu a contratação da casa comercial C. Delrne e Cia de Dunkerque para o estabelecimento de colônias agrícolas. O decreto de contratação concedia terras devolutas para servirem de moradia dos colonos e a obrigação da casa de importar seiscentas famílias de colonos com até quatro membros⁷⁷.

Os colonos trazidos em razão da lei de 1846 deveriam ser colocados à disposição dos fazendeiros interessados e o pagamento dos mesmos, combinado entre fazendeiro e colono. A

⁷²BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro - Aspectos políticos*. Op. cit., Pág. 96-98

⁷³COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. Op. cit.

⁷⁴HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Op. Cit.

⁷⁵HALL, Michael e STOLCKE, Verena. *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo*. Op. cit., pág. 120.

⁷⁶Lei Provincial n. 11 de 10 de fevereiro de 1846. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1846/lei-11-19.02.1846.html>> Acesso em 15 de junho de 2019

⁷⁷Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo - 1846 Pág. 198

dívida referente aos transportes da Europa até o porto de Santos deveria ser assumida pelo fazendeiro que contratasse os serviços dos estrangeiros. Já os colonos que não fossem contratados deveriam ser empregados na construção de estradas e em obras públicas da província. Receberiam metade do salário que normalmente se pagava a trabalhadores livres, dizia a lei. Metade ficaria com o colono e a outra metade para amortização da dívida da passagem até o Brasil⁷⁸.

Dois anos depois, a Comissão de Indústria e Comércio da assembleia legislativa provincial recebeu um requerimento assinado por Alberto Schiffman, colono da fazenda de Ibicaba, no qual pedia que o governo contratasse com ele a empresa de trazer colonos para a província⁷⁹. A Comissão, após analisar o pedido e na contramão do que havia estabelecido a legislação de 1846, concluiu que não cabia à assembleia decidir sobre a matéria, já que se encontravam muitos “embaraços” para os pedidos de Schiffman. Os embaraços, segundo a Comissão, eram questões jurídicas relacionadas à divisão dos poderes locais e gerais. Não obstante, a Comissão entendia evidente que “a província tem necessidade urgente de chamar ao seu seio, braços livres para que estes supram os braços escravos”⁸⁰.

Os membros da Comissão defendiam que a legislação, o governo e as associações particulares deviam apenas proteger, socorrer e defender os colonos; “realizando-se isto e havendo proprietários ou fazendeiros que queiram colonos, eles virão sem nenhum esforço do governo”⁸¹. Na assembleia, no entanto, havia divergências já que a Lei de 1846 também previa a contratação de indivíduos ou empresas para a introdução de colonos. Em 1848, um projeto dos deputados liberais João de Avelar Brotero, Joaquim Floriano de Araújo Cintra e Francisco Garcia Ferreira, procurava estabelecer que duzentos colonos fossem trazidos do norte da Europa e que o governo emprestasse às casas comerciais a quantia determinada pela Lei de 1846 além de pagar uma gratificação de “dez mil réis ao empreendedor por cada um dos mesmos colonos”⁸². Além disso, caberia ao governo fiscalizar as negociações no sentido de garantir os pagamentos das passagens pelos imigrantes; sendo que aqueles que não tivessem condições de fazê-lo, pagariam com o trabalho⁸³. O projeto não foi aprovado, mas indica a atenção que os deputados provinciais, antes mesmo do fim do tráfico de escravos, destinavam à temática.

⁷⁸Lei Provincial n. 11 de 10 de fevereiro de 1846. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1846/lei-11-19.02.1846.html>> Acesso em 15 de junho de 2019

⁷⁹Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo - 1848. Pág. 53-58

⁸⁰Idem

⁸¹Idem

⁸²Idem

⁸³Idem

No final da década de 1840 teve início não só um período de aumento nos pedidos de financiamento, foi também o começo do Sistema de Parceria, idealizado por Nicolau Pereira Campos Vergueiro. Em sua propriedade situada na região de Limeira, o senador recebeu os primeiros quatrocentos e cinquenta imigrantes que fundaram a Colônia de Ibicaba. A fazenda insere-se no processo de expansão da economia paulista. Quando da sua criação, destinava-se a produção de açúcar e a partir de meados de 1830 passa também a produzir café. Diante da enorme lucratividade e da expansão do mercado externo do café, aos poucos, a atividade canavieira na fazenda foi perdendo espaço e importância⁸⁴.

No momento da chegada dos primeiros trabalhadores alemães e suíços, a fazenda de Ibicaba possuía 215 escravos⁸⁵. A ideia dos Vergueiro era que esse número diminuísse gradualmente, já que a colônia de parceria necessitaria em seus primeiros anos do trabalho escravo. Inicialmente, os colonos deveriam ser destinados ao trabalho mais leve e os escravos ao trabalho mais pesado, como beneficiar e acondicionar os produtos da fazenda, fazer as colheitas e preparar novos terrenos para a recepção de novos colonos.

A Vergueiro & Cia foi uma empresa destinada à agricultura e à colonização, com sede em Santos, que se constituiu em uma associação entre Nicolau Vergueiro e seus filhos José e Joaquim. A companhia implementou o sistema de parceria⁸⁶ e, desde o início de sua criação, procurou auxílio público para promover a entrada de imigrantes no Império do Brasil. Além do governo brasileiro, que em 1845 autorizou em lei a despesa de duzentos contos de réis para a importação de colonos, municipalidades suíças foram convencidas por José Vergueiro a adiantar valores para o custeio de viagem dos cidadãos europeus, que em sua grande maioria sofriam com as péssimas condições de vida e enormes taxas de pobreza na Europa da época⁸⁷.

A ajuda financeira do governo provincial paulista se concretizou em 1852, em lei de orçamento que estabeleceu o valor de vinte e cinco contos de réis para o pagamento dos transportes de colonos até o Porto de Santos. A lei não fazia menção à empresa de Vergueiro, no entanto, ele era o único fazendeiro que tinha negócios de importação de colonos. A norma estabeleceu um empréstimo a ser pago em prestações correspondentes ao número de colonos importados pelos interessados, estabeleceu também que as prestações seriam restituídas aos cofres da província em até cinco anos sem prêmio algum, após o vencimento seriam pagas a título de mora, 1% do prêmio. Além disso, todos os estrangeiros deveriam ser empregados no

⁸⁴MENDES, Felipe L. Ribeiro. *Ibicaba revisitada outra vez: espaço, escravidão e trabalho livre no oeste paulista*. An. mus. paul. [online]. 2017, vol.25, n.1. Pág. 310

⁸⁵O Mercantil, Edição 89 de 08 de julho de 1851. Pág 1

⁸⁶HEFLINGER JR., José Eduardo. *O sistema de parceria e a imigração europeia*. Limeira: Unigráfica, 2014. Pág. 15

⁸⁷Idem. Pág 27

trabalho agrícola, e também seria estabelecido um regulamento exclusivo para “habilitar pessoas que solicitarem as prestações” de modo a fiscalizar a execução do contrato.⁸⁸

Dois anos depois, Josino do Nascimento Silva, do Partido Conservador, entregava seu cargo de presidente da província de São Paulo a José Antônio Saraiva, liberal. Em seu relatório destinado ao legislativo paulista, escreveu que não se animava a dar opiniões sobre o sistema de colônias de parceria, uma vez que não conseguia julgá-lo com segurança. No relatório de Saraiva, por outro lado, estava clara a política que deveria ser levada adiante, além disso salientava os motivos que o levariam a renovar o contrato com o também liberal Vergueiro:

[...] a presidência está convencida que deve ter a província na continuação do contrato [com Vergueiro], e não hesita em renová-lo, não só porque reconhece a necessidade de promover por todos os meios a colonização, e suprir destarte os braços, que vão faltando a agricultura, como porque entende impossível que qualquer outra casa comercial possa oferecer a província condições melhores⁸⁹ [...]

Nessa altura, o empréstimo provincial de vinte e cinco contos de réis era todo destinado a casa Vergueiro que, em contrapartida, deveria importar mil colonos e distribuí-los entre os lavradores interessados. Para Saraiva ainda era pouco: o valor recebido a título de empréstimo e sem juros não daria muita margem para a casa comercial prover a província de imigrantes em larga escala, e para os cofres do governo o valor era insignificante tendo em vista que a imigração deveria ser auxiliada⁹⁰.

A presidência defendia que os Vergueiro deveriam ser beneficiados pela província com o subsídio de metade da cota de vinte e cinco contos. Esse valor deveria ser exclusivamente destinado ao pagamento de metade das passagens dos colonos. Dessa maneira, o governo, pagaria uma parte dos gastos da Vergueiro & Cia com o transporte dos trabalhadores e a outra metade seria paga pelo próprio colono ou pelo fazendeiro que assim desejasse. O imigrante recém-chegado teria menos dívidas com esse modelo de negociação e poderia quitar seus débitos com os fazendeiros mais rápido, e estes, por sua vez, diminuiriam o capital a ser adiantado.

Segundo Paula Beiguelman, pelo contrato de parceria

O colono recebia uma extensão de cafeeiros para cultura, colheita e melhoramento; participava na proporção da quantidade que colhesse, do trabalho de preparação do café a ser colocado no mercado; devia replantar as clareiras que se fizessem nos

⁸⁸Lei nº 14 de 19 de julho de 1852. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1852/lei-14-19.07.1852.html>> Acesso em 17 de maio de 2020.

⁸⁹Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicado no Correio Paulistano, Edição nº 65 de 12 de setembro de 1854. Pág 1

⁹⁰Idem

cafeeiros. Após a venda do café o fazendeiro receberia metade do lucro líquido e o colono a outra metade. O fazendeiro permitia ao colono tirar de lugares determinados de suas terras produtos necessários à sua alimentação; o fazendeiro não tinha parte nos gêneros alimentícios que o colono produzisse para o seu consumo, mas recebia metade do preço excedente dos mesmos produtos vendidos. Quanto às dívidas contraídas com o fazendeiro (passagem, sustento nos primeiros tempos) metade, no mínimo, da renda líquida anual dos colonos seria destinada à compensá-las⁹¹.

A realidade nas fazendas, no entanto, era muito diversa da descrita na Europa pelos negociadores que recrutavam os colonos interessados em migrar. Ao chegarem, os imigrantes passavam a depender diretamente da venda do café no mercado e da confiança no fazendeiro, que depois de vender o produto final do trabalho, repassaria o lucro líquido ao trabalhador. Além disso, mesmo com o auxílio do governo, os imigrantes trabalhavam mergulhados em dívidas e em organização semelhante ou igual ao sistema escravista, já que as fazendas mantinham o trabalho escravo.

A busca de alternativas à escravidão, segundo Emília Viotti da Costa, teve dois eixos principais: o uso de trabalhadores livres nacionais e o uso de imigrantes. Os primeiros viviam nas periferias dos latifúndios ou em pequenas propriedades dedicando-se à economia de subsistência. Geralmente, trocavam o usufruto da terra pela derrubada de matas e, como tinham acesso à terra, segundo a autora, se recusavam a trabalhar nas fazendas ao lado dos escravos⁹².

O relato do colono Thomaz Davatz, da fazenda de Ibicaba, teve imenso impacto nos estudos sobre a primeira imigração em São Paulo. O suíço descreveu com detalhes a Revolta de Ibicaba ocorrida em 1856 e as condições de vida na fazenda. Sérgio Buarque de Holanda, em prefácio escrito quando da edição do livro em português, afirmou que um dos grandes problemas da imigração em São Paulo foi o engajamento de colonos entre o proletariado urbano da Europa e não entre os camponeses⁹³. Além da difícil aclimação, tendo em vista os costumes, os modos de vida, a alimentação e a religião, Holanda também destaca as péssimas condições de trabalho em que os “adventícios” eram colocados para trabalhar⁹⁴.

As tentativas de implantação do trabalho livre em São Paulo coincidiram com a extinção do tráfico de escravos africanos e com a expansão da produção de café em direção ao Oeste Paulista. Segundo Buarque de Holanda, houve um certo embate entre os fazendeiros com diferentes perspectivas, uns queriam a formação de núcleos coloniais no país, outros a

⁹¹BEIGUELMAN, Paula. *A grande imigração em São Paulo - I*, Sociologia e Política.- Registro do IEB, (3). 1968. Pág. 100

⁹²COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. Op. cit., pág. 34

⁹³HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Op. cit., pág. 7

⁹⁴Idem. Pág. 7

simples substituição dos braços escravos. Holanda explica que Vergueiro, não obstante, vislumbrava a criação de uma classe numerosa de pequenos proprietários mas também tinha no horizonte o atendimento aos anseios dos fazendeiros⁹⁵. O sistema de parceria, tornou possível a lavoura paulista admitir o trabalho livre sem passar pelas crises que a transição provocou ao resto do Brasil⁹⁶.

Para Sérgio Buarque de Holanda, o desmantelamento do sistema de parceria se deu depois da revolta de Ibicaba. Em 1870, o número de colônias na província tinha caído para treze ante vinte e nove de 1860⁹⁷. Até mesmo a colônia de Ibicaba voltou a empregar escravos e teve seu número ampliado nos anos subsequentes⁹⁸. A relação amistosa entre os Vergueiro e o governo da província durou pouco, mas foi crucial para o estabelecimento das primeiras colônias de imigrantes em São Paulo. Também foi importante para que outras casas comerciais procurassem auxílio do governo ou para pressionar as autoridades a favor do emprego de europeus nas fazendas. Além disso, promoveu intensos debates na assembleia provincial, lócus da tomada de decisões na província. Alguns deputados, convencidos de que a imigração necessitava ser regulamentada, procuravam estabelecer os parâmetros da promoção do trabalho livre. Mesmo que outros fossem contrários ao emprego da mão de obra contratada e simpáticos ao trabalho escravo, publicamente procuravam esconder esta posição. As estratégias para interferir ou dificultar a aprovação de propostas que pudessem afetar diretamente a propriedade escrava ou uma brusca substituição dos braços, geralmente, se baseavam em pedidos de interpretação dos projetos de lei pelas Comissões ou simplesmente, em votos contra, quando tinham maioria.

II. Agasalho, pão e trabalho

No ano de 1850, foi eleito para uma cadeira na assembleia provincial, Antônio Barbosa Gomes Nogueira, do Partido Conservador⁹⁹ e futuro presidente do que viria a se tornar a província do Paraná. Em sessão de 1851¹⁰⁰, o deputado apresentou um projeto que

⁹⁵Ibidem. Pág. 13

⁹⁶Ibidem. Pág. 26

⁹⁷Ibidem. Pág. 29

⁹⁸MENDES, Felipe L. Ribeiro. *Ibicaba revisitada outra vez: espaço, escravidão e trabalho livre no oeste paulista*. Op. cit., pág. 335

⁹⁹Algumas das menções aos partidos dos deputados citadas são baseadas nos próprios debates ou na própria historiografia que já mapeou algumas posições partidárias. Falas como “seu correligionário”, “seu partido”, “a corrente política apoiada pelo nobre deputado”, ajudaram na identificação das preferências políticas dos membros da assembleia. Outras, foram extraídas de jornais de época que publicavam os nomes dos deputados eleitos seguidos da filiação.

¹⁰⁰Discursos legislativos publicados no jornal O Governista, edição 738 de 3 de março de 1851, pág. 2.

gerou descontentamento de inúmeros colegas da câmara: um imposto sobre todos os escravos considerados ociosos das povoações, sendo o dinheiro arrecadado destinado a importação de colonos para o trabalho nas lavouras. Depois de dias de intensos debates, ficou decidido que a proposta seria enviada para a Comissão de Constituição e Justiça, o que significava, na prática, o adiamento indefinido da discussão do projeto, estratégia muito usada pelos deputados.

Segundo Nogueira, o projeto tinha por objetivo “extinguir um mal que a tanto nos atormenta”¹⁰¹. O mal a que se referia o deputado era a escravidão. Muitos escravos viviam nas povoações, servindo, segundo o próprio político, de “luxo” para seus senhores. Esses escravos seriam os responsáveis pela desordem pública e pela falta de braços nas plantações. Os escravos chamados “ociosos” pelos políticos eram trabalhadores domésticos, de armazéns, vendeiros e até mesmo escravos de aluguel, de modo que a acusação de ócio derivava do entendimento da elite política de que o trabalho árduo nas lavouras era o único que deveria ser levado em consideração.

No debate, a fala do deputado Francisco José de Lima sobre o projeto colocou em xeque a constitucionalidade do mesmo, como uma estratégia para enviá-lo à análise da comissão. Para ele o Ato Adicional só permitia que as Assembleias Provinciais decretassem impostos necessários para as próprias despesas ou que não prejudicasse as contas do Governo Geral. Lima, apoiado pelo deputado Antônio Joaquim de Sampaio Peixoto, salientou que já havia um imposto geral de dois contos de réis sobre cada escravo e o tributo proposto seria desnecessário¹⁰². Peixoto era um defensor ferrenho da escravidão e crítico do trabalho livre de Campinas, costumava caracterizar trabalhadores livres como “pessoas que querem tornar-se patrões e por qualquer coisinha ameaçam deixar as plantações”¹⁰³. O que para Peixoto era um inconveniente - taxar escravos para mandar trazer colonos -, para o autor do projeto seria uma medida que traria braços livres automaticamente.

As discussões levaram em consideração, também, o uso de trabalhadores livres nacionais nas plantações. No entanto, Peixoto e Lima permaneceram contra, argumentando que a maioria dos brasileiros não é “simpática aos serviços pesados e só querem servir como agregados ou fazer parte de um sistema de ganhar-se num dia para comer-se numa semana

¹⁰¹Ibidem

¹⁰²Discursos legislativos publicados no jornal O Governista, edição 753 de 1 de abril de 1851, pág. 3.

¹⁰³Discursos legislativos publicados no jornal O Governista, edição 754 de 3 de abril de 1851, pág. 1.

sem trabalhar o resto dela”¹⁰⁴. O deputado liberal Gabriel José Rodrigues dos Santos¹⁰⁵ saiu em defesa do projeto de Nogueira, ao afirmar que era muito importante que se promovesse uma reforma humanitária e social para a diminuição da escravatura. Segundo ele, era de extrema necessidade a resolução antecipada do problema da mão de obra, já que o fim do tráfico levaria à falta de braços nas lavouras¹⁰⁶.

O debate sobre o fim do tráfico de escravos estava posto para os políticos paulistas, pelo menos, desde 1831, quando a Lei Imperial de 7 de novembro considerou livres todos os africanos introduzidos no Brasil daquela data em diante. Mesmo que o tráfico tenha continuado e tenha sido considerado legítimo pela maioria da população, tendo em vista o aumento do número de traficados depois da lei, ela contribuiu para a desmoralização gradual da prática e a nação, como explica Emília Viotti da Costa, assumiu o compromisso internacional de abolir o tráfico¹⁰⁷.

A Lei de 1850 fez o contrabando de escravos tornar-se cada vez mais raro, até desaparecer completamente. Além disso, provocou intensos movimentos na imprensa e na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo. Tanto liberais quanto conservadores entendiam a situação como grave e procuravam meios de minimizar os danos a curto e longo prazo. A tentativa do deputado Antônio Gomes Nogueira vinha nesse sentido. O projeto, que na verdade tinha como objetivo destinar escravos das povoações para as fazendas, respondia ao dano imediato de falta de braços, mas, também previa uma solução a longo prazo já que estabelecia um imposto que financiaria a imigração de mão de obra e substituiria a importação dos escravos. Não é possível concluir se o imposto obrigaria os senhores de escravos a vendê-los para as plantações, no entanto, a proposta deixa clara a vontade de alguns membros da assembleia de, primeiro, iniciar o movimento para a substituição dos escravos e, segundo, estabelecer um papel do poder público na importação de mão de obra livre.

A transferência dos escravos das povoações para as fazendas caracterizava a singularidade desta chamada “primeira leva imigratória” para São Paulo. Os fazendeiros interessados em trazer imigrantes na década de 1850 geralmente tinham muitos escravos e acreditavam que os colonos deveriam trabalhar ao lado deles. O escravo representava um patrimônio do senhor. Mesmo tendo no horizonte o fim da escravidão, os senhores não

¹⁰⁴Idem

¹⁰⁵*Sócios falecidos brasileiros*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Disponível em <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/gjoserdossantos.html>> Acesso em 15 de agosto de 2019

¹⁰⁶Discursos legislativos publicados no jornal O Governista, edição 754 de 3 de abril de 1851, pág. 1.

¹⁰⁷COSTA, Emília Viotti. *A Abolição*. Op. cit., Pág. 27

renunciariam ao valor investido e, muitas vezes, acreditavam que o investimento no imigrante era muito semelhante ao do escravo.

Os estrangeiros encontraram muitos problemas nas fazendas, principalmente no trato e no cotidiano das plantações. A convivência diária com os escravos gerava descontentamento entre os imigrantes. Embora, como aponta José de Souza Martins, “a condição cativa já definia a modalidade de coerção que o senhor exercia sobre o escravo na extração de seu trabalho¹⁰⁸”, enquanto com o trabalhador livre havia outros mecanismos de coerção que não incluía o chicote, o acorrentamento e a tortura. Mesmo que os mecanismos de coerção fossem distintos entre trabalhadores escravos e livres, os estrangeiros inseridos na grande lavoura paulista estavam sujeitos a protocolos de controle do tempo e do espaço no microcosmo da fazenda¹⁰⁹.

O contrato de parceria era firmado no sentido de controlar os colonos e prevenir possíveis prejuízos aos produtores de café. Por exemplo, em um contrato assinado em 1855 entre a Vergueiro & Cia e colonos alemães, no parágrafo 7º do artigo 5º há o seguinte regulamento: “os colonos ficarão sujeitos aos regulamentos estabelecidos na Colônia”. Já o artigo 8º versava sobre a própria liberdade de ir e vir do colono: “[...] é porém livre a este retirar-se, depois de satisfazer aos senhores Vergueiro & Cia o que lhes estiver devendo, participando-lhes um ano antes por escrito a intenção de se retirar, sujeitando-se a pagar uma multa de 50 mil réis por cabeça, no caso de se retirar antes de pagar a dívida. [...]”¹¹⁰

As regras da fazenda não estavam descritas no contrato e considerando a convivência com os escravos é possível inferir que as regras da casa grande afetassem a vida dos colonos livres. A impossibilidade de sair da fazenda ou até mesmo, visitar localidades vizinhas e parentes estabelecidos nas redondezas causava a revolta dos colonos e era justificada pelos Vergueiro e por outros fazendeiros como meio de evitar que os imigrantes contraíssem dívidas, perdessem tempo e pudessem se tornar devassos assim, afetando a prosperidade e a moralidade dos mesmos¹¹¹.

Por tudo isso e diante das melhores condições oferecidas pelos Estados Unidos para europeus que decidissem seguir para a América do Norte, trazer imigrantes para o sistema dos

¹⁰⁸MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986, Pág. 15

¹⁰⁹MENDES, Felipe L. Ribeiro. *Ibicaba revisitada outra vez: espaço, escravidão e trabalho livre no oeste paulista*. Op. Cit. pág. 338.

¹¹⁰Documento Legislativo, *Contrato de parceria entre Vergueiro & Cia e colonos*. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1855. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/geral/acervoHistorico/FichaDocumentoImperio.jsp?idDocumento=1981>> Acesso em 30 de setembro de 2019

¹¹¹MENDES, Felipe L. Ribeiro. *Ibicaba revisitada outra vez: espaço, escravidão e trabalho livre no oeste paulista*. Op. Cit. Pág. 347

Vergueiro não era uma tarefa fácil. O processo contratual que tinha início na Europa, funcionava da seguinte maneira: um agente da firma Vergueiro cheio de promessas pouco claras procurava colonos muito pobres para a lavoura de café em São Paulo que convencidos pela forte propaganda dos jornais locais deixavam tudo para trás¹¹². A pobreza vivida no século XIX no Velho Mundo associada a perspectivas de prosperidade e liberdade para recomeçar a vida foram responsáveis pela onda imigratória e pela montagem da empresa do Senador Vergueiro e seus filhos.

Entre agosto de 1851 e maio de 1852, a província de São Paulo passava por um período em que o partido conservador teve assento na cadeira presidencial. Foi neste momento que a presidência da província celebrou contrato com a empresa Vergueiro & Cia. que autorizava a vinda de colonos europeus para a agricultura no sistema de parceria.

O caminho percorrido pela Vergueiro & Cia, com a ajuda da imprensa liberal e seus correligionários liberais na assembleia, encontrou muitos obstáculos até que a empresa conseguisse o financiamento do governo e um aval de importação de colonos europeus. Em 1846, quando o senador Vergueiro fundou a primeira colônia de parceria, as iniciativas como a lei de 10 de março de 1846 e outras concessões a particulares para a imigração tinham significado tentativas pontuais e de pouco efeito concreto. A colônia de parceria tornou-se uma alternativa mais atraente apenas depois do fim do tráfico negreiro em 1850, e é também neste momento que uma campanha de convencimento toma as páginas dos noticiários liberais.

O Mercantil destinou inúmeras páginas para expor os problemas de se manter a escravidão depois de cessado o tráfico e as vantagens que a imigração bem organizada poderia trazer à província. Na maioria das vezes, o texto ocupava a primeira página e seguia por mais de uma edição. Em tom poético o jornal defendia que a abolição do tráfico de escravos trazia uma consequência imediata: a colonização em larga escala. Mesmo que os primeiros passos fossem difíceis de implementar, devia-se assegurar ao colono, no mínimo, “agasalho, pão e trabalho”, desta maneira uma “empresa sólida promoveria a vinda de colonos que poderia ser uma fonte pública e privada de prosperidade”¹¹³.

O periódico, em seu manifesto de lançamento, se auto intitulava o “defensor do comércio brasileiro”. A impressão do jornal era em Santos, pela “sua posição geográfica, pela bondade e segurança de seu porto, pela afluência do seu mercado, pela honradez, e [pela] probidade que caracteriza os membros de sua praça”¹¹⁴. O porto de Santos na época era a

¹¹²Idem. Pág 338

¹¹³O Mercantil, Edição 24 de 16 de novembro de 1850. Pág 1

¹¹⁴O Mercantil, Edição 1 de 8 de junho de 1850. Pág 1

principal porta de saída dos produtos paulistas e a única porta de entrada dos colonos vindos da Europa trazidos pela empresa de Vergueiro. Estima-se que cerca de sessenta mil colonos tenham sido repassados para fazendeiros pela companhia entre 1847 e 1857¹¹⁵.

Além disso, *O Mercantil* se dizia “alheio às diversas doutrinas políticas, [...] a nossa folha é exclusivamente consagrada à propaganda dos interesses comerciais, industriais e da agricultura d’esta província”¹¹⁶. No entanto, nas edições subsequentes, fica clara a posição liberal do jornal. Por exemplo, na seção de anúncios publicava-se em número considerável propagandas de livros e outros periódicos liberais, como no lançamento do jornal *O Precursor* ligado ao Partido Liberal e anunciado na edição 70 d’o *Mercantil* e do livro “A Facção Saquarema”, anunciado na edição 71 e colocado à venda na redação d’o *Mercantil* e de outro jornal liberal, *O Ypiranga*. Outra evidência encontra-se na edição 86, que na seção Expediente traz a informação que a Tipografia Liberal de São Paulo, de responsabilidade de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, é encarregada e autorizada pela tipografia d’o *Mercantil* a cobrar as assinaturas e atender reclamações sobre o periódico.

Antes de ser impresso pela Tipografia Liberal, o jornal tinha lugar na Tipografia Imparcial, e foi comprada do deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Como condições para a venda, Ribeiro de Andrada incluiu “que o comprador será obrigado a imprimir um jornal político por semana, [...] e do formato do jornal *O Ypiranga*, impresso em São Paulo¹¹⁷”. No mesmo formato do liberal *O Ypiranga* surgiram as folhas *O Nacional* e *O Mercantil*. A posição liberal do jornal fica ainda mais evidente na edição 164, de julho de 1852, quando um presidente conservador tinha assento na presidência da província. Em uma espécie de editorial, o jornal publicou que “faz votos que se verifique esta nomeação [de outro presidente] a fim de nos vermos remidos desta violenta atualidade que nos domina em nome da força e do capricho”¹¹⁸.

Quando foi lançado, era dirigido e redigido por Manuel Raposo de Almeida, bacharel em direito, autor de livros e fundador de outros jornais em diversas províncias. Quando Raposo de Almeida viveu em Santos, a cidade tinha cerca de 40% de sua população formada por escravos e estava em constante crescimento impulsionado pela produção do café. As ruas tortuosas, os inúmeros becos, a ausência de esgoto ou água canalizada, faziam da cidade reservada às atividades portuárias um lugar pouco convidativo para estabelecer residência. No

¹¹⁵HEFLINGER JR., José Eduardo. *O sistema de parceria e a imigração europeia*. Op. Cit., pág. 37

¹¹⁶O *Mercantil*, Edição 1 de 8 de junho de 1850. Pág 1

¹¹⁷RODRIGUES, Olavo. *História da Imprensa de Santos*, Santos: Ed. do Autor, 1979. Versão digital disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0318z01.htm>> Acesso em 9 de outubro de 2019.

¹¹⁸O *Mercantil*, Edição 164 de 10 de julho de 1852. Pág 2.

entanto, a pujante produção agroexportadora do café transforma-se em força motriz das dinâmicas econômicas e sociais que começam a ganhar fôlego a partir de 1850. O aumento no fluxo de pessoas, a crescente produção de alimentos, as transações bancárias e as atividades ligadas à importação e exportação de produtos caracterizaram uma virada sistemática nas composições urbanas e demográficas, além de uma remodelação da cidade de Santos¹¹⁹.

O público leitor de Santos ainda era restrito, assim como em todo o Brasil. Uma vez que em meados de 1850 o tecido urbano santista ainda não era essencialmente comercial, muito menos estava consolidado o papel de Santos como núcleo portuário do Império, os jornais tinham pouca força. É nesse contexto, que Manuel Raposo de Almeida enfrenta diversas dificuldades financeiras e é forçado a hipotecar a tipografia à empresa comercial Vergueiro & Cia em 1851. É quando o papel de folha liberal e defensora da imigração fica consolidado. Soma-se isso a estratégia dos Vergueiro de remeter as edições do jornal à capital, aumentando assim o alcance e o número de leitores. Na capital, embora não seja possível afirmar com certeza, é muito provável que tenha chegado às mãos da grande parcela letrada da elite política paulista.

A campanha pela imigração em larga escala começa já em meados de 1850, quando o jornal defende a criação de uma associação de lavradores que pudesse pensar com seriedade o problema da mão de obra na província. A posição do autor ou dos autores do texto, que assinam como “a civilização”, é de que enquanto a escravidão durasse no país e o trabalho gratuito concorresse com a trabalho de um europeu livre, tudo que se tentasse fazer pela vinda de colonos seria inútil. O mesmo defendeu Carlos Perrat Gentil, que por meses, publicou artigos sobre as vantagens de implementação do trabalho livre nas fazendas. Perrat era cônsul da Suíça estabelecido no Rio de Janeiro e depois de inúmeros contatos com cafeicultores paulistas, decidiu fundar a própria colônia, tornando-se um entusiasta do sistema de parceria, que colocou em prática na colônia de Superagui, em Paranaguá.

Foi em uma viagem de trem em direção a Santos, em 1846, que Perrat Gentil conheceu José Vergueiro, presidente da empresa da família. Em meio a conversas sobre colonização e trabalho livre na lavoura do café, o suíço foi convidado a visitar a fazenda de Ibicaba que na

¹¹⁹PEREIRA, Maria A. Franco e FARIA, Luiz H. Portela (orgs.). *Santos na modernidade capitalista (1870-1930): Novas abordagens e releituras de velhas fontes*. São Paulo: E-modernidade, 2019. Versão digital disponível em https://books.google.com.br/books?id=g1qnDwAAQBAJ&pg=PT128&lpg=PT128&dq=popula%C3%A7%C3%A3o+de+santos+1850&source=bl&ots=ClQoeTqnXt&sig=ACfU3U1ClFmltU62TvkWUrod5ysHHU0ByA&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwimp4qCjI_1AhX7GLkGHUPIA2sQ6AEwGXoECAoQAQ#v=onepage&q&f=false Acesso em 9 de outubro de 2019, sem número de página.

época contava com famílias de colonos portugueses oriundos de uma empreitada particular fracassada da década de 1840. Carlos Perrat Gentil passou a se interessar por assuntos de colonização a partir deste encontro com Vergueiro¹²⁰.

As considerações de Perrat sobre o sistema de parceria se davam no sentido de defender uma companhia que fosse responsável pela vinda dos colonos. Com o imenso conhecimento que tinha sobre a realidade nas fazendas, reconhecido pelos documentos deixados pelo próprio com descrições e estudos sobre a agricultura da época e pelo seu livro *“A Colônia Senador Vergueiro: Considerações”*, o cônsul suíço era enfático nas páginas d’o *Mercantil*: “o lavrador tendo o recurso do trabalho escravo, não precisa investir na colonização¹²¹”. Ou seja, segundo ele, não há imigração porque há escravidão e ainda, defendida pelo Estado brasileiro que, com a alternância de ministérios, não era capaz de levar a cabo uma política coerente para implementar o sistema de imigração em larga escala. Os estrangeiros eram tratados como escravos, as condições na travessia do atlântico eram desumanas e não podiam, ao chegar, professar a fé protestante. Perrat acreditava que a única solução para os problemas do Brasil com a imigração era que o governo auxiliasse uma empresa especializada em trazer europeus¹²². Só uma companhia poderia atender às demandas do país: suprimir a escravidão e evitar “grandes perturbações”, já que deveria realizar a transição do trabalho escravo ao livre gradualmente¹²³.

Carlos Perrat define, então, quem são os mais capacitados naquele momento para levar adiante a empresa da qual se responsabiliza pela defesa: os Srs. Vergueiro. A ideia era criar uma companhia para colonização formada por acionistas, agricultores, proprietários e comerciantes que adiantariam as passagens, ofereceriam lotes de terras e escravos para preparar terrenos, e em contrapartida, receberiam metade da produção dos colonos e seriam reembolsados por todo adiantamento que fizessem aos imigrantes. Além disso, a companhia e seus participantes não deveriam comprar mais escravos. Todos os envolvidos na preparação dos terrenos para os colonos seriam deslocados para outras fazendas para o mesmo trabalho na medida em que os colonos se fizessem autônomos¹²⁴.

¹²⁰DYSARZ, Caiubi Martins. *De Ibicaba a Superagui: aproximações entre a imigração dedicada à grande lavoura e a colonização havida no Paraná*. Revista de História Regional 23(1): 169-191, 2018 Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/10631/209209210103>> Acesso em 01 de outubro de 2019

¹²¹O *Mercantil*, Edição 67 de 23 de abril de 1851. Pág 1-2

¹²²O *Mercantil*, Edição 74 de 17 de maio de 1851. Pág 1-2

¹²³O *Mercantil*, Edição 77 de 28 de maio de 1851. Pág 1-2

¹²⁴O *Mercantil*, Edição 79 de 04 de junho de 1851. Pág 1-2

A posição do jornal e de Perrat em defesa de Vergueiro começa a tomar forma em julho de 1851. Um ano antes da assembleia legislativa aprovar a lei que emprestava vinte e cinco contos de réis “aos que importarem ou mandarem vir para serem empregados na agricultura” colonos europeus. Além da lei, o governo de José Tomás Nabuco de Araújo celebrou o primeiro contrato com a Vergueiro & Cia. Nabuco pertencia na época ao Partido Conservador, no entanto, tinha relações com políticos liberais, passando a figurar a partir da década de 1860 na Liga Progressista. Foi deputado geral por diversas legislaturas quando Vergueiro tinha assento como Senador do Império.

Depois da defesa da colônia de Ibicaba, uma série de estudos e observações sobre o trabalho livre toma as páginas de diversas edições d’o *Mercantil* e, mais uma vez, o tom é de defesa da iniciativa de Vergueiro¹²⁵. A intenção da publicação era convencer o leitor de que o trabalho escravo era menos produtivo que o trabalho livre e que muitas vantagens poderiam ter os fazendeiros que aderissem ao sistema de parceria. Entre elas, o preço dos trabalhadores livres, que segundo o estudo, era mais barato que escravos

Levei trinta trabalhadores [...] pelo preço que compraria três ou quatro escravos! Estes trinta trabalhadores me custaram dois contos duzentos e quarenta mil réis, que paguei pelo importe de suas passagens; entretanto que com o mesmo dinheiro apenas poderia comprar quatro escravos brutos, doentes e sem préstimo algum durante o primeiro ano¹²⁶.

O relato do fazendeiro se referia a imigrantes açorianos. Estes, muito mais baratos que os europeus trazidos por Vergueiro. Além do preço, o jornal anunciava que com o trabalho livre a produtividade seria muito maior:

Para se cultivar uma fazenda com 500 mil pés de café seriam necessários pelo menos 200 escravos, isto é, um emprego de um capital de 80 contos de réis, supondo que cada escravo custe 400 mil réis [...] Calculando que cada pé de café dá somente 2 libras anualmente, e que cada arroba só se poderá vender por 2\$000 réis, o produto de quinhentos mil pés de café será pouco mais ou menos de 63 contos de réis anualmente, dos quais 31 contos pertencerão aos proprietários., e isto quase sem despesas de produção e sem o empate, pelo menos, de 80 contos de réis. Os 31 contos restantes pertencerão aos chefes das colônias [...] ¹²⁷.

Para justificar o pedido de financiamento, o estudo do jornal insistia em outra questão: o exemplo dos norte-americanos na implementação de leis de terras benéficas aos colonos. Dizia o jornal que “com a cessação do tráfico negreiro a colonização *era* a única saída de quem ama o Brasil” e as leis de terras dos Estados Unidos eram exemplos de ocupação das localidades que acarretaria o povoamento por trabalhadores brancos.

¹²⁵O *Mercantil*, Edição 96 de 02 de agosto de 1851 Pág. 1-2

¹²⁶Idem

¹²⁷O *Mercantil*, Edição 97 de 06 de agosto de 1851 Pág. 1-2

O discurso a favor da imigração de suíços e alemães para “branquear” a população estava presente tanto no legislativo provincial quanto no legislativo geral. As elites políticas buscavam o que chamavam de “promoção da civilização” para superar os “problemas” das heranças africanas e indígena e a mistura de raças que caracterizou a população brasileira de costumes e modos de vida diversos dos considerados ideais para as elites europeizadas¹²⁸. Os núcleos coloniais defendidos, tanto pela opinião pública como pelas elites da época favoreceriam a assimilação da cultura europeia à cultura nacional e fariam avançar o processo civilizatório, o que naquele momento se fazia fundamental para superar o “atraso” e a “inferioridade” tão latentes nos discursos dos dirigentes políticos brasileiros.

As discussões em torno do fim do tráfico e das vantagens da colonização, no entanto, não ocupavam as páginas dos jornais aliados ao Partido Conservador. Os periódicos *O Compilador Paulistano*, *A Aurora Paulistana* e *O Vinte e Nove de Setembro* se revezavam no direcionamento de ataques ora aos Vergueiros, ora aos jornais que se propunham a defender o sistema de parceria. A principal estratégia dos conservadores era por meio das chamadas *Correspondências*, pequenas cartas, em geral na última página dos jornais, de um partidário do interior ou às vezes da capital que criticava os adversários e cobrava providências sobre assuntos de interesse público¹²⁹.

O *Compilador Paulistano* foi uma folha criada para defender a administração provincial do Partido Conservador. Tratava-se de uma publicação oficial do governo e servia para informar a elite econômica dos atos do Executivo, principalmente. Já o *Aurora Paulistana*, na edição de lançamento declarou que tinha por principal objetivo “a publicação dos negócios sobre os melhoramentos materiais da província, nem por isto será indiferente à política [...]”¹³⁰. Além de se colocar como oponente das folhas *O Ypiranga* e *O Mercantil*, o periódico versava sobre as qualidades do Partido da Ordem e ao se declarar defensor das ideias do partido governista¹³¹ explicava a adesão por entender que eram do interesse desse partido os melhoramentos materiais do país¹³². *O Vinte e Nove de Setembro*, era publicado na capital na Tipografia do Clarim Saquarema e, muitas vezes, seus textos eram citados n’*A Aurora Paulistana*. Acusações e críticas aos políticos liberais eram comuns nos artigos do

¹²⁸Considerações de Carlos Perrat Gentil, cônsul da Suíça no Rio de Janeiro. *O Mercantil*, Edição 67 de 23 de abril de 1851 Pág. 1-2.

¹²⁹ BARROS, Mariana M. e MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Pág. 61

¹³⁰A *Aurora Paulistana*, Edição 1 de 27 de agosto de 1851. Pág 1

¹³¹O partido no governo em 1851 era o Partido Conservador.

¹³²A *Aurora Paulistana*, Edição 14 de 15 de novembro de 1851. Pág 1

jornal. Os jornais que compunham a chamada imprensa liberal, como o *Correio Mercantil* e o *Jornal do Commercio* também sofriam com os ataques do *Vinte e Nove*.

Já as críticas ao modelo de colonização tinham variados teores e podem ser divididas em três temas principais: as exigências do contrato com o governo, a situação de vida dos colonos em Ibicaba e o não cumprimento do contrato entre Vergueiro e os imigrantes europeus. Com relação ao governo, os jornais conservadores acusavam o senador e seus filhos de não trazerem o número de colonos estabelecido pelo contrato e usar o dinheiro público de maneira ilusória, sem levar em conta as exigências do poder provincial e dos fazendeiros que não podiam escolher os colonos no momento da chegada¹³³. Sobre as condições de sobrevivência impostas aos colonos, as acusações se baseavam nas avultadas dívidas acumuladas pelos colonos com a Vergueiro & Cia. e a concessão de terrenos impróprios para os imigrantes produzirem seus alimentos¹³⁴. Com relação às tratativas entre a empresa e os colonos, os conservadores viam a colônia debaixo de “uma tirania liberal” e que Vergueiro deveria se justificar sobre a situação dos colonos e do cumprimento dos contratos¹³⁵.

O conflito entre liberais e conservadores na imprensa era reflexo do que acontecia na Assembleia Provincial de São Paulo. Em maio de 1852, o Partido Liberal perdeu a cadeira da presidência, e o Partido Conservador emplacou cinco políticos, até junho de 1854, quando a situação liberal retornou ao poder. É neste momento que Vergueiro renova seu contrato com o governo e as discussões sobre o modelo de imigração tomam formas mais acirradas entre os partidos. A assinatura e posterior renovação do contrato em presidências liberais não foram por acaso. Na tribuna, os principais defensores de Vergueiro eram políticos ligados ao Partido Liberal.

O Partido Liberal tinha forte influência na política da província e ganhava a “palma do triunfo em todas as freguesias”¹³⁶. Mesmo nas administrações saquaremas a influência dos luzias não era totalmente aniquilada. Segundo a própria imprensa liberal, o pensamento alinhado ao partido dominava São Paulo e mesmo com os “espingardeamentos e assassinatos” conseguia eleger um bom número de correligionários¹³⁷. Não é possível chegar a um número exato de deputados liberais e conservadores que havia no legislativo paulista nas épocas em

¹³³O Compilador Paulistano, Edição 5 de 30 de outubro de 1852, Pág. 3

¹³⁴Defesa de Vergueiro das acusações publicadas no 29 de setembro publicada em O Mercantil, Edição 114 de 04 de outubro de 1851, Pág. 1-2

¹³⁵A Aurora Paulistana, Edição 15 de 21 de novembro de 1851. Pág 2

¹³⁶A Pátria, Edição 156 de 26 de setembro de 1856. Pág 1

¹³⁷A Pátria, Edição 141 de 27 de agosto de 1856. Pág 2

que os contratos com Vergueiro foram assinados e as leis de financiamento aprovadas. No entanto, diante da análise dos debates e do mapeamento das posições políticas de cada deputado, é possível afirmar que em 1852, pelo menos 50% do parlamento paulista era composto por conservadores, assim como em 1854.

A convergência dos liberais à pauta sobre o trabalho dos imigrantes e a aprovação de medidas favoráveis a ela com maioria conservadora se explica pelo fato de que os contratos com Vergueiro eram assinados pelo Executivo da Província. Soma-se isso ao fato da maioria conservadora, na maior parte das vezes, não comparecer por inteiro nas sessões legislativas e não obter número necessário para travar as pautas apoiadas pelos liberais. Os conservadores e liberais presentes nas sessões, geralmente, disputavam em igualdade numérica, o que permitia um debate acirrado e longo, como os protagonizados os ocorridos em 1856, que serão analisados adiante.

Além disso, a defesa da imigração na tribuna, de maneira geral, era externalizada tanto por conservadores quanto por liberais, o que dividia os políticos era a maneira como deveria ser colocada em prática. É importante destacar também, que alguns dos deputados, dos dois partidos, declaravam-se a favor porque o status quo da época exigia. Todavia, muitas vezes ficava claro o cerceamento e a promoção de entraves às discussões por parte de alguns. A declaração pública dos partidos de apoio à pauta foi um fator que também contribuiu junto à articulação dos liberais do plenário com o Executivo para que as leis que permitiram empréstimos e o financiamento de parte das passagens dos colonos fossem aprovadas na assembleia de maioria conservadora.

A defesa da imigração no discurso era um recurso muito usado na assembleia. A maioria dos deputados defendia a necessidade de substituir os escravos pelos trabalhadores livres, principalmente depois do fim do tráfico. Os deputados do Partido Liberal frequentemente usavam da justificativa baseada na ideia de progresso e desenvolvimento civilizatório. Para eles, era inaceitável uma sociedade que procurava desenvolver sua lavoura usar o sistema escravista de trabalho. Por outro lado, para que o país abandonasse o uso de escravos, deveria haver alguma contrapartida aos fazendeiros e assim, o aceite ao trabalho livre seria de maneira mais branda e gradual.

A localidade também tinha peso nos debates. Segundo Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, concentrados primeiro na província do Rio de Janeiro, os cafezais lentamente se

expandiram para São Paulo ao sul e ao sudoeste¹³⁸. Ingressou pela região setentrional do Vale do Paraíba, pelo litoral fluminense e litoral norte paulista, usando predominantemente a mão-de-obra escrava¹³⁹, escreveu Holloway, dali atravessou a Serra do Mar e nas décadas de 1820 e 1830 espalhou-se pelo restante da província, chegando em 1850 nas regiões do Oeste Paulista que se tornou a principal zona cafeeira do Brasil, na segunda metade do século XIX. A expansão em direção ao Oeste Paulista¹⁴⁰ não ocorre de maneira homogênea, e, segundo Paula Beiguelman, são abundantes as evidências de uma discrepância do Oeste (área nova) em relação aos modelos de produção das fazendas mais antigas¹⁴¹. A autora afirma que o Oeste Novo desenvolveu tendências alternativas ao modelo essencialmente escravista de trabalho. Tendo iniciado sua expansão após a extinção do tráfico de escravos, a lavoura do Oeste passou a empregar trabalhadores livres ao lado dos escravos. Não por acaso, a grande maioria dos conservadores eleitos na assembleia nas legislaturas de 1850 até 1860 era proveniente do Velho Oeste Paulista e do Vale do Paraíba. Queiroz Telles, por exemplo, era de Jundiaí, Joaquim Ribas de São Carlos, Gomes Barata de Taubaté e Antônio Barbosa Gomes Nogueira de Bananal. Todos esses defendiam com mais reservas o trabalho livre e eram enfaticamente contra o financiamento. Quando davam o braço a torcer, sempre lançavam mão de algum tipo de comparação com seus próprios escravos e o quão vantajoso ou não poderia ser trazer imigrantes. Os políticos liberais, ao contrário, vinham em sua maioria de regiões mais novas de plantio, que na época encontravam-se em plena expansão, ou de zonas metropolitanas. Martim Francisco, por exemplo, era representante de Santos, João Avelar Brotero de Itú e Gabriel Rodrigues dos Santos da capital.

O número de escravos e trabalhadores livres nas fazendas do Vale do Paraíba em comparação com as do Oeste Paulista mostra o enorme contraste entre o sistema de trabalho preferido dos fazendeiros de cada região. Por exemplo, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 1854, o presidente da província José Antônio Saraiva anexou um quadro estatístico de alguns estabelecimentos rurais de São Paulo. No documento, consta que no Vale do Paraíba havia cerca de 1.150 fazendas com quase 30.000 escravos trabalhando e

¹³⁸LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005. Pág. 90

¹³⁹HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café*. Op. Cit., pág. 22

¹⁴⁰Essa pesquisa adotará a nomenclatura proposta por Paula Beiguelman, para distinguir as áreas de plantio de café em São Paulo. Com o Oeste e o Vale do Paraíba, configuram-se na província, três áreas socioeconômicas, uma vez que o Oeste se entende por duas áreas: o Oeste Antigo (com centro em Campinas) e o Oeste Novo (com centro em Ribeirão Preto).

¹⁴¹BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. Brasiliense: São Paulo, 1982. Pág. 26

apenas 31 colonos estrangeiros. Já no Oeste, o número de escravos chegava a 13.519 em 556 fazendas e os colonos estrangeiros somavam 2.042 pessoas¹⁴².

Os liberais defendiam, principalmente, alguma forma de auxílio aos fazendeiros na empreitada. Para eles, deveria haver medidas concretas para ajudar particulares a trazer estrangeiros. Atrelados em sua maioria a regiões de expansão recente do café, esses fazendeiros não tinham a seu dispor um número tão grande de escravos. A impossibilidade de importação desde 1850 e o recente estabelecimento dessas fazendas acarretava o descarte de qualquer método de reprodução natural nas fazendas ou compra em regiões próximas. A ajuda financeira do governo às casas comerciais, que poderia vir como forma de empréstimo, era uma opção em debate, sempre em consonância com o discurso da produtividade e maximização da produção.

Por sua vez, entre os políticos do Partido Conservador os ideais associados ao progresso eram pouco explorados. O discurso pela imigração ganhava adjetivos mais abstratos, era vista como algo desconhecido, pouco testada ou muito simplesmente, apenas um sistema que “deveria ser fomentado”. Por contarem com muitos escravos nas fazendas do Oeste Velho e do Vale do Paraíba, os políticos ligados a essas localidades faziam pouco pela importação de mão de obra livre. A aprovação de medidas imigratórias em plenário com maioria conservadora só foi possível graças à articulação entre os deputados liberais e o presidente da província oriundo do Partido Liberal.

José Antônio Saraiva, presidente da província, liberal¹⁴³, em seu discurso de abertura da legislatura de 1855 propugnava pela defesa do trabalho livre, urgente para a agricultura de São Paulo. Para isso, o novo contrato com Vergueiro, vinha no sentido de aumentar o número de colonos importados e o empréstimo dos cofres da província, nada mais era que um insignificante auxílio do poder público¹⁴⁴. No plenário, também é possível identificar uma adesão dos liberais ao financiamento público do projeto de Vergueiro.

No ano da ascensão de um político liberal ao cargo do executivo, a Comissão de Fazenda e Orçamento era formada pelos políticos Prudêncio Geraldes Tavares de Veiga Cabral, Vicente José da Costa Cabral e Hyppolito José Soares de Souza. Hyppolito havia

¹⁴²LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo de 1750 a 1850*. Op. Cit., pág. 90

¹⁴³EGAS, Eugênio. *Galeria dos presidentes de São Paulo*. Publicação do Estado de São Paulo, VI 1926. Pág. 253

¹⁴⁴Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 193 de 07 de fevereiro de 1855. Pág. 1-2

ocupado o cargo de vice-presidente da província na administração liberal de 1852 e junto aos colegas de comissão, propôs um projeto de financiamento direto da imigração. O acordo que entraria em discussão autorizava o governo a alterar o contrato celebrado entre a província e a casa comercial da família Vergueiro e aplicar metade da cota da imigração para o pagamento das passagens como favor feito aos colonos, ou seja, sem que deles fosse cobrado este valor.

O deputado conservador Antônio Ribas, de São Carlos, defendia que o valor, exclusivamente destinado a casa Vergueiro, seria prejudicial aos cofres públicos e que a colonização deveria ser espontânea¹⁴⁵. Também sugeriu que a não cobrança de juros, como estava sendo feito até então, já era um suficiente auxílio para o limitado orçamento da província, sendo o governo geral o responsável por esse assunto, com muito mais recursos¹⁴⁶. Ao seu lado estava Ricardo Gumbleton, médico de Campinas e também membro do Partido Conservador¹⁴⁷, que afirmava ser contra por entender que o apoio aos estrangeiros deixava à margem os brasileiros mais carentes do apoio do poder público e ainda, que os colonos não permaneciam nas fazendas e logo procuravam terras para se estabelecerem e formarem o que o deputado chamou de população “mais perigosa que a africana¹⁴⁸”. Já o deputado Queiroz Telles, residente de Jundiaí e também do Partido Conservador, se dizia favorável à colonização, mas demonstrou resistência a aprovação do projeto já que a província, segundo ele, gastava com coisas mais inúteis¹⁴⁹.

Hyppolito defendeu que a medida seria benéfica à província e poderia, a longo prazo, remover os embaraços que existiam para os imigrantes, como a dificuldade de emprego, a impossibilidade de adquirirem terras por bons preços e a ausência de liberdade religiosa¹⁵⁰. Ainda diz que na medida em que os colonos deviam pagar suas passagens, a província só atrairia “vagabundos e viciosos” sujeitos a uma espécie de escravidão pelo avultado volume de dívidas. A medida servia para que a província melhorasse seu status na Europa e se alinhasse aos esforços do governo geral.

A despeito das falas conservadoras, o projeto foi aprovado e autorizou o governo a alterar o acordo com a casa Vergueiro & Cia aplicando metade da cota de vinte e cinco contos ao pagamento de metade das passagens. A casa Vergueiro teria vantagem no orçamento

¹⁴⁵Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição nº 236 - 17/04/1855, pág 2-3

¹⁴⁶Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição nº 243 - 25/04/1855, pág 1-2

¹⁴⁷LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. Duprat & Comp: São Paulo, 1903, Volume II. Pág 223

¹⁴⁸Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição nº 237 - 18/04/1855, pág 2-3

¹⁴⁹Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 243 - 25/4/1855, Pág. 1-2

¹⁵⁰Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 237 - 18/04/1855, Pág. 2-3

provincial de 1852 até 1856, quando a assembleia abre caminho a outras casas comerciais e tira o monopólio da empresa da família do senador. O financiamento foi descrito na lei de orçamento de 1855

Art. 9.º - Ficam revogados os artigos 11, 12, 13, da lei n.14 de 19 de julho de 1852, e autorizado o governo a alterar de acordo com a casa Vergueiro e Companhia o contrato celebrado entre ambos para a introdução de colonos nesta província, aplicando metade da cota para este serviço ao pagamento da metade das passagens, como favor feito aos mesmos, sendo a outra metade paga por eles, ou pelos lavradores que quiserem, e descontadas em seus serviços segundo seus contractos¹⁵¹.

Em 1856, no entanto, as notícias vindas das colônias e a insatisfação dos fazendeiros com os europeus começaram a abalar a relação amistosa entre os Vergueiro e o governo provincial. O deputado Queiroz Telles, que antes não expressava reação ao projeto, pediu esclarecimentos sobre o contrato com a empresa de Vergueiro, que, segundo ele, ia no sentido contrário do apoio à agricultura

“Falo com experiência própria. Com a aquisição de 157 colonos tenho dispendido perto de 21:000\$000 réis, e nenhuma vantagem poderei tirar, mesmo muitos destes colonos se acham em dívidas muito avultadas para comigo, de despesas que com eles tenho feito, e não sei quando me poderão pagar¹⁵²”

Em seu apoio, discursavam os conservadores Joaquim Octávio Nébias, de Santos e Joaquim Floriano de Godoy Júnior, de Jacaré. O primeiro, porque “a despesa que se faz atualmente como uma dessas famílias de colonos é muitas vezes igual ao custo de um escravo que fica sendo propriedade nossa¹⁵³”. Já Godoy declarava que a província devia parar de financiar a imigração com a casa Vergueiro, uma vez que a mesma trazia colonos impróprios para o trabalho nas fazendas, como tintureiros, alfaiates e cabeleireiros¹⁵⁴.

Os liberais paulistas, por sua vez, eram unânimes ao tratar a escravidão naquele momento como uma instituição que estava destinada a um fim relativamente próximo. Com a extinção do tráfico negreiro, os políticos entendiam que não havia outra saída que não fosse a obtenção de mão de obra europeia pela imigração. Martim Francisco Ribeiro de Andrada saiu em defesa de Vergueiro e do financiamento das passagens dos colonos. Para ele, os valores não eram tão altos, tendo em vista o que os “compreendedores de lavoura” gastavam com a escravidão¹⁵⁵, sendo o trabalho livre muito mais produtivo que o trabalho escravo. E que

[...] “nenhum de nós pode contestar que a escravidão era um verdadeiro perigo para o Brasil; estávamos, senhores a bem dizer, sobre a cratera de um vulcão [...] o

¹⁵¹Lei nº 31 de 25 de abril de 1855. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=139873>> Acesso em 17 de junho de 2019

¹⁵²Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 368 - 22/02/1856. Pág 1

¹⁵³Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 379 - 08/03/1856. Pág 1

¹⁵⁴Idem

¹⁵⁵Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 406 - 18/04/1856. Pág 1-4

trabalho livre deve ser sempre preferível ao trabalho escravo, por ser mais espontâneo e inteligente, por não se precisar do vergonhoso espetáculo do azorrague para impelir ao trabalhar o agente industrial.¹⁵⁶”

Afirmou também, que os colonos poderiam pagar o montante das passagens rapidamente aos lavradores pela sua inteligência e produtividade¹⁵⁷. A casa Vergueiro, segundo o deputado, não recebia mais que um auxílio de 1:500\$ réis anuais que seria o rendimento do valor emprestado anualmente pela província e para isso, deveria trazer mil colonos da Europa.

Os conservadores José Manoel da Silva (Barão de Tietê), Joaquim Octávio Nébias e Queiroz Telles revezaram-se na defesa da tese de que a casa Vergueiro tinha vantagens indevidas e não cumpria as regras do contrato estabelecido com o governo. Segundo eles, eram vários os problemas causados pela empresa importadora. Primeiro, a distribuição dos colonos era feita arbitrariamente sem antes o governo ter conhecimento da quantidade de trabalhadores que chegavam ao porto de Santos¹⁵⁸. Segundo, a enorme vantagem que tinha a casa comercial diante do auxílio provincial e da exclusividade em trazer colonos, prejudicando as demais empresas que queiram concorrer¹⁵⁹. Por último, Nébias salientava que, a colonização devia ser apoiada, mas com mais critério e fiscalização, principalmente no que se referia à qualidade dos colonos. O deputado afirmou que muitos traziam filhos menores que não podiam trabalhar, o que gerava um ônus maior ao lavrador¹⁶⁰.

O deputado Queiroz Telles, Barão de Jundiá, proprietário do latifúndio de Sítio Grande, que produzia café e açúcar, defendia que o governo deveria interferir para que os colonos fossem importados com um preço menor e que o governo pagasse metade das passagens dos colonos que ele havia importado, pois eram “pessoas honradas” e não podia “o fazendeiro [...] carregar com tudo, e as outras classes de cidadãos ficarem isentas¹⁶¹”. No entanto, alguns dias depois, Telles enviou o projeto que suprimiu o pagamento de metade das passagens aos colonos. A justificativa foi a enorme quantidade de casas comerciais que se propunha a trazer imigrantes sendo a quantia insuficiente para o financiamento de todas¹⁶².

A casa Vergueiro passou a ser cada vez mais questionada pelos conservadores sobre seus métodos. O arbítrio na distribuição dos colonos, os elevados preços (se comparados com

¹⁵⁶Ibidem. Pág 2

¹⁵⁷Ibidem. Pág 2

¹⁵⁸Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 407 - 19/04/1856. Pág 1-2

¹⁵⁹Idem

¹⁶⁰Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 408 - 21/04/1856. Pág 1-3

¹⁶¹Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 409 - 22/04/1856. Pág 1-4

¹⁶²Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 412 - 25/04/1856. Pág 2

o valor de um escravo na época), a vinda de trabalhadores com pouca habilidade para as atividades da lavoura e o possível monopólio da empresa diante do apoio do governo.

Desta forma, os conservadores não se opunham à imigração como forma de substituir o trabalho escravo e sim à forma como isto estava sendo conduzido. Questionavam o favorecimento aos Vergueiros e os termos dos contratos com os imigrantes, que para eles mais traziam prejuízo do que ganho. Além disso, o debate em 1856 indica que a subvenção do governo provincial para trazer imigrantes estava em disputa. Ao se colocarem contra os privilégios da casa Vergueiro, vários deputados defendiam que o melhor caminho era criar condições para que todas as casas comerciais interessadas pudessem trazer colonos, de modo que o governo não precisaria financiar a vinda de imigrantes. Por outro lado, os defensores da subvenção atrelaram esta posição à defesa do favorecimento dos Vergueiros.

Em meio a esta discussão, a Comissão de Fazenda enviou outra proposta de financiamento da imigração. Dessa vez o auxílio seria de 10:000\$000. Os políticos liberais não mediram esforços para apoiarem Vergueiro. Em longo discurso, Ribeiro de Andrada salientou que o preço do imigrante, estabelecido em 123\$000, não era caro para os padrões da época, já que os escravos eram vendidos a 1:000\$000 cada um, e ainda insiste na questão da lucratividade

“Ora, [...] em alguns países como nos EUA, o gasto das fazendas onde há escravatura, é de dois e meio por cento anualmente e entre nós é menos, mas costuma-se calcular que a vida média do escravo, empregado na agricultura é de 10 a 12 anos. Vê, pois, o nobre deputado que ainda assim o trabalho escravo é muito mais caro, e muito menos produtivo: logo, já melhoramos muito com a importação dos colonos.¹⁶³”

A tentativa de convencer os membros da assembleia com a comparação entre o trabalho livre e o escravo era uma estratégia muito usada pelos liberais, principalmente por Ribeiro de Andrada, tendo em vista que a maioria dos agricultores com assento no plenário tinham escravos em seus inventários. Em contrapartida, alguns dos conservadores, como Nébias, apresentavam o argumento contra o monopólio da empresa de Vergueiro. Na medida em que outras companhias tinham interesse em importar colonos, chegaram ao plenário requisições neste sentido. Nébias e outros políticos salientaram dois pontos: primeiro, já que a casa Vergueiro promovia irregularidades e não satisfazia a vontade dos fazendeiros que solicitaram colonos, o financiamento deveria ser revisto. Segundo, como o governo não tinha condições de financiar todos, não deveria financiar ninguém.

¹⁶³Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 409 - 22/04/1856, Pág 1-4

A Theodore Will & Cia, por exemplo, pedia a quantia de dez contos para trazer colonos e o governo autorizou na lei orçamentária de 1856

Art. 11. Fica também desde já autorizado [o governo] para se entender com a casa de Theodore Will & Companhia para a importação de colonos, e sua distribuição na província a bem da agricultura contratando com a dita casa dentro das mesmas condições, e favores com que ela distribui atualmente os colonos que manda vir. Para este ensaio poderá o governo aplicar até 10.000\$000 rs dando conta do resultado na próxima Sessão Legislativa, para que à vista das vantagens colhidas se delibere a introdução em maior escala¹⁶⁴.

Nesse mesmo ano, a casa Leroy e Steimman de Antuérpia solicitou empréstimo ao governo para pagamento das passagens de colonos europeus. Antonio Joaquim Ribas volta a tribuna e aproveita a proposta de Leroy e Steimman para enfatizar os poucos recursos que a província tinha para levar adiante o projeto de imigração subvencionada. Para ele, o governo geral era o único poder capaz de, por meios diretos, facilitar a empreitada. Mesmo contrário ao financiamento direto, o deputado afirma que votaria a favor de algum projeto uma vez que “a assembleia toda sabe que pela cessação do tráfico ilícito dos africanos começou a faltar braços para os trabalhos da lavoura e este sofrimento [...] precisa ser mitigado, ou sanado, desde já [...]”¹⁶⁵. O deputado também usava dos pedidos de outras companhias para defender a extinção de qualquer financiamento.

A tese de que a assembleia não tinha condições de financiar a imigração naquela época, pode ser entendida como, pelo menos, controversa. Mesmo operando em déficit, é possível argumentar que a atividade colonizadora traria retorno em impostos para o governo, por isso, o valor deveria ser entendido como um investimento. Uma análise do orçamento provincial¹⁶⁶ de 1856 permite inferir que o valor de metade da cota, 12:500\$000, para o pagamento das passagens era baixo em comparação com outros gastos do governo. Com gastos não essenciais, como o subsídio aos deputados para deslocamento e despesas diversas do corpo político, a assembleia despendia uma importância um pouco superior do que o que seria investido na imigração. O culto público e a catequese de indígenas também por pouco não superou o total para a vinda de imigrantes. O valor do subsídio não chegaria sequer a superar o valor gasto com a iluminação pública de toda a província, que representava cerca de 3% do orçamento provincial.

¹⁶⁴Lei nº 31 de 07 de maio de 1856. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/certificado/lei%20n.31,%20de%2007.05.1856.pdf>> Acesso em 11 de junho de 2019

¹⁶⁵Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 410 - 23/04/1856. Pág 1-4

¹⁶⁶Lei nº 31 de 25 de abril de 1855. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1855/lei-31-25.04.1855.html>> Acesso em 12 de setembro de 2019

Na mesma legislatura, de 1856, com um horizonte de extinção do financiamento direto da importação de colonos, o liberal João da Silva Carrão, de Sorocaba, apresentou um projeto no sentido de minimizar os danos pela supressão do financiamento. O objetivo era auxiliar indiretamente a imigração e colher informações na Europa sobre as melhores condições de importação dos colonos. O governo seria peça central somente na efetivação do negócio, uma vez que deixaria nas mãos do fazendeiro a responsabilidade de decisão sobre a qualidade das pessoas que viriam e os preços de transporte e viagem para o Brasil.

Aditivo - nº 70: O governo fica autorizado a garantir na Europa a responsabilidade dos fazendeiros da província pelo dispêndio de importância de colonos que encomendarem a qualquer indivíduo ou sociedade recebendo nesta garantia correspondente. E também procurará colher informações na Europa acerca das condições com que poderão obter remessas de colonos para a província, especialmente nas praças do Havre, Antuérpia, Hamburgo e Bremen, fazendo-as publicar na província pela imprensa.

Ainda assim, há resistência conservadora. Depois do deputado Queiroz Telles enviar uma emenda que extinguiu o pagamento de metade da cota que a assembleia destinava às passagens dos colonos com a justificativa da insuficiência por parte do governo, ele ainda leva à sessão documentos financeiros da Vergueiro & Cia. O próprio havia feito negócios com a família e adquirido 157 colonos. Os papéis eram parte da estratégia e serviram para ilustrar o preço elevado cobrado pelos imigrantes.

III. Perturbações na colônia e a derrocada dos Vergueiro

Na legislatura de 1857, Vergueiro começou a encontrar dificuldades diante da totalidade dos deputados. Ocorreu a chamada Revolta de Ibicaba, uma sublevação de imigrantes, principalmente suíços, insatisfeitos com as condições de trabalho impostas pelos Vergueiro. Ribeiro de Andrada iniciou a legislatura com uma fala sobre o que classificava como “perturbação na colônia do senhor Vergueiro” e enumerou algumas razões do ocorrido. Entre elas, o excesso de dívidas contraídas pelos colonos, como as despesas com transporte, que transformavam os colonos em “escravos brancos”, a impossibilidade de vender produtos excedentes e os altos preços cobrados pelos gêneros alimentícios dentro da fazenda. O deputado defendeu que era um sinal de que os contratos deveriam ser revistos e a legislação adaptada aos novos acontecimentos, assim como o ocorrido não deveria ser motivo de descrédito à “colonização tão necessária ao nosso país¹⁶⁷”.

No impulso da revolta, os conservadores radicalizaram o discurso. Para Joaquim

¹⁶⁷Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 494 - 16/02/1857. Pág 2

Nébias, a empresa só trazia ao país “elementos miseráveis, gente vadia¹⁶⁸”, Telles coloca a responsabilidade exclusivamente nas costas dos Vergueiro. Alegava que havia colonos que chegavam sem dívidas, mas eram distribuídos aos lavradores pela empresa¹⁶⁹. Já Antônio Joaquim Ribas discursou contra a subvenção para a colonização e defendia a imigração espontânea. Segundo ele, o governo devia facilitar a aquisição de terrenos para que o colono tivesse propriedade territorial. Era preciso também um largo sistema de viação que facilitasse o transporte de mercadorias e pessoas. Além disso, era crucial que mais instituições de crédito fossem abertas para facilitar financiamentos e concorrer para uma diminuição dos juros. Para Ribas, financiar diretamente a imigração significaria “tirar de uns agricultores para mimosear a outros¹⁷⁰”.

A perda da credibilidade da casa Vergueiro chega, finalmente, nos núcleos dos liberais paulistas. Ribeiro de Andrada salientou em sessão que o verdadeiro modo de auxiliar a colonização era extinguindo a intermediação da casa Vergueiro, ou seja, entregando as quantias do orçamento do governo diretamente aos fazendeiros que poderiam importar os colonos. Também, no intuito de ajudar o colono no pagamento da passagem, o governo deveria pagar uma quantia por colono¹⁷¹. Tornou-se claro o descontentamento com as práticas da casa comercial e o não cumprimento dos contratos, no entanto, a posição de que o governo deveria auxiliar a vinda de imigrantes ainda era defendida pelos liberais. Em função da revolta de Ibicaba os liberais desvincularam a defesa da subvenção da defesa da casa Vergueiro, sem abrir mão da questão central que era o financiamento pelo governo, combatido pelos conservadores.

Mas nem todos liberais abandonaram Vergueiro. O periódico *A Pátria*, que defendia a colonização subsidiada e clamava aos demais jornais liberais que fizessem o mesmo, julgava vantajoso que o governo pagasse as passagens dos colonos e punisse os que maltratassem os estrangeiros¹⁷². *A Pátria* era um jornal que circulava em Niterói e teve papel importante entre os anos de 1852 e 1860 na defesa dos ideais liberais. Era propriedade de Carlos Bernardino de Moura, que por sua vez, fazia parte de um grupo contrário aos saquaremas e aos conservadores em geral¹⁷³. O jornal defendia que o modelo de colonização de Vergueiro era o mais vantajoso, porque não transformava os colonos em proprietários em detrimento dos

¹⁶⁸Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 506 - 09/03/1857. Pág 1-2

¹⁶⁹Ibidem

¹⁷⁰Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 543 - 25/04/1857. Pág 1-3

¹⁷¹Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 544 - 27/04/1857. Pág 4

¹⁷²*A Pátria*, Edição 96 de 04 de julho de 1856. Pág 1

¹⁷³*A Revolução Pacífica*. Hemeroteca Digital. Disponível em <<https://bdigital.bn.gov.br/artigos/a-revolucao-pacifica/>> Acesso em 13 de Setembro de 2019

fazendeiros brasileiros. Além disso, as notícias que corriam sobre as revoltas nas colônias, eram tratadas pelo jornal como inexatidões ou mentiras criadas por inimigos políticos. As agitações, ocorridas na fazenda de Vergueiro, dizia o periódico, eram pequenas e insignificantes¹⁷⁴.

Depois de declarar-se contra a casa Vergueiro, Ribeiro de Andrada torna-se alvo d'*a Pátria*. Ao solicitar esclarecimentos sobre a movimentação dos colonos na fazenda, o redator do jornal publicou que o deputado era um “incitador de revoltas de colonos”¹⁷⁵

“Para vingar-se da família Vergueiro que, com a coadjuvação dos seus amigos, foi quem lhe deu o tombo, o dr. Martim tanto tem taramelado na assembleia provincial contra as colônias dessa família que aí estão elas todas agitadas, talvez carecendo de força pública para acalmá-las. [...] Julga, porventura, o dr. Martim que, se essas colônias se extinguirem, a colonização de gente europeia morigerada e laboriosa progredirão no Brasil? Que engano! E quais são os nomes que invoca o dr. Martim como para sucederem a casa Vergueiro na introdução nesta província?”¹⁷⁶

A defesa de Vergueiro no jornal respondia a todas as acusações proferidas pelos conservadores e o liberal Andrada, no Paço da Assembleia Legislativa. Sobre as alegações de Queiroz Telles, um texto, assinado por Gaspar Couqueiro¹⁷⁷, desafiava Nébias e Telles a provarem as calúnias na imprensa e ainda afirmava que a perturbação em Ibicaba, se não estava completamente abafada, não era nada tão grande “como alguns querem”¹⁷⁸. Para os liberais do Rio de Janeiro, as motivações dos deputados paulistas em tornar tão pública a revolta em Limeira tinham como pano de fundo a expulsão dos Vergueiro do orçamento provincial.

Na tentativa de tirar credibilidade ao relato dos colonos e acalmar os ânimos dos políticos em torno da revolta, os Vergueiro enviaram documentos à assembleia, como resposta às solicitações dos deputados provinciais. Parte dos papéis era escrita por um encarregado dos Cantões suíços, que defendia o trabalho de Vergueiro e “espera com convicção que os colonos reconhecerão a sua injustiça” e que “a respeito dos tratamentos dos colonos foram feitas ao Sr. Jonas [diretor da colônia] várias acusações exageradas”¹⁷⁹. Os papéis também são publicados no *A Pátria* e o jornal se declarava imparcial na divulgação dos documentos. Ou seja, na versão do periódico a fala de um membro do governo, estrangeiro e encarregado de examinar a situação das colônias no Brasil se aproximava mais da realidade do que acusações “banais e sem fundamento” de membros da assembleia provincial de São Paulo, que carregavam

¹⁷⁴A Pátria, Edição 58 de 17 de fevereiro de 1857. Pág 2

¹⁷⁵Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 535 - 16/04/1857. Pág 2-3

¹⁷⁶A Pátria, Edição 67 de 23 de março de 1857. Pág 3

¹⁷⁷Não foram encontrados registros sobre Gaspar Couqueiro e suas relações com os Vergueiro.

¹⁷⁸A Pátria, Edição 76 de 4 de abril de 1857. Pág 2

¹⁷⁹Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 519 - 24/03/1857. Pág 2

inúmeras irregularidades dentro da administração pública¹⁸⁰.

Em outra edição do *A Pátria* os Vergueiro se defenderam. Em artigo denominado “Colonização”, originalmente destinado à assembleia legislativa, a família que se dizia pioneira do sistema de colonização na província, acusava Queiroz Telles e Nébias de estarem equivocados nas alegações sobre as condições de vida dos colonos em Ibicaba. Os Vergueiro explicaram no artigo que as Comunas Suíças costumavam adiantar aos imigrantes parte, a totalidade ou a totalidade mais uma quantia em dinheiro das passagens. O papel da empresa, dizia o texto, ficava restrito à intermediação dessa relação e assim enviar o pagamento dos colonos devedores à Europa. No entanto, alguns colonos reclamavam sobre os valores das dívidas das passagens, e, segundo os Vergueiro, as comunas europeias respondiam prontamente aos que assim o faziam, podendo até aliviar a quantia ao colono¹⁸¹.

Os conservadores fecharam questão em torno dos Vergueiro. Dalí para frente, o trabalho livre deveria ser melhor estudado e, até mesmo para alguns dos liberais, o financiamento deveria ser feito de maneira que não privilegiasse nenhuma empresa de importação. A Revolta de Ibicaba também desanimou os políticos liberais que passaram a ver o sistema de parceria com mais reservas.

Ribeiro de Andrada ao rebater *A Pátria* sobre as alegações dos Vergueiro, acusa-os de forjar documentos, além de colocar em dúvida o relato do encarregado do governo, que, segundo Andrada, também declarou que as queixas dos colonos eram fidedignas e que os atestados publicados no jornal foram escritos depois dos Vergueiro terem feito diversas concessões aos colonos revoltosos.

“Não sei com que direito alguém que já teve a infeliz lembrança de pôr em um barco que mandou para a Costa da África, o nome de seu pai, ouse acoimar de ridículo o meu comportamento, quando, com tão pouco respeito às mãos daquele que lhe deu o ser tocou os limites do grotesco”.¹⁸²

Andrada referia-se a José Vergueiro, filho de Nicolau Vergueiro, acusando o pai pelo tráfico de africanos e afirmou que se os colonos trazidos pela empresa continuassem a custar um preço maior que 120\$000, como praticado pelos importadores, era melhor que fosse mantida a escravidão. No embalo, o deputado conservador João Baptista da Silva Gomes Barata salientava que a assembleia estava desconfiada da atuação da casa Vergueiro, se ela era útil ou prejudicial à lavoura e que, na Europa, as notícias sobre o caráter do paulista não eram boas¹⁸³.

¹⁸⁰A Pátria, Edição 76 de 4 de abril de 1857. Pág 2

¹⁸¹A Pátria, Edição 83 de 15 de maio de 1857. Pág 4

¹⁸²Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 519 - 24/03/1857. Pág 2-3

¹⁸³Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 543 - 27/04/1857. Pág 3

Os deputados recebiam documentos também de colonos que enumeraram todos os problemas da fazenda do senador. Segundo eles, o câmbio usado para abatimento do valor das passagens era lesivo, além de haver cobrança de juros indevidos. Na Europa, também não era esclarecido que os colonos deveriam pagar uma comissão à casa, no valor de 10\$ por pessoa de mais de 8 anos de idade. Depois da chegada à colônia, lhes era cobrado também aluguel da moradia, que a princípio não era indicado no contrato; soma-se a isso os víveres impróprios e pequenos para cultivar os próprios alimentos. Os colonos também citaram o pouco que recebiam a título de pagamento pelo café produzido¹⁸⁴.

Os Vergueiro usavam a imprensa e seus amigos da Corte para se defender. Mesmo assim, a imagem da empresa em São Paulo sofreu abalos. Os políticos liberais viam na derrocada de Vergueiro uma justificativa para os conservadores colocarem em xeque todo sistema de colonização. Foi o que aconteceu, diante dos conflitos e impasses sobre o financiamento na tribuna, os projetos são deixados de lado e perderam o protagonismo nas discussões. Na lei de orçamento de 1857 foi paga a última parcela a empresa comercial comprometida em trazer colonos. Outra estratégia seria levada a cabo pelos deputados.

IV. Os trabalhadores livres nacionais

Em 1854, segundo Klein e Vidal Luna¹⁸⁵, a produção de café no Brasil atingiu a marca de 51 mil toneladas e empregou cerca de 54 mil escravos em 2.600 fazendas. Com relação aos trabalhadores livres, estima-se que havia algo em torno de 6 mil somando-se os agregados pobres. Naquele ano, o Oeste Paulista estava finalmente emergindo como zona importante e reservava 22% da produção paulista tendo uma média de 24 cativos por fazenda. Mesmo assim, o Vale do Paraíba ainda despontava como a principal região produtora de café, tendo Bananal como maior produtora (cerca de 15% da produção total)¹⁸⁶.

Apesar da importância crescente do café na economia paulista, havia a produção de alimentos e outros produtos. O papel dos escravos na produção desses gêneros que sustentavam a economia voltada para a exportação também merece destaque. Klein e Vidal Luna explicam que por mais que os escravos tenham sido desviados para o café no decorrer do século XIX, o setor produtor de alimentos permaneceu expressivo e integrou-se a

¹⁸⁴Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 545 - 28/04/1857. Pág 1

¹⁸⁵LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo de 1750 a 1850*. Op. Cit., pág. 88.

¹⁸⁶Idem. Pág 89

economia escravista¹⁸⁷. A crescente importação, até 1850, de africanos significou o acesso aos produtores de alimentos à mão de obra cativa fazendo com que a escravidão penetrasse nos mercados tradicionais paulistas. Quando o tráfico é proibido em 1850, o impacto gerado se faz sentir também na produção de alimentos já que, nessa atividade econômica, como em todas as demais na província, os escravos eram elemento chave para a subsistência e produção voltada aos mercados locais¹⁸⁸.

Impacto sentido também no plenário da assembleia provincial e na imprensa. Em sessão de 1855, o deputado João Baptista Gomes Barata mencionou a elevação dos preços dos alimentos na província causada pela falta deles no mercado¹⁸⁹. Os políticos paulistas bradavam na tribuna a “situação de penúria” e “carestia” que vivia a província pela falta de braços. Em artigo de 1857, o *Correio Paulistano* alertava sobre “as necessidades da lavoura [...] cuja carestia tanto vai impressionando¹⁹⁰”. O *Correio Paulistano* foi fundado em 1854 em São Paulo e teve Azevedo Marques como fundador e proprietário, além de Pedro Taques de Almeida Alvim, deputado provincial, como principal redator. O jornal começou liberal, mas, alguns anos depois, tornou-se conservador. A influência dos liberais na assembleia provincial era tamanha na época, que, com a desvinculação do jornal ao partido, os debates deixaram de ser nele publicados. Foi o primeiro jornal a publicar artigos de leitores e contribuintes em sua “seção livre” e formar a chamada opinião pública paulista. Depois de uma crise financeira, trocou a promessa inicial de oferecer uma imprensa livre pela defesa dos políticos conservadores¹⁹¹. Os colonos também são apontados como culpados da falta de alimentos. No jornal, um texto de opinião descreveu os estrangeiros como “classe vadia [...] que vem para São Paulo fazer número aos consumidores dos gêneros alimentícios, cuja carestia oprime as classes menos favorecidas¹⁹²”.

Esse fato, tão visivelmente desanimador para a agricultura, que cada vez mais clama por braços, manifesta a urgente necessidade que tendes de ocuparmos com a maior atenção não só da colonização nacional, como da estrangeira, tanto para que possam ser aproveitados esses braços que na província existem ociosos, como para que os colonos estrangeiros que aqui chegarem em lugar de favorecerem a produção, como devia ser, não continuem a vir aumentar o número de consumidores¹⁹³.

¹⁸⁷Idem. Pág 136

¹⁸⁸Idem. Pág 136

¹⁸⁹Discursos legislativos publicados no jornal *Correio Paulistano* - Edição 227 - 03/04/1855. Pág 1

¹⁹⁰*Correio Paulistano* - Edição 587 - 30/09/1857. Pág 1

¹⁹¹O *Correio Paulistano*: Primeiro diário paulista. Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_00/correio_paulistano.php> Acesso em 30 de setembro de 2019

¹⁹²*Correio Paulistano* - Edição 834 - 05/01/1859. Pág 2

¹⁹³*Correio Paulistano* - Edição 644 - 18/03/1857. Pág 1

As classes menos favorecidas para a elite política, naquele momento, eram as pessoas livres não brancas, que atingiam, em 1830, menos da metade do total desse grupo da província ou cerca de 41 mil indivíduos¹⁹⁴. No entanto, o potencial de crescimento dessa população era elevado, considerando que se tratava de nascidos livres e alforriados. Os livres nacionais tinham inúmeras ocupações, eram jornaleiros, pequenos produtores, artesãos e comerciantes, e não formavam um grupo isolado sem acesso aos recursos provenientes da economia de livre mercado¹⁹⁵. Mesmo assim, independentemente da atividade econômica que exerciam, eram os mais pobres da província e caracterizavam-se pela alta mobilidade entre as localidades paulistas.

No discurso da elite política, tanto liberais quanto conservadores, os livres nacionais eram definidos como “indolentes” e “infensos ao trabalho”. A definição de classe que não era simpática ao trabalho era comum e os deputados, não raramente, descreviam os brasileiros fora do eixo cafeeiro como “braços ociosos” e “consumidores” dos gêneros alimentícios¹⁹⁶. O líder liberal Paula Souza criticou esse tipo de discurso. Segundo ele “diz-se que os brasileiros desde que estão com a espingarda no ombro ou com o anzol no rio, desde que tem o alambary para comer e a viola para tocar, de nada mais cuidam, é isso uma injustiça que se lhes faz¹⁹⁷”.

Pouco a pouco, a defesa da introdução dos trabalhadores nacionais nas lavouras, associada ao malogro do sistema de parceria, ganha força na assembleia. O presidente da província José Joaquim Fernandes Torres, membro do Partido Liberal, ressaltou em discurso de abertura da sessão de 1857 que o resultado da imigração não havia correspondido aos sacrifícios e defendeu a “colonização” pelos próprios brasileiros “entregues ao ócio e inércia, que fazendo-os sofrer mil necessidades são também a causa desse grande número de delitos, que figuram as estatísticas criminais do Império¹⁹⁸”. Na tribuna, o também liberal Paula Souza caminhava sua fala no mesmo sentido, ao defender que a mais urgente necessidade da província era a substituição dos braços para a lavoura, e a desigualdade existente entre as condições do brasileiro e do estrangeiro que se procura angariar para a agricultura constituía uma das causas mais poderosas da não possibilidade ou da dificuldade da colonização brasileira¹⁹⁹.

¹⁹⁴LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo de 1750 a 1850*. Op. Cit. Pág 201

¹⁹⁵Ibidem. Pág. 218

¹⁹⁶Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano, Edição 619 - 09/02/1858. Pág 3

¹⁹⁷Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 644 - 18/03/1858. Pág 1

¹⁹⁸Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 619 - 09/02/1858. Pág 3

¹⁹⁹Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 644 - 18/03/1857. Pág 1

Mesmo com o grande esforço do governo e dos particulares o modelo idealizado pelos Vergueiros não havia alcançado os objetivos esperados pelos políticos e fazendeiros paulistas. Segundo os próprios deputados, primeiro, porque os agricultores da província acostumados com o trabalho escravo não se entendiam com os livres; depois, os colonos iludidos com promessas de trabalho se frustraram e desampararam o trabalho; também, os europeus trazidos ao Brasil, geralmente compunham lá uma “classe vadia, de má índole, inerte e inábil”²⁰⁰.

A nomeada *colonização nacional* pelos deputados passa a ser a política defendida principalmente pela ala liberal da assembleia provincial na legislatura de 1858-1859. Diante do desânimo dos fazendeiros pela imigração estrangeira, defendia o presidente da província, mesmo com a subvenção do governo Imperial, não houve procura de colonos pelos fazendeiros porque os mesmos “se davam mal” com a colonização²⁰¹.

A imprensa liberal também fazia coro a esse projeto quando abordava a questão da lavoura, entendida como meio do progresso na província. Segundo o jornal *Correio Paulistano*, em texto avulso, a colonização diminuta não era o bastante para suprir os braços escravos. Em uma seção do jornal denominada “Discurso” publicou-se um artigo de um fazendeiro que reclamava sobre a falta de braços e citava o ocaso do tráfico negreiro e do sistema de colonização europeia. Segundo ele, aos africanos cabia a infelicidade de serem cativos, já aos europeus o fato de serem uma classe desmoralizada e responsável por “fazer carga” aos países que chegam²⁰².

O debate parlamentar da década entre 1850 e 1860 nos permite algumas conclusões a respeito da defesa dos projetos imigratórios. Embora os partidos não se mobilizassem na defesa irrestrita de uma pauta, há certa coerência partidária em torno de projetos na medida em que deputados de um mesmo partido se juntavam e defendiam na tribuna suas proposições. Os dois grupos sempre tinham lideranças de destaque. Na ala conservadora, Queiroz Telles e Antônio Ribas, na ala liberal Ribeiro de Andrada e Carrão, parlamentares que muitas vezes monopolizaram o debate e angariaram o apoio dos demais deputados. Pode-se dizer que eram mais atuantes no sentido literal do termo, já que tinham alta frequência nas sessões legislativas.

²⁰⁰Discursos legislativos publicados no jornal *Correio Paulistano* - Edição 834 - 05/01/1859. Pág 2

²⁰¹Discursos legislativos publicados no jornal *Correio Paulistano* - Edição 860 - 06/02/1858. Pág 2

²⁰²*Correio Paulistano* - Edição 963 - 07/06/1859. Pág 2

O apoio à imigração era amplo entre os deputados em meados dos anos 1850. Ambos os partidos discursavam a favor de trazer colonos europeus para o trabalho nas lavouras. Os debates, no entanto, estavam centrados em como isso deveria ser feito: se a assembleia provincial financiaria ou não, se a casa Vergueiro era a melhor opção ou até mesmo, se não era mais vantajoso usar meios de atrair trabalhadores nacionais para as fazendas.

No decorrer da década, com debates mais avançados, o Partido Conservador passa a enumerar empecilhos que justificariam anular a imigração de estrangeiros como uma política que deveria ser empreendida pela província. Para seus principais quadros, como Ribas, o governo geral é que deveria financiar a vinda dos trabalhadores. O que não se aplica ao Partido Liberal, que invariavelmente defende o financiamento provincial e, mais do que isso, deputados como Ribeiro de Andrada não esconderam sua aversão ao trabalho escravo. O partido liberal só abandona a defesa da imigração no final da década, quando passa a defender o trabalho livre nacional.

O acirramento nas discussões e a maior preocupação dos deputados com a questão da mão de obra estão associados ao impacto da abolição do tráfico ilegal de escravos, já que os debates mais acalorados se encontram registrados no início da década. Além disso, o esfriamento da questão no final da década, não só indica que a elite política encontrou outra forma de prover a província de mão de obra, como entende que a imigração da maneira pela qual estava sendo levada adiante não servia aos interesses econômicos de então.

O papel da Revolta de Ibicaba e das inúmeras representações apresentadas por imigrantes que acusavam maus tratos nas fazendas também merecem destaque. As notícias que chegavam à elite política e que corriam na imprensa contribuíram para esgotar o apoio à imigração na época, como está implícito na fala do presidente da província José Joaquim Fernandes Torres, quando defende, em discurso para a assembleia, que “os esforços não corresponderam aos sacrifícios, mas, mesmo que pouco, alguma coisa lucrou-se”²⁰³.

Lucrou-se porque as colônias de parceria e as inúmeras tentativas de casas comerciais de procurar financiamento público mostraram que deixar aos imigrantes e aos lavradores a conta não resolveria o problema da mão de obra. Ambas as partes entraram em conflito justamente pelas dívidas a serem pagas pelo colono e pelo fazendeiro a casa comercial ou pelas passagens da Europa até o porto de Santos. A intermediação de uma casa comercial, como a dos Vergueiro, também foi vista como um entrave. Os deputados, ao final da década, eram unânimes no entendimento de que a empresa tirava vantagens desproporcionais com a prática.

²⁰³Discursos legislativos publicados no jornal Correio Paulistano - Edição 619 - 09/02/1858. Pág 3

Tanto para os deputados que adquiriram colonos, quanto para os fazendeiros que enviavam correspondências aos jornais, as principais queixas eram o alto preço dos colonos que chegavam, a inabilidade dos mesmos para o trabalho nas fazendas e a vinda de muitos menores, o que acabava onerando ainda mais os lavradores. Já para os colonos, as queixas eram muitas: o tratamento nas fazendas onde tinham que trabalhar como escravos, a impossibilidade de manter roças próprias ou de comprar gêneros alimentícios em vendas com preços mais acessíveis e as dívidas enormes que contraíram com os fazendeiros.

Observar as propostas que, aprovadas ou não, revelam tentativas de resolução do problema servil na província, nos ajuda a entender de que forma se estruturou o debate em torno da imigração em São Paulo. As preferências dos cidadãos que seriam inseridos e a maneira pela qual se faria a vinda destes trabalhadores são alguns dos temas que permite compreender o projeto de imigração implementado como resultado de debates e negociação no interior da elite política paulista, contemplando divergências e propostas alternativas. Estas discussões tiveram como fórum privilegiado a Assembleia Legislativa Provincial e a imprensa, em disputas que envolviam não apenas concepções distintas, mas os meios materiais para efetivá-las.

É preciso atentar aos diferentes projetos que estavam no cerne dos debates. Os fazendeiros queriam a substituição dos braços escravos e resolver a questão da lavoura que se não solucionada colocaria em xeque o sistema em sua totalidade. Ou seja, o problema que se coloca aqui é qual o impacto que essa política teve no agenciamento de imigrantes no decorrer do século XIX? O imaginário da elite política paulista da época é importante para compreender o sentido das políticas públicas implementadas e de que maneira esses políticos entendiam o financiamento público ou o não financiamento como um bem comum de todos os paulistas.

A DÉCADA DE 1860 E O IMPASSE DA MÃO DE OBRA EM SÃO PAULO

As Assembleias Legislativas Provinciais surgiram a partir de estruturas de poder previamente estabelecidas a nível provincial que reivindicavam maior grau de autonomia. Segundo Marisa Saenz Leme, mesmo os Conselhos de Presidência de Província, anteriores aos Conselhos Gerais de Província, que por sua vez antecederam a instalação das assembleias, evidenciaram a existência de certa margem de autonomia em relação ao centro político do Rio²⁰⁴. Já no primeiro Império, houve o que a autora chamou de “ampliação do escopo de atuação e autonomia da instância político-administrativa representada nos Conselhos”. Para ela, em São Paulo houve a incorporação das autonomias provinciais, fazendo com que forças que poderiam agir de modo efetivamente centrífugo em relação ao centro, fossem a ele incorporados²⁰⁵. Entre os assuntos mais debatidos pelos representantes nos Conselhos, além do ajuste dos conflitos locais, estavam principalmente a atividade econômica e a construção de estradas.

A questão da mão-de-obra aparece num contexto de alargamento da autonomia provincial, nos debates da assembleia provincial, e teve atenção especial logo que encerrado o tráfico negreiro, como analisado acima. Após uma década de intensas discussões no plenário, elegendo a vinda de estrangeiros como caminho possível para solução da questão, houve um brusco abandono da pauta imigrantista e do trabalho nas fazendas, que pareceu indicar que o conjunto dos deputados provinciais havia encontrado outra opção para enfrentar a falta de fornecimento de escravos. Dentre os principais assuntos abordados pelos políticos na década seguinte, estavam as estradas que levariam a produção ao porto de Santos, os impostos sobre os produtos e a modernização da lavoura.

No que diz respeito ao escoamento da produção, o transporte por mulas, embora tenha sido condição inicial para o desenvolvimento cafeeiro, não deu conta da expansão da produção cada vez mais considerável. Entram em cena, então, os caminhos de pedra e de ferro, respectivamente, que deveriam garantir o transporte do café e a expansão da fronteira agrícola para novas terras. Com relação às ferrovias, mesmo que esse meio de transporte tenha se consolidado a partir da década de 1870, nos anos de 1860 a Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo discutiu intensamente sua instalação e manutenção, que garantiriam o barateamento do transporte para o porto.

²⁰⁴LEME, Marisa Saenz. *São Paulo no I Império: poderes locais e governo central*. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles, PRADO, Maria Ligia Coelho, JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006. Pág. 74.

²⁰⁵Idem. Pág. 75.

Após o esgotamento da expansão do café na região do Vale do Paraíba, a marcha prosseguiu em sentido ao Oeste Paulista. Outrossim, a produção das regiões mais novas beneficiadas pela maior fertilidade do solo, menor idade média dos cafezais e técnicas agrícolas mais eficientes com a utilização de máquinas de beneficiamento de café, só começou a despontar no cenário paulista a partir de 1870, principalmente depois da implantação da ligação ferroviária entre Santos e Jundiaí, em 1867, inaugurando a fase de crescimento da produção acompanhada de crescimento populacional.

A importância do melhoramento das estradas e implantação de ferrovias era tamanha naquele momento para os deputados provinciais que não eram poucas as menções a pessoas e empresas que se lançavam na construção e manutenção dos caminhos. Destacada personagem na implantação do modelo de parceria com imigrantes europeus na década de 1850, José Vergueiro, anos depois, estava envolvido em outro negócio. Martim Francisco foi à tribuna, em 1862, para agradecer o “excelente trabalho das casas comerciais e dos particulares [incluindo Vergueiro] que gastaram um montante de 12 contos de réis para reconstruir o caminho da Maioridade²⁰⁶”. Não havia outra opção aos cofres da província que não fosse ressarcir os “distintos homens” defendia o deputado.

Os cofres da província na década de 1860 operavam com saúde. Em 1865, por exemplo, foram arrecadados 994.485\$000 em impostos e gastos cerca de 95% deste total com as despesas provinciais, como contas da assembleia provincial, secretaria de governo, culto público, iluminação, etc. No caso das estradas e barreiras, o cenário era o contrário. Na lei de orçamento, o serviço era descrito em artigo exclusivo, ou seja, em separado das demais despesas, além de ser denominado como “renda de aplicação especial”, por contar com uma receita própria. O governo, por sua vez, tinha que colocar dinheiro para manter os caminhos entre as localidades. No entanto, a atividade era vista como um investimento tão importante que além de usar toda sua arrecadação própria, ainda precisava de um montante do orçamento geral. No ano em questão, o governo gastou 333.183\$912 com barreiras, estradas e pontes e arrecadou 320.765\$000. Mesmo assim, a pequena diferença indica que o investimento garantia retorno significativo, além de possibilitar a expansão econômica. Nas disposições transitórias da Lei de Orçamento, o governo ficou autorizado ainda a investir 6.000\$000 com a navegação dos rios da Ribeira de Iguape e Juquiá, 2.000\$000 com a exploração de um

²⁰⁶Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1862, Pág 155

caminho de ferro entre Itu a Jundiaí, além de definir que seria paga a quantia que fosse necessária para fazer explorações e estudos de prolongamentos de vias férreas da província²⁰⁷.

Além de estradas mais eficientes para levar a produção até o porto de Santos, no contexto de expansão em sentido Oeste da província, os deputados provinciais estavam preocupados com a modernização da lavoura. Joaquim Ignacio de Moraes, deputado provincial, apresentou um projeto que dava crédito a agricultores interessados em importar máquinas e aparelhos. O valor emprestado não poderia ser mais que 20:000\$ rs. e o fazendeiro deveria pagar em, no máximo, um ano²⁰⁸.

A modernização da lavoura acompanhou um movimento muito mais amplo. O fim do tráfico de escravos havia liberado muitos capitais para atividades econômicas diversas, como ressalta Lígia Osório Silva²⁰⁹. A dinamização da economia e o impulso modernizante ao conjunto da sociedade vivenciados após 1850 espelharam-se na constituição do grande número de sociedades anônimas, na criação de um novo Banco do Brasil, na inauguração de uma linha telegráfica no Rio de Janeiro, na fundação de um banco rural e no investimento maciço em linhas férreas²¹⁰.

O interesse da Assembleia Provincial em assuntos da lavoura era constante, no entanto, a década de 1860 teve propostas distintas das apresentadas alguns anos antes. Enquanto o fim do tráfico negreiro impôs a necessidade urgente de engajar colonos europeus nas lavouras, o ocaso do sistema de parceria estabeleceu uma outra realidade para a qual se procurou criar outras soluções como o recrutamento de trabalhadores nacionais e a aposta na participação mais efetiva do Governo Geral, ou até mesmo, no total abandono da pauta da mão de obra, considerando apenas a modernização e o escoamento da produção. Na década de 1860, o Império procurou centralizar algumas medidas para substituição da mão de obra e a atuação dos partidos acompanhou esse movimento. Além disso, algumas medidas como a criação de colônias de povoamento e baseadas na pequena propriedade tiveram mais atenção do governo Imperial, deixando a obtenção de mão de obra livre na mão dos fazendeiros, que, em alguns casos, continuaram a investir, ao mesmo tempo que mantinham escravos em suas fazendas. O tráfico de escravos oriundos de outras regiões do país também teve papel

²⁰⁷Lei Provincial nº 77 de 24 de abril de 1865. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1865/lei-77-24.04.1865.html>> Acesso em 22 de janeiro de 2020.

²⁰⁸Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1863, Pág. 146

²⁰⁹SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. Pág. 122

²¹⁰Idem.

significativo para o investimento tímido no trabalho livre. Em que pese a controvérsia, os partidos tinham concepções diversas sobre os caminhos que a província deveria seguir. A hipótese que se tenta demonstrar é que embora muito pouco se tenha avançado na gradual extinção do trabalho escravo, como era defendido naquela década, o imobilismo do poder político tinha inúmeros significados.

I. O silêncio ensurdecedor

No final da década de 1850, o Partido Conservador tinha maioria no plenário e votou contra o projeto de “colonização nacional” do liberal Paula Souza. Depois do fracasso da colônia de parceria, esse projeto se tornou a única alternativa para os liberais frente a perda de credibilidade da vinda de imigrantes estrangeiros, como apontado anteriormente. Segundo a imprensa conservadora, o projeto deveria ser combatido

[...] para logo, pois, tínhamos também assento nesta assembleia, resolvemos opomo-los a esse projeto. Não estava, porém, nos estilos da casa fazer oposição a um projeto logo na sua primeira leitura, salvo quando era inconstitucional e inútil; sendo as nossas relações com aquele senhor [Paula Souza] muito longe de amigáveis, dobrada a razão nos assistia para nós não nos afastarmos desses estilos, a respeito de um projeto seu, a fim de que a nossa conduta não pudesse ser taxada de odiosa. [...] ²¹¹

O projeto de Paula Souza daria 200\$000 réis a cada fazendeiro que empregasse nacionais em suas lavouras. Os conservadores mais uma vez se colocaram contra qualquer tipo de subvenção do governo, já que para eles, a província não tinha condições financeiras e, mais do que isso, não deveria legislar em assuntos dessa natureza, reservados ao governo geral. Para o autor do texto, Antonio Augusto da Costa Aguiar, o modelo de Vergueiro deveria ser esquecido, mas não havia sido de todo ruim. Os alemães que imigraram trouxeram consigo o “progresso” e a “melhora do aspecto” da cidade de São Paulo “dando-lhe uma aparência quase europeia”. Ademais, sendo esses imigrantes “homens muito laboriosos”, mesmo que não trabalhassem nas fazendas, poderiam contribuir imensamente com a província, no consumo de bens e serviços e no pagamento de impostos²¹².

Nos anos que seguem ao fracasso do projeto de Paula Souza para colonização nacional, as poucas sessões dedicadas ao debate da mão-de-obra demonstravam o pouco interesse da elite política pela substituição dos escravos ou qualquer outro tipo de obtenção de trabalhadores livres. Os conservadores culpavam o orçamento apertado da província e

²¹¹A Lei, 1860, Edição 236. Pág 3-4

²¹²A Lei, 1860, Edição 236. Pág 4

atribuíam ao governo geral a responsabilidade de promover a imigração em todo o Império de maneira uniforme. Já os liberais, discursavam sobre os entraves impostos, em especial, pelo governo geral para a imigração, como o monopólio da atividade legislativa sobre o assunto e algumas medidas aprovadas, como a Lei de Terras, que também era tratada como um empecilho para a imigração porque estimulava apenas a vinda de imigrantes pobres²¹³. Os discursos na assembleia não refletiam, contudo, o movimento nas fazendas, que via o contingente de escravos aumentar desde o fim do tráfico de africanos.

A transferência de escravos entre as províncias e dentro das províncias ganhou bastante força após a proibição do tráfico e teve papel importante na obtenção de trabalhadores para as fazendas paulistas na década de 1860. Em estudo de fôlego sobre o tráfico interno de cativos - seja intra ou interprovincial -, José Flávio Motta percorreu o intervalo de 1861 a 1887 em localidades paulistas do Vale do Paraíba, Oeste Velho e Oeste Novo. Sobre a década de 1860, Motta dispõe de informes sobre transações com escravos realizadas em Constituição, Areias e Guaratinguetá. Na primeira localidade, no Oeste Paulista, o autor explica que o comércio de escravos possuía um certo dinamismo econômico vinculado ao avanço da atividade cafeeira²¹⁴. Com maior número de escravos negociados e predominância de homens adultos jovens com os mais altos preços médios, Constituição tinha preferência por escravos oriundos do Norte do Império, em especial aqueles vindos da Bahia²¹⁵.

Em Areias, no Vale do Paraíba, os escravos negociados vinham basicamente das províncias limítrofes, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Também tinham preços médios menores do que os do Oeste Paulista e idades mais elevadas, o que estava intimamente relacionado com o fato da economia cafeeira da localidade ser considerada mais madura e de menor importância para o comércio da província como um todo²¹⁶. O mesmo valia para Guaratinguetá, também no Vale do Paraíba, e que para o autor, se encontrava “a maior caminho” entre as duas anteriormente citadas. A região era basicamente abastecida por escravos com características intermediárias com relação à razão de sexo, idade e valor em comparação com Constituição e Areias²¹⁷.

²¹³Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1862. Pág. 305

²¹⁴MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda, 2012. Pág. 353.

²¹⁵Idem. Pág. 354

²¹⁶Idem. Pág. 354

²¹⁷Idem. Pág. 354

Motta ainda assinala que sempre houve tráfico interno, mas este se intensificou bastante após a proibição do tráfico negreiro. O autor também destaca que há associação direta entre o comércio interno de cativos e a centralização do Império, uma vez que, mantendo-se o Estado centralizado, impediam-se as abolições regionais da escravidão. No entanto, Conrad aponta que o tráfico de escravos dentro dos limites do Império potencializou as diferenças regionais²¹⁸. As diversas elites políticas e econômicas das províncias, estivessem elas em declínio ou ascensão, negociaram entre si e estabeleceram vínculos sem a ação efetiva do governo Imperial. Ou seja, na contramão do que defende o autor, as elites regionais se articularam em torno da compra e venda de escravos e o resultado foi o acirramento das diferenças. Dessa maneira, o contingente de escravos transferidos do norte para o sul provocou grande desequilíbrio econômico entre as regiões.

Um dos motivos do impedimento do tráfico interprovincial anos depois é apontado por Célia Maria Marinho de Azevedo, que assinala a preocupação, diante da grande concentração escrava nas províncias do Sul, com o aumento no número de revoltas e crimes. “Para muitos deles o crescimento destes eventos sangrentos estava relacionado à vinda massiva de negros do norte do país, a maioria ‘maus’ e ‘criminosos’ e por isso mesmo vendidos por seus proprietários”²¹⁹. Mais tarde, várias tentativas de taxaço ao tráfico interno pela assembleia paulista procuravam, de certa forma, equilibrar a população de modo que não houvesse uma predominância absoluta de cativos em relação à população livre. Para além dessa dimensão, destaca-se ainda que a tributação fazia parte de uma tentativa de sobrevivência da instituição da escravidão, como explica Robert Conrad. Se Sul e Norte continuassem com escravos, seria mais fácil unir as duas partes em prol de um objetivo comum. Segundo Conrad, os deputados gerais também debatiam a questão e “a legislação proposta tinha por intenção deter esse tráfico para fortalecer o compromisso dos fazendeiros do norte, que estava sendo corroído tão rapidamente, para com o sistema escravocrata”²²⁰.

É certo que a experiência escravista permaneceu forte em São Paulo até a abolição. Apesar disso, é possível vislumbrar algumas mudanças com relação a distribuição populacional na província. Um levantamento populacional de 1854²²¹, apesar de não ter incluído todas as povoações que compunham as localidades, e, portanto, fornecer uma

²¹⁸Ver CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil – 1850-1888*. Op. Cit.

²¹⁹AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Pág. 255-56

²²⁰CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil – 1850-1888*. Op. Cit, pág. 209. 209

²²¹BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo... [et al.] *Atlas da Imigração internacional em São Paulo - 1850-1950*. São Paulo: Editora UNESP, 2008. Pág 26.

imagem incompleta, nos permite vislumbrar alguma relação entre as atividades econômicas desenvolvidas e o investimento em escravos e/ou mão-de-obra livre. Se comparado com o recenseamento geral do Império, de 1872, mesmo que com dificuldade, é possível deduzir que apesar do crescimento demográfico da população, a cafeicultura se impôs como principal definidor da distribuição de estrangeiros, escravos e população livre nacional.

Enquanto em 1854 se observou uma maior concentração de estrangeiros em Santos, Iguape e na capital, além de um expressivo número nas localidades próximas ao Oeste Paulista, em 1872, apesar do número permanecer proporcionalmente pouco expressivo comparado com o restante da província, os imigrantes em sua maioria alemães e portugueses, se aglomeravam essencialmente nos municípios do oeste cafeeiro, em especial Campinas, Limeira, Rio Claro e Piracicaba (Constituição). Todas essas localidades apresentaram, em ambas pesquisas, elevados contingentes de escravos.

Apesar do investimento dos fazendeiros do Oeste Paulista em trabalhadores estrangeiros, o uso de escravos, vindos predominantemente pelo tráfico interno de cativos, permaneceu por toda a década de 1860, como observado também nos estudos de José Flávio Motta. O abandono das pautas relacionadas à colonização e à imigração se deu essencialmente pela entrada de tantos escravos provenientes de outras províncias para o trabalho nos cafezais. Mesmo assim, destacamos a importância das iniciativas particulares de alguns agricultores que sem a participação do governo provincial, conseguiram promover a vinda de imigrantes para suas fazendas, ocupando, assim, a ausência deixada pelo governo provincial e empresas dedicadas à colonização.

Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 1868, o Conselheiro Saldanha Marinho, liberal que presidiu a província por um breve período de tempo, mas, que teve papel de destaque na negociação entre liberais e conservadores para construção de trechos férreos importantes²²², fez menção às várias colônias fundadas por particulares, fazendeiros de café. Para o presidente, não havia dados positivos sobre a imigração subsidiada ou incentivada pelo poder público, porque era monopolizada pelo Governo Geral, o que causava um enorme efeito negativo nas províncias²²³. O presidente destacou em seu relatório, que a vinda de trabalhadores livres deveria merecer maior atenção por parte dos cafeeiros

²²²Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo na primeira sessão da 18ª legislatura no dia 2 de fevereiro de 1868 pelo presidente da mesma província, o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho. Pág. 8.

²²³Idem. Pág 74

e agentes públicos do que era despendido até então. Alertava também, que as províncias não deveriam deixar a atividade totalmente nas mãos do governo geral, nem nas dos particulares que precisavam dar atenção à verdadeira riqueza que tinham nas mãos, a terra e a produção²²⁴.

Saldanha Marinho também afirmou no relatório que as casas comerciais que atuaram na província nada mais eram que “especuladores que, por ganho sórdido, procuravam despovoar as casas correccionais da Europa, para aumentar a população do Brasil com mendigos e réus de polícia”²²⁵. Por isso, era necessário que o governo Imperial garantisse que o colono não encontrasse entraves para imigrar, como a falta de liberdades civis e de culto, que os colonos fossem bem escolhidos pelos fazendeiros e não por casas comerciais, e sobretudo, que a legislação Imperial garantisse às assembleias provinciais mais poderes para “fazer compreender aos altos poderes do Estado o seu voto a respeito, representando-lhes sobre a urgência de satisfazer a tão palpitante necessidade”²²⁶. Afirmava, deste modo, a autonomia do governo provincial como forma mais eficaz para enfrentar a questão.

A província de São Paulo, para o presidente, era a que mais havia se esforçado para a substituição do braço escravo sem a intervenção do governo e graças ao esforço de particulares, havia formado inúmeros núcleos coloniais, mesmo que com o tempo tenham se esfacelado pelos “embaraços da legislação”. No relatório, Saldanha destaca a participação do Senador Souza Queiroz, seu aliado no Partido Liberal que investiu em colônias de trabalhadores livres nacionais. Outra figura importante era o Comendador Luiz Antonio de Souza Barros. Aliado de Vergueiro, seus negócios com terras datavam de longa data, quando eram sócios na Vergueiro & Souza. Em documentos da cidade de Constituição, de 1866, sua fazenda era considerada a maior e mais bem equipada, avaliada em 400 contos de réis e empregando 56 escravos e 300 trabalhadores livres imigrantes, além de um maquinário de beneficiamento de café e um engenho de serrar madeira²²⁷. Um dos 37 fazendeiros a investir na Vergueiro & Cia, Souza Barros mantinha, segundo Saldanha Marinho, 750 indivíduos, em

²²⁴Idem. Pág. 74

²²⁵Idem. Pág. 75

²²⁶Idem

²²⁷MORENO, Alessandra Zorzetto. *Propostas imigrantistas em meados da década de 1860: a organização de associações de apoio a imigração de pequenos proprietários norte-americanos: análise de uma colônia*. Dissertação (mestrado) - UNICAMP, SP, 2000. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281546>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2020. Nota de rodapé 121, Pág. 65.

sua maioria, alemães²²⁸. O relatório ainda afirma que em 1867, o fazendeiro havia trazido por conta própria, cerca de 21 famílias alemãs.

Em 1860, o Barão Johann Jakob Tschudi, nomeado pela confederação Helvética como ministro plenipotenciário no Brasil, estudou os problemas da imigração suíça no Império. Tschudi deixou um relato sobre suas visitas às colônias em São Paulo e no Rio de Janeiro, intitulado *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, que contou com um capítulo dedicado às experiências de parceria e também deu destaque a colônia do Comendador Souza de Barros.

“O Comendador Souza de Barros parece ter tirado proveito do sistema de parceria, não se tendo deixado intimidar por insucessos iniciais e alguns prejuízos sofridos, nem pela inépcia de certos lavradores. Mostrava-se mesmo inclinado a continuar com o sistema, explorando-o em escala maior. Nos últimos tempos, tinha mandado vir mais famílias de colonos, na sua maioria de Holstein, mas sem intervenção da casa Vergueiro e sob condições contratuais mais simples. [...] [Os colonos] costumam firmar novo contrato por mais alguns anos, o que prova ser-lhes o sistema conveniente e se sentirem felizes”²²⁹.

Mesmo com as inúmeras críticas dos políticos paulistas ligados ao Partido Liberal com relação ao papel do governo geral, a década de 1860 foi um período de regulamentações por parte do Império no que se referia à imigração. Diversos decretos e leis imperiais regularizaram a situação de imigrantes já estabelecidos e dos que viessem a partir daquela década e, principalmente, tentaram centralizar as decisões sobre a mão de obra no país. O primeiro de grande importância foi o que regulou os direitos civis e políticos dos filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, cujos pais não estivessem em serviço de sua nação, e das estrangeiras que se casassem com brasileiros e das brasileiras que casassem com estrangeiros²³⁰. A introdução dos filhos e dos casados com estrangeiros procurava estimular a vinda de imigrantes mas, sobretudo, amalgamar os recém-chegados à população do Brasil. Segundo o próprio artigo da norma, os mesmos "entrarão no exercício dos direitos de cidadãos brasileiros, sujeitos às respectivas obrigações na forma da Constituição e das Leis"²³¹.

²²⁸Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo na primeira sessão da 18ª legislatura no dia 2 de fevereiro de 1868 pelo presidente da mesma provincia, o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho. Pág. 75

²²⁹TSCHUDI, J. J. Von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Biblioteca Histórica Paulista, Vol. 5. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A. 1953. Pág 184

²³⁰Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração/Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi [et al.] – São Paulo: Editora UNESP, 2008. Pág. 21

²³¹Decreto nº 1096 de 10 de setembro de 1860. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1096-10-setembro-1860-556057-publicacaooriginal-75650-pl.html>> Acesso em 13 de março de 2022.

Depois, a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas dividida em diversas repartições, possibilitou a formação da Diretoria das Terras Públicas e Colonização. A criação da secretaria pode ser compreendida como parte do processo de modernização do Império, quando novas temáticas foram incorporadas à pauta do governo, como mão de obra, urbanização, imigração etc²³². A secretaria, entre outras atribuições, deveria cuidar dos negócios relativos ao comércio, à indústria e à agricultura. Além disso, depois da promulgação da Lei de Terras, em 1850, foi necessária a criação de um aparato administrativo para demarcar, registrar e fiscalizar as terras e os processos de compra e venda. Também, a substituição da mão de obra escrava necessitava de uma melhor administração por parte do Estado²³³. Já a Diretoria das Terras Públicas e Colonização teve duração de cerca de dez anos, uma vez que o trabalho de medição e demarcação de terras não era realizado de forma satisfatória, segundo os relatórios de ministros da pasta da Agricultura na época²³⁴. O ministro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque convoca uma comissão visando a organização, o registro geral e a estatística das terras públicas e possuídas, que dá origem à Inspetoria-Geral de Terras e Colonização, em 1870. A Inspetoria tornou-se responsável pelas competências antes da Diretoria além de dirigir todos os serviços relativos à imigração e colonização e promover a imigração espontânea e o estabelecimento dos imigrantes²³⁵.

Se nos determos às normas, o Governo Geral lançou políticas para a imigração desde a independência. No entanto, o principal objetivo das medidas imperiais era povoar o território e civilizar²³⁶. Só na década de 1840 a entrada de estrangeiros começou a se direcionar para o trabalho nas lavouras. Na Assembleia de São Paulo, as vozes pela ajuda do Governo Geral se confundiam, enquanto alguns discursavam a favor de uma atuação mais pautada nos interesses gerais da elite econômica, outros bradavam por uma legislação que, primeiro de

²³²GABLER, Louise. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)*. Cadernos MAPA, N. 4, Memória da Administração Pública Brasileira: Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <http://arquivonacional.gov.br/images/pdf/A_Secretaria_de_Estado_dos_Neg%C3%B3cios_da_Agricultura_Com%C3%A9rcio_e_Obras_P%C3%BAblicas_e_a_moderniza%C3%A7%C3%A3o_do_Imp%C3%A9rio.pdf> Acesso em 13 de março de 2022, pág. 7

²³³Idem. Pág. 8.

²³⁴GABLER, Louise. *Inspetoria-Geral das Terras e Colonização*. Cadernos MAPA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. Disponível em <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/356-inspetoria-geral-de-terras-e-colonizacao#:~:text=A%20Inspetoria%20Geral%20das%20Terras%20e%20Coloniza%C3%A7%C3%A3o%20tornou%20Dse%20respons%C3%A1vel,espont%C3%A2nea%20e%20o%20estabelecimento%20dos>> Acesso em 13 de março de 2022

²³⁵Decreto n. 6.129, de 23 de fevereiro de 1876. Organiza a Inspetoria Geral das Terras e Colonização. *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 247, 1876.

²³⁶Idem. Pág. 16.

tudo, extinguisse a mão de obra escrava. Por outro lado, havia os que defendiam a atuação mais tímida da Corte e outros que achavam que as decisões que tivessem mais impacto sobre a economia deveriam partir do Rio de Janeiro.

Dentre as medidas nascidas na Corte estava a Lei de Terras. Assinada alguns dias após a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz, foi parte do processo de busca de novas soluções para os problemas colocados pelo crescimento e burocratização do Estado brasileiro e pelos desafios da modernização da sociedade, como defende Lígia Osório Silva²³⁷. Segundo a autora, o capital imobilizado representado pelos escravos seria substituído, em parte, pela terra e a lei tinha como principal objetivo colocar ordem no caos existente em matéria de propriedade territorial. Por outro lado, a Coroa estava preocupada com a transição da mão-de-obra, que deveria ser financiada e uma forma era a venda de terras devolutas²³⁸. A autora ainda defende que a vinculação da questão da imigração à lei, refletia a visão do Partido Conservador abrigada no ministério daquele momento, que acreditava num gradualismo que levaria a natural extinção da escravidão.

No que se refere à imigração, os conservadores da Corte acreditavam na imigração que chamavam de “espontânea” e que seria suficiente para povoar os enormes vazios do território nacional. Uma vez que esse tipo dizia respeito àqueles estrangeiros que vinham por conta própria e traziam recursos para se manterem e comprarem lotes de terras era preterida pelos saquaremas a imigração “regular” ou de imigrantes que não tinham recursos, nem o dinheiro das passagens da Europa e vinham para substituir escravos nas fazendas ou trabalhar ao lado deles.

Na prática, como ressalta Lígia Osório Silva, a formulação dessa estratégia e as adaptações que foram feitas esbarravam no grande poder do senhoriato rural²³⁹. Por mais que a lei procurasse regulamentar o acesso à terra e previa a venda de terras devolutas em pequenos lotes²⁴⁰, impediu o acesso aos imigrantes pobres, ou seja, que vinham por colonização “regular”, já que proibiu a posse e estimulou a venda de pequenos lotes aos imigrantes que vinham com recursos próprios²⁴¹. Além disso, a autora afirma que os preços

²³⁷SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Op. Cit., pág. 123

²³⁸Idem. Pág. 125

²³⁹Ibidem. Pág. 133.

²⁴⁰Ibidem. Pág. 136.

²⁴¹Ibidem. Pág. 146.

das terras no Brasil não acompanharam a tendência de queda para atração de imigrantes, como nos Estados Unidos, por exemplo²⁴².

Em São Paulo, o debate político sobre a Lei de Terras colocou em pauta suas ambiguidades e os problemas difíceis de conciliar. Questões jurídicas, apossamento irregular, falta de clareza sobre a definição de terra devoluta e a incapacidade de fiscalização por parte do Estado estiveram no horizonte da prática da lei em todo período de sua vigência. O deputado paulista M. de Azevedo, por exemplo, sem mencionar a escravidão ou a transição da mão-de-obra, defendeu que a lei era um grande entrave para a colonização e fazia com que famílias pobres de imigrantes que não tinham o que oferecer a província tivessem vantagens para se estabelecer em São Paulo, já os imigrantes que traziam pequenos capitais e algumas “faculdades produtivas” não tivessem incentivos²⁴³. Ao contrário do que defendeu a autora Lígia Osório Silva, a opinião de um contemporâneo nesse sentido traz algumas implicações a nossa análise. M. de Azevedo defendia os chamados núcleos coloniais, propriedades de terra previamente demarcadas pelo governo onde os colonos deveriam desenvolver uma roça e garantir seu sustento, além disso, o deputado acreditava que os imigrantes destinados a esse modelo de imigração trariam capitais, já que pagariam pelas terras oferecidas pelo Império. Ao dizer que a Lei de Terras se tratava de um empecilho para essa imigração, o deputado se referia às mesmas dificuldades levantadas por Osório.

Lígia Osório salienta que o pouco que se fazia para a demarcação de terras repercutiu desfavoravelmente na política de núcleos coloniais, tipo defendido pelo deputado M. de Azevedo. O Governo Imperial oferecia poucas vantagens aos estrangeiros que queriam imigrar²⁴⁴ e pouco fazia para mudar sua imagem no exterior, tendo em vista as ocorrências nas colônias de parceria. Outrossim, os dispositivos da lei tinham dificuldades para saírem do papel de fato. Por exemplo, o governo assinava contratos com companhias que se comprometeram em trazer colonos mas cobravam preços exorbitantes nas terras depois²⁴⁵. Destaca-se ainda que a política de núcleos, estratégia saquarema e de alguns setores liberais, nunca contou com apoio dos proprietários de terras das zonas cafeeiras, primeiro porque havia disputa política sobre o que se fazer com os recursos disponíveis para a imigração e, depois sobre o destino dado às terras devolutas²⁴⁶. Osório, por fim, defende que é incorreto afirmar

²⁴²Ibidem. Pág. 148.

²⁴³Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1863. Pág. 146

²⁴⁴SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Op. Cit., pág. 187

²⁴⁵Idem. Pág. 189.

²⁴⁶Idem. Pág. 215.

simplesmente que a lei não foi aplicada, mas que envolvia questões complexas e interesses contraditórios, e admite que um dos principais baluartes da lei era impedir o acesso à terra dos imigrantes pobres para garantir mão-de-obra abundante nas fazendas e a gradual extinção da escravidão²⁴⁷.

A ideia de que a escravidão conviveria com a imigração era muito comum nos anos 1850 e 1860. Emília Viotti da Costa explica que a assembleia provincial, mesmo depois da derrocada do sistema de parceria, preconizava a imigração para a formação de centros produtores de gêneros de primeira necessidade. Segundo a autora, com a intensificação do tráfico interprovincial, os escravos estavam cada vez mais desviados à agricultura de exportação, o que causou uma crise na produção de alimentos. Os projetos apresentados pelos deputados paulistas, principalmente na década de 1860 até o início de 1870 visavam a formação de núcleos coloniais, apoiados pela promulgação da Lei de Terras. No ano de 1862, por exemplo, o governo provincial autorizou na forma da Lei de Orçamento, o financiamento da vinda de algumas famílias alemãs para a colônia de Avanhanda, sendo o total do empréstimo de três contos de réis²⁴⁸. Emília Viotti também menciona uma colônia próxima a Jundiaí, destinada à produção de milho, feijão, arroz, mandioca e batata, além da criação de porcos, gado vacum e ovelhas²⁴⁹. A política de núcleos coloniais para produção de alimentos não vingou em São Paulo e mesmo diante de tentativas do governo provincial e por vezes do governo Imperial os fazendeiros e políticos paulistas demonstravam pouco interesse nesse tipo de empreendimento²⁵⁰.

No final da década de 1860, em meio a inúmeras medidas para contenção do tráfico de escravos de outras províncias, o governo geral passou a autorizar o pagamento de passagens de colonos europeus interessados em emigrar para o Brasil e, em decreto, salientou que as assembleias provinciais poderiam legislar sobre a colonização, inclusive o modo de distribuir os lotes. No embalo, os liberais aproveitaram para colocar em pauta novamente a transferência da mão de obra, além de um auxílio para a vinda de estrangeiros. A defesa do

²⁴⁷Idem. Pág. 223.

²⁴⁸Lei Provincial nº 08 de 19 de maio de 1862 Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1862/lei-8-19.05.1862.html>> Acesso em 5 de dezembro de 2019.

²⁴⁹COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. Op. Cit., pág. 177

²⁵⁰Idem.

malogro da escravidão, por muitos anos pouco comentado em plenário, começou a ganhar força nos discursos dos legisladores paulistas outra vez.

Depois que a tentativa do deputado Paula Souza de engajar trabalhadores livres nacionais foi barrada pelo Partido Conservador, pouco se falou sobre a substituição da mão de obra na assembleia provincial. No entanto, a visão do político liberal influenciou as propostas que visavam impulsionar a adoção de mão de obra livre no Brasil pelo governo geral. Antonio Francisco de Paula Souza morreu em 1866, sendo seu último cargo o de ministro da Agricultura. Dois anos à frente da pasta, foi autor de vários projetos que tentavam a superação da escravidão e a implementação do trabalho livre. Para o político, a imigração deveria ser estimulada a fim de promover o desenvolvimento de pequenas propriedades e do próprio povo brasileiro²⁵¹.

O debate em torno de como o Império e as províncias deveriam legislar com relação à vinda de estrangeiros fez surgir um embate entre dois modos distintos e que predominaram nas falas dos políticos de ambos os partidos. Tratava-se da *imigração* e da *colonização*, denominações que tinham significados diferentes e que ganharam diferentes adeptos. A primeira se referia aos estrangeiros que vinham ao Brasil com capitais e se estabeleciam independentemente de ajuda governamental, embora esta fosse frequentemente requerida. Eram, em sua maioria, lavradores que compravam um pequeno lote de terra e se estabeleciam como pequenos fazendeiros. Já a *colonização*, dizia respeito aos que vinham trabalhar no lugar de escravos nas fazendas, ou seja, camponeses pobres que necessitavam de empréstimos e ajuda do governo ou de particulares para se estabelecerem no Brasil. A defesa desses dois modelos variava conforme o espectro político

“Para mim, faço imediatamente uma distinção entre as duas palavras colonização e imigração; sendo a primeira (como até hoje entendida) uma coisa quase sem alma, porque por grande parte procurada e até comprada, sendo a segundo uma coisa viva e cheia de promessa, porque voluntária, e precedente do espírito empreendedor - o dominador do mundo. [...] Mas o Brasil não precisa, e até na minha opinião, deve rejeitar colonos pobres e ignorantes, e que vem, nas suas primeiras palavras, pedir favores, quase de caridade do governo. [...] O Brasil quer imigrantes, que também tragam o seu próprio dinheiro, (embora não em escala gigantesca) para poderem principiar sua nova carreira com independência, e para entrarem em diversas empresas, impossíveis sem dinheiro.”²⁵²

²⁵¹CACHAPUZ, Paulo Brandi. *Paula Sousa - Verbetes: Primeira República*. CPDOC -FGV. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOUSA,%20Paula.pdf>> Acesso em 22 de fevereiro de 2020. Pág. 1-2

²⁵²Carta do sr. Aubertin, dirigida à um sorocabano. Diário de São Paulo - 29 de novembro de 1865. Pág 1.

Grande parte do partido liberal defendia a *imigração*. Outros defendiam a *imigração* e a *colonização*. Os irmãos de Paula Souza, Bento e João Francisco, acreditavam que o fim do trabalho escravo traria as duas correntes ao país. Membros do Partido Liberal, tiveram juntos assento na assembleia provincial na legislatura de 1869-1870 e foram peças importantes para a imigração e a colonização aparecerem na pauta dos assuntos debatidos em plenário. Oriundos de uma família paulistana tradicional e abastada, ocuparam cargos na Corte e na província de São Paulo, além de terem negócios no ramo do café. João Francisco, chegou a ser chefe do Partido Liberal em Itu e se consolidou como grande proprietário rural e cafeicultor da região.

Um importante aliado dos irmãos Paula Souza na legislatura de 1869-70 foi o deputado João Guilherme de Aguiar Whitaker. Quadro do Partido Liberal, era bacharel em direito e já havia exercido as funções de delegado de polícia (Itu), juiz de direito (Itu e Guaratinguetá) e presidente de província (Santa Catarina). Atento aos acontecimentos ocorridos nos Estados Unidos, Whitaker ofereceu um projeto de Resolução à assembleia que autorizaria contratar com o senhor Carlos Nathan ou quem melhor vantagem oferecesse, a vinda de mil famílias norte-americanas para São Paulo. A província seria responsável pelo pagamento de 100\$ rs. por adulto e 50\$ rs. por menor para o pagamento das passagens que deveria ser pago em trinta dias após a chegada ao Porto de Santos. Além das passagens, a província poderia oferecer um adiantamento aos fazendeiros de até 50:000\$ rs. em letras de 1 ou 2 anos para compra de mantimentos e manutenção de instalações para os imigrantes²⁵³.

Na primeira discussão o próprio autor defendeu que o projeto abria caminho para uma questão muito mais séria que deveria ser enfrentada pela província: a substituição dos braços escravos. O deputado acreditava que o tráfico interprovincial, em números alarmantes no período, havia encarecido a mão de obra de tal forma que em dois anos não haveria mais escravos para venda²⁵⁴. A estratégia do deputado era colocar um projeto que encontrava apoio na ala Conservadora, que defendia a vinda de sulistas norte-americanos, para que assim pudesse incluir a pauta da colonização. O presidente da província, Vicente Pires da Mota, também era um alvo, já que dependia dele para aprovação da resolução. Vicente Pires da Mota pertencia ao Partido Conservador e havia ocupado a presidência de províncias importantes do Império, como Minas Gerais e Pernambuco. Em São Paulo, ocupou a

²⁵³Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1869. Pág. 193

²⁵⁴Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1869. Pág. 217

presidência interinamente por períodos curtos, entre maio e julho de 1869 e depois entre outubro e novembro de 1870.

Uma resolução tinha caráter político, processual, legislativo ou administrativo. Tinha como principal objetivo regular matérias de competência exclusiva da assembleia legislativa. Até 1870, muitos projetos vinham como forma de resolução já que a estrutura dessa formulação ainda não estava bem definida nos primeiros anos de funcionamento do legislativo paulista²⁵⁵. Como uma espécie de projeto de decreto, depois de aprovada a resolução deveria passar por comissão e pelo presidente da província para que fosse considerada válida.

O projeto de Whitaker vinha de encontro com a onda de sulistas dos Estados Unidos que desejavam emigrar para o Brasil a partir do final da Guerra de Secessão, em especial em 1867. Segundo Celio A. A. Silva, o principal fator para a escolha do Brasil era a existência de uma estrutura social hierarquizada cuja base residia na escravidão²⁵⁶. A maioria das colônias de confederados no Brasil não prosperou, argumenta Silva, por não possuírem uma ligação com o chamado circuito mercantil-escravista, ou seja, por não terem relação com centros de comércio de escravos. O autor explica que a única colônia que conseguiu prosperar foi a de Santa Bárbara, em Campinas, por estar inserida em uma região central com relação ao mercado de cativos.

O autor também salienta que os confederados que vieram não estavam dispostos a trabalhar na lavoura comercial dos grandes proprietários brasileiros. Já em 1867, havia 2070 imigrantes no Brasil, oriundos dos Estados Unidos²⁵⁷ que não raramente procuravam reproduzir o ideal do “velho sul” no país, invariavelmente relacionado a lógica escravista. Ainda que tivessem perdido a guerra e muito capital, vinham para o Brasil com quantias consideráveis, que variavam de 1 a 2 contos²⁵⁸. Além disso, a fundação da colônia de Santa Bárbara, por exemplo, contou com auxílios do governo Imperial para se estabelecer e inaugurar a produção de algodão, que num momento de alta de preços no mercado internacional, fez com que os colonos pudessem viver anos de prosperidade²⁵⁹.

²⁵⁵PAZIN, Marcia C. de Carvalho. *Produção Documental do Legislativo no Império - Gênese e Tipologia: O Caso da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1889)*. Op. Cit., pág. 83

²⁵⁶SILVA, Célio Antônio Alcântara. *Quando mundos colidem: a imigração confederada para o Brasil (1865-1932)*. Dissertação (mestrado) - UNICAMP, SP, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285456>>. Acesso em: 11 de março de 2020. Pág. 5.

²⁵⁷Idem. Pág. 33

²⁵⁸Idem. Pág. 38.

²⁵⁹Ibidem. Pág. 53.

A autora Alessandra Zorzetto Moreno explica que depois da Guerra de Secessão, muitas agências migratórias foram criadas nos Estados Unidos para estimular a migração de sulistas derrotados²⁶⁰. Desde o início de 1865, essas associações pediam informações em consulados de potenciais países para essas pessoas interessadas, solicitaram esclarecimentos sobre a imigração ao Brasil, a possibilidade de aquisição de terras, as leis para naturalização, tolerância religiosa e a utilização de trabalhadores escravos. Muitos representantes dessas associações e agências mostraram entusiasmo com as terras brasileiras e receberam auxílios para virem explorar e estudar suas áreas cultiváveis.

A adesão do governo brasileiro à vinda de imigrantes norte-americanos foi tamanha, que em janeiro de 1866 foi fundada a Sociedade Internacional da Imigração que apesar do caráter de defesa da mão-de-obra livre e da modernização do Império, além de contar com vários quadros do partido Liberal em sua composição, muitas vezes, representou diretamente os interesses dos sulistas estadunidenses²⁶¹. Assim como a Associação Auxiliadora da Imigração para São Paulo, que ao final de 1865 se colocou como importante frente de apoio à imigração norte-americana na província.

Para auxiliar a vinda dos norte-americanos, a Associação fundada por paulistas abastados e influentes, organizava reuniões públicas para discussão dos objetivos da associação e a escolha de representantes para o desenvolvimento de proposições²⁶². A presidência foi dada a Antônio da Silva Prado, o barão de Iguape, membro de uma das famílias paulistas mais tradicionais e importante capitalista, envolvido em atividades mercantis e agrícolas²⁶³. Além de Antônio Prado, outros paulistas, que exerciam funções administrativas participavam também das reuniões e das grandes decisões, como Joaquim José dos Santos Silva (barão de Itapetininga), Antonio Paes de Barros, Francisco Antônio de Souza Queiroz, João Manuel da Silva (barão de Tietê), Luiz Antônio de Souza Barros, José Vergueiro, além de um importante legislador, João da Silva Carrão.

Segundo Moreno, a maioria dos membros da associação era de fazendeiros, capitalistas e proprietários de terras que apoiavam a imigração norte-americana e estavam ligados entre si por relações de parentesco, além de invariavelmente envolvidos com a

²⁶⁰MORENO, Alessandra Zorzetto. *Propostas imigrantistas em meados da década de 1860: a organização de associações de apoio a imigração de pequenos proprietários norte-americanos: análise de uma colônia*. Dissertação (mestrado) - UNICAMP, SP, 2000. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281546>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2020. Pág. 32

²⁶¹Idem. Pág. 42

²⁶²Idem. Pág. 62

²⁶³Idem. Pág. 62

agricultura de exportação e escravista. A autora ainda destaca, que em meados de 1860, esses fazendeiros passaram a diversificar suas atividades e investir em bancos, ferrovias e casas comissárias. A autora confirma a tese também apontada por este trabalho de que a década de 1860 foi um momento de transição para os fazendeiros paulistas que possuindo escravos em suas fazendas de exportação de café, simultaneamente, investiram na utilização de trabalhadores estrangeiros livres, dando continuidade, na forma de iniciativa privada, às experiências vividas nos anos 1850²⁶⁴.

Os fazendeiros de São Paulo que apoiavam a imigração norte-americana, também eram, em sua maioria, membros do Partido Liberal e estavam diretamente interessados no abastecimento da mão-de-obra agrícola. Além disso, tinham relações estreitas com membros da Corte, que desejavam colocar em prática a Lei de Terras, e vender aos recém-chegados as chamadas terras devolutas do governo. No entanto, segundo Alessandra Moreno, a maioria das terras eram recém adquiridas por membros da Associação Auxiliadora da Imigração para São Paulo, que desejavam vender essas propriedades aos imigrantes pelo dobro ou talvez o triplo do preço pago. Ou seja, a autora defende que parte da defesa da Associação para vinda dos ex-confederados foi por conta do lucro que se buscava com a venda dessas terras²⁶⁵.

No plenário da assembleia, Whitaker dizia que mesmo que o imigrante americano não fosse trabalhador da lavoura, era benéfica sua vinda para o país pois poderia ser responsável pelo fomento da agricultura. E destacou a possível contradição entre sua defesa do fim da escravidão e a vinda de escravistas derrotados

a primeira vista parece estranho preferir essa gente, porque amigos da escravidão e podiam aqui tornar-se mais fortes para contrariarem o espírito de emancipação que vai se desenvolvendo no país²⁶⁶

O deputado explicou que a contradição deveria ser perdoada primeiro, pelo desenvolvimento da lavoura que os norte-americanos poderiam ser responsáveis ao virem para o Brasil. Depois, defendeu que ao discutir a questão o debate sobre a substituição dos braços seria aberto já que os imigrantes dos Estados Unidos ao chegarem em São Paulo, invariavelmente necessitariam de trabalhadores para suas terras e não poderiam contar com escravos do norte que já estavam a preços exorbitantes, o que automaticamente, segundo ele, abriria caminho para a defesa, por esses fazendeiros da mão de obra livre²⁶⁷.

²⁶⁴Ibidem. Pág. 68

²⁶⁵Ibidem. Pág. 74

²⁶⁶Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1869. Pág. 2 do Apêndice

²⁶⁷Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1869. Pág. 2 do Apêndice

Para Tito Pereira de Mattos, também liberal, não havia necessidade do financiamento provincial, pois daria margem ao presidente da província usar o dinheiro de maneira esbanjadora e segundo ele, “alimentar o patronato”²⁶⁸. Ao destacar que a lavoura de São Paulo estava se aniquilando com a falta de braços, considerou que a autorização ao presidente traria males ao invés de benefícios reais. Nesse sentido, apresentou uma emenda com modificações importantes do projeto original. Primeiro, abolia a exclusividade dos Estados Unidos, ou seja, as famílias poderiam ser de qualquer origem ou país. Segundo, retirava o monopólio de Carlos Nathan para engajar os imigrantes²⁶⁹.

Carlos Nathan era uma importante figura do cenário político brasileiro da época. Frequentava espaços de destaque de defesa da imigração no Brasil, como debates e reuniões com associações, além de ser membro da Sociedade Internacional da Imigração. Nathan defendia que a única imigração que convinha ao Brasil era a de ex-confederados norte-americanos. Maçom, membro de uma loja no Rio de Janeiro de falantes da língua inglesa, era casado com uma americana e dono de embarcações que traziam imigrantes para o Brasil dos Estados Unidos, além de ser um dos principais intermediários entre o governo Imperial e os imigrantes recém chegados²⁷⁰. Carlos Nathan fundou uma associação de crédito aos imigrantes norte-americanos e a relação com políticos da Corte e da Assembleia Provincial Paulista, o encorajou a recorrer aos seus aliados, principalmente liberais, para conseguir o financiamento do governo de São Paulo²⁷¹.

O deputado Tito também ressaltou que o Governo Geral não fazia nada no sentido de abolir a escravidão e São Paulo não devia ficar de braços cruzados e esperar a libertação geral para substituir os braços. O projeto era problemático para o deputado porque só favorecia imigrantes dos Estados Unidos e sendo estes, oriundos do sul derrotado na Guerra Civil, nutriam convicções escravistas que para o deputado “felizmente não encontram eco no nosso país²⁷²” e viriam “educados naqueles princípios ante-morais e religiosos e imbuídos de prejuízos repugnantes que mais dificultam as ideias regeneradoras do governo do Brasil²⁷³”.

²⁶⁸ Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1869. Pág. 5 do Apêndice.

²⁶⁹ Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1869. Pág. 233

²⁷⁰ ZORZETTO, Alessandra Ferreira. *Propostas Imigrantistas em meados da década de 1860: a Organização de Associações de Apoio à Imigração de pequenos proprietários norte-americanos - Análise de uma colônia*. Dissertação: Mestrado, Unicamp, 2000. Pág. 47.

²⁷¹ VIEIRA, David Gueiros. *O problema do direito civil do imigrante e a queda do Gabinete de Olinda, 1866*. Revista de informação legislativa. Universidade de Brasília, out-dez, 1974. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180871/000352827.pdf?sequence=1>> Acesso em 22 de março de 2020. Pág. 155.

²⁷² Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1869. Pág. 237

²⁷³ Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1869. Pág. 237

Os liberais eram favoráveis à vinda de estrangeiros de qualquer país, mesmo assim o assunto devia ser debatido com cuidado, tendo em vista as experiências do passado²⁷⁴

“[...] sendo entre nós a única fonte de riqueza pública a agricultura, que definha por falta de braços, a imigração, que se pretendia, importava um grande melhoramento e a vida da lavoura, tanto mais quanto a questão da abolição do elemento servil, era questão de tempo, e de próxima solução. Porém, que, tendo-se dado grandes abusos, e se despendido grandes somas com a imigração, sem que semelhantes fatos tivessem correspondido a nossa expectativa, devíamos ser bem cautelosos e prudentes em decretarmos fundos para uma tal medida²⁷⁵”

No sentido de aprimorar a emenda do deputado Tito somam-se os Paula Souza, Antonio Cintra, Furquim e Campos, Aguiar e Castro, C. de Andrade, Oliveira Braga e Paula Ferreira, este último ainda discursou sobre a grande necessidade de extinguir-se a escravidão no país. Paula Ferreira afirmava que qualquer medida que caminhasse nesse sentido teria seu apoio. Estes liberais ainda adicionaram na terceira discussão do projeto um maior tempo para o pagamento do empréstimo aos colonos no financiamento das passagens, quatro anos, e deixaram por conta da província o pagamento integral das passagens dos menores de idade²⁷⁶.

Os liberais tentaram chegar num consenso sobre o modelo de imigração e o tipo de imigrantes que deveriam ser beneficiados no projeto já que os deputados do partido não tinham a mesma posição. Aos poucos, o projeto se transformou de *pró-imigração* para *pró-colonização*. Os liberais mais moderados acreditavam ser possível beneficiar a lavoura com a vinda de confederados, já que com capitais poderiam somar-se aos capitalistas da província e aumentar a produção de café e outros produtos. Outros liberais ligados a Tito de Mattos acreditavam que a assembleia deveria apoiar a vinda de colonos para substituir escravos e não para criar mais demanda por trabalhadores. Diante da negociação entre liberais mais moderados e a ala de Tito de Mattos, que acreditava no iminente fim da escravidão ainda na década de 1860, a assembleia consegue a aprovação do projeto. Não foi possível mapear o número de conservadores que apoiaram a resolução, já que nos debates eles pouco participaram.

Enquanto isso, a imprensa conservadora impunha críticas severas à colonização, mas apoiava a vinda dos fazendeiros sulistas. O *Correio Paulistano*, convertido em aparato de circulação conservador no final da década de 1850, publicou textos sobre a importância de auxiliar a vinda de norte-americanos vencidos na Guerra de Secessão de 1865 e criticou o apoio a colonos pobres defendida por parte dos liberais

²⁷⁴Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1869. Pág. 233

²⁷⁵Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1869. Pág. 236

²⁷⁶Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1869. Pág. 245

“O colono, de ordinário seguido de mulher e filhos menores, chegava onerado com a despesa da passagem a qual se formava contraído uma dívida com o lavrador que a garantia a face de um contrato rigoroso e duro. [...] E de nossa parte acreditamos que não nos podia vir coisa de mais alcance para a grandeza e prosperidade da nação do que o chegarem para junto de nós aqueles homens [sulistas norte-americanos] empreendedores e reconhecidamente aptos para pôr em jogo todas as molas ainda brutas da colossal riqueza de nossas terras”²⁷⁷.

Os conservadores no *Correio Paulistano* também defendiam que o fazendeiro pudesse arrendar um pedaço de terra da sua propriedade aos imigrantes. Dessa forma, teria algum lucro e não precisaria gastar nem com passagens de colonos, nem com o sustento de escravos²⁷⁸. Além disso, o jornal enumerou os fatores que eram tratados como empecilhos aos norte-americanos para chegarem ao Brasil e pediu ao governo providências, por exemplo, sobre a religião, a legislação que se referia ao casamento, a obrigatoriedade de ser membro da Guarda Nacional, entre outros. Dizia o periódico, que “a colonização não podia ser próspera, nem permanentemente benéfica a este país de grandes recursos não desenvolvidos, se essas disposições intolerantes na legislação brasileira não fossem riscadas”²⁷⁹.

Segundo Angela Thalassa o largo período entre 1858 e 1882 foi de reorganização para o *Correio Paulistano*. Mesmo ligando-se ao Partido Conservador, foi uma constante na vida do jornal trocar de posição diversas vezes, não só por questões financeiras, mas pela resistência do proprietário Azevedo Marques de declarar a sua posição política. Não obstante, a autora explica que mesmo com os intervalos liberais, a pressão do Partido Conservador fez do periódico um importante meio de circulação, fato confirmado pelo próprio proprietário do jornal que em editorial escreveu que deixava a linha liberal para aderir à conservadora no início da década de 1860, por “circunstância de caráter financeiro”²⁸⁰. De fato, foi constatado que muitos escritos ora possuíam assinatura de liberais, ora de conservadores, no intervalo de tempo entre 1860 e 1870. Além disso, a promessa de Azevedo Marques sobre continuar “franqueado a todas as opiniões honestas”, tentava imprimir à folha um caráter alheio às tendências políticas²⁸¹. No entanto, foi possível identificar o discurso conservador pelos embates e contrastes com relação à imprensa exclusivamente liberal.

A imprensa conservadora representada pelo *Correio Paulistano* compartilhava várias concepções sobre a questão do trabalho nas fazendas. Na parte de correspondências, nem os

²⁷⁷Correio Paulistano, 29 de setembro de 1866. Pág. 1-2.

²⁷⁸Idem

²⁷⁹Correio Paulistano, 05 de janeiro de 1866. Pág. 2.

²⁸⁰THALASSA, Ângela. *Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna - O jornal que não ladra, não cacareja e não morde*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Pág. 27

²⁸¹Idem. Pág. 28.

legisladores escapavam e por vezes, a tentativa do jornal de parecer imparcial se fazia, por exemplo, na publicação de opiniões de ambas as tendências políticas. Em artigo do final da década de 1860, um agricultor defendia a colonização militar dos nacionais, a fim de “civilizar nossos semi-bárbaros caboclos” e criticava a atuação dos políticos, que para ele usavam dos discursos “para elevar um homem às altas regiões da administração, e, a este mal acrescenta-se a pouca duração dos nossos ministérios, que teremos explicada a razão de nenhuma ideia poder vingar nesta boa terra de Santa Cruz”²⁸².

Também havia os que se dirigiam diretamente à assembleia provincial com sugestões sobre projetos de lei. Foi o caso de uma carta assinada com as iniciais P.A.S. que escreveu que “as questões de maior vulto e as que mais se ligam ao próximo bem estar dos nossos concidadãos, são a cessação da nefanda escravidão e a sua substituição pelo trabalho dos braços livres”²⁸³. Aproveitou para defender também que o governo provincial deveria fazer todos os sacrifícios possíveis para mandar vir ao país o maior número de imigrantes e com uma soma considerável poderia escolher entre alemães, suíços, americanos e portugueses. Ao fazendeiro caberia, obrigatoriamente, separar o trabalho do escravo ao do colono.

Na tentativa de dar voz a visões conflitantes, também eram publicados textos de defensores da escravidão. Foi o caso de uma carta anônima intitulada “*Um novo ensaio de imigração estrangeira e a questão servil*”, de 1869. Para o autor, o trabalhador nacional era “vadio, preguiçoso e indolente”, mesmo assim, alguns como o derrubador de matas, o explorador do sertão, o campeiro, o tropeiro, o mineiro e o marinheiro, podiam ser comparados com a “gente da Europa”²⁸⁴. A gente da Europa, por sua vez, ao chegar no Brasil como colono e se deparar com o brasileiro, se tornava vadia também e ainda, não queria trabalhar no lugar de escravos. Segundo ele, o escravo trabalhava por quatro colonos e tinha um quarto da despesa. Já o preço dos produtos do escravo era taxado sobre seu custo, ou seja, abaixo do valor real. Ainda assim, o fazendeiro perdia ao trocar escravos por colonos e só o fazia porque o contrato de parceria escravizava os colonos e tinha garantias pelas despesas adiantadas. A única saída era elevar os preços no mercado estrangeiro e substituir o escravo pela máquina, já que a imigração não servia para nada²⁸⁵.

²⁸²Correio Paulistano, 25 de janeiro de 1867. Pág. 2.

²⁸³Correio Paulistano, 18 de junho de 1869. Pág. 3.

²⁸⁴Correio Paulistano, 21 de julho de 1869. Pág. 2.

²⁸⁵Correio Paulistano, 21 de julho de 1869. Pág. 2.

O contraste vinha de outra carta anônima, publicada no mesmo jornal. Oriundo de Tatuí, o autor defendia que o Tesouro Provincial deveria financiar agentes europeus que trabalhassem no engajamento de colonos para as lavouras paulistas. Segundo a carta, o braço livre era “mais industrioso em competência que o inumanamente embrutecido braço escravo²⁸⁶”. Quem escreveu o texto ainda acreditava que a emancipação dos escravos, que não tardaria a acontecer, traria uma alta no preço do trabalho e atrairia muitos trabalhadores, assim como ocorria nos EUA²⁸⁷.

A imprensa liberal, representada pelo *Diário de São Paulo*, tentou um meio termo sobre a vinda de norte-americanos para o Brasil, assim como acontecia na Assembleia Legislativa Provincial. O periódico defendia também a abolição gradual da escravatura, questões relacionadas ao federalismo e reformas eleitorais. Para a folha, o trabalho escravo poderia ser extinto na medida em que a imigração pudesse se consolidar no país

“Os brasileiros estão convencidos que esse mal há de desaparecer no futuro, depois que a imigração for uma realidade, depois que a agricultura for colocada no pé em que deve estar; depois que aperfeiçoarmos máquinas e substituírem o trabalho braçal, e que novos processos de rotear as terras venham elevá-las à prosperidade que merecem”.²⁸⁸

O jornal também foi um importante meio de interlocução do Partido Liberal, pelo menos em seus primeiros anos de circulação²⁸⁹. Os assuntos econômicos, sobre a lavoura e indústria paulistas eram abordados quase que diariamente, além de reservar espaços significativos para a abordagem da questão da mão de obra e da imigração de estrangeiros

“A experiência tem demonstrado que a colonização, como tem sido empreendida entre nós, custa muito dinheiro ao tesouro e não se desenvolve. Os sacrifícios são enormes e o resultado nenhum. O que nos convém é a imigração, a colonização espontânea. Nas atuais circunstâncias a nossa atenção deve fixar-se de preferência nos Estados do sul da União Americana”²⁹⁰.

A defesa da imigração norte-americana na imprensa liberal paulista começou quase imediatamente depois da derrota dos estados confederados do sul na Guerra Civil Americana e acompanhou os movimentos do governo geral e dos particulares para a vinda desses fazendeiros, assim como da já mencionada Associação Auxiliadora da Imigração para São Paulo. O *Diário de São Paulo* defendia que a imigração que mais convinha à província naquele momento era a do sul dos Estados Unidos porque tratava-se de lavradores

²⁸⁶Correio Paulistano, 11 de novembro de 1869. Pág. 2.

²⁸⁷Idem

²⁸⁸Diário de São Paulo, 25 de maio de 1865. Pág 1.

²⁸⁹BRASIL, Bruno. *Diário de São Paulo (1865)*. Artigos Hemeroteca Digital, 2015. Disponível em <<https://bdigital.bn.gov.br/artigos/diario-de-s-paulo-1865/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

²⁹⁰Diário de São Paulo, 26 de setembro de 1865. Pág 1.

experientes, conhecedores dos “hábitos e usos” do Brasil, como também estavam a par do escravo²⁹¹. As vantagens de chegar em terras paulistas eram, segundo o escrito, muitas: terras abundantes, férteis e baratas, bom clima, boas estradas para exportação e via férrea em vias de implantação²⁹².

O periódico procurava argumentos a fim de convencer os fazendeiros paulistas de que os imigrantes norte-americanos que deveriam chegar em São Paulo eram aqueles que poderiam estabelecer-se como proprietários e trazer recursos para o desenvolvimento da agricultura, assim como “derramariam a riqueza e com ela a civilização e o progresso por toda província, cobrindo de braços livres e de cidadãos aproveitáveis toda a nossa fronteira.”²⁹³ Ao contrário dos colonos, que poderiam chegar sem recursos e teriam que depender do governo e de terras concedidas para produção de alimentos para o próprio sustento

“[...] Há uma diferença enorme entre a colonização e a imigração espontânea: àqueles pode o governo marcar lugares para sua residência, à estes toca mais a livre escolha do local que ambicionam; a colonização importa para o país uma despesa, ou do governo ou de particulares, embora deva ela ser mais tarde reembolsado; os imigrantes pelo contrário fazem todo o trajeto à sua custa, e o que é mais ainda compram o solo sobre o que tem de estabelecer-se e por isso esses hão de afirmar-se que melhor lhes aprouver”²⁹⁴.

Sobre os colonos pobres, o jornal não poupou críticas e acusações. Por maior que fosse o entusiasmo com a transferência de famílias “desgostosas com a situação política e social da União Americana”, a vinda de duzentos e tantas pessoas de Nova Iorque trouxe preocupações. Segundo o autor do texto, a maioria deles era composta “da escória da sociedade nova-iorquina, gatunos, vadios, mendigos etc. com costumes depravados, e o comportamento em toda parte tão dignos de uma repressão enérgica”²⁹⁵. O texto recebeu uma resposta de um imigrante norte-americano, que o classificou como “injustiça feita a nossos patrícios, classificando-os a par da escória recentemente chegada de Nova Iorque”²⁹⁶. Depois, enumerou as várias dificuldades enfrentadas pelos lavradores, como ele, de se instalarem no Brasil e pediu ao governo brasileiro ajuda para o pagamento de despesas relacionadas à passagem

“Se o governo do Brasil decidir-se a fornecer o transporte, a corrente da imigração será muito facilitada, e indubitavelmente sem prejuízo, visto que os emigrados pagarão de bom grado qualquer preço razoável estabelecido por ele. Se eles

²⁹¹Diário de São Paulo, 13 de outubro de 1865. Pág 2.

²⁹²Idem.

²⁹³Diário de São Paulo, 15 de outubro de 1865. Pág 1.

²⁹⁴Diário de São Paulo, 19 de outubro de 1865. Pág 2.

²⁹⁵Diário de São Paulo, 5 de janeiro de 1867. Pág 1.

²⁹⁶Diário de São Paulo, 25 de abril de 1867. Pág 1.

pudessem embarcar em alguns portos do Sul - e por muitas razões o porto de Charleston na Carolina do Sul seria preferível - muitos e graves inconvenientes seriam removidos - além de que eles poderiam trazer muitos dos seus importantes instrumentos de agricultura, que de outro modo seriam sacrificados”²⁹⁷.

Outro texto sobre a vinda dos derrotados da Guerra de Secessão advertia ao fato de ser o povo americano que emigra “gente sem eira nem beira, maltrapilhos e criminosos” e que “o povo norte-americano não virá para trabalhar, pois não entendem os trabalhos do mato e da lavoura”²⁹⁸. Segundo o autor do texto, os paulistas esperavam a vinda dos proprietários do sul, mas só emigraram “vagabundos irlandeses”. A única alternativa para que a imigração no país tivesse sucesso era a com a vinda de alemães lavradores já que o preço das passagens era mais barato e o pagamento das mesmas pelo governo era “o único óbice com que luta a imigração para o Brasil”. O *Diário* mantinha a opinião de que, dois anos depois da Guerra, a corrente migratória tinha imposto uma realidade diversa da prometida

“Dois anos são passados desde essa época e os fatos têm-se incumbido de demonstrar a ilusão dos que se abandonaram à crença do rápido desenvolvimento da imigração, e, ipso facto, tem comprovado o nosso modo de pensar”²⁹⁹.

Para Alessandra Moreno, os jornais paulistas tinham a mesma retórica de convencimento dos fazendeiros de que a imigração norte-americana seria benéfica à província. A autora não faz distinção entre a posição política de cada órgão de imprensa, e afirma que através da possibilidade de venda de terras improdutivas aos imigrantes, da instalação dos menos favorecidos como parceiros ou trabalhadores nas fazendas e a vinda de indivíduos considerados “racialmente superiores” fez com que se observassem vantagens tanto pelos jornais liberais quanto pelos jornais conservadores³⁰⁰. No entanto, a atuação do Partido Conservador na imprensa da época não se alinhava a de parte dos liberais na assembleia legislativa, nem mesmo à dos que defendiam também a imigração norte-americana. A autora afirma também que após a intervenção do Governo Imperial nos projetos sobre a vinda de imigrantes norte-americanos que apoiava a ida dos estrangeiros às colônias oficiais, os fazendeiros paulistas foram afastados e a Associação Auxiliadora da Imigração para São Paulo teve seus trabalhos suspensos³⁰¹. Com isso, toda a imprensa paulista se voltou contra os projetos de importação de estadunidenses e tratou de colocar empecilhos,

²⁹⁷Ibidem

²⁹⁸Diário de São Paulo, 16 de maio de 1867. Pág 1-2.

²⁹⁹Diário de São Paulo, 26 de abril de 1867. Pág 1.

³⁰⁰ZORZETTO, Alessandra Ferreira. *Propostas Imigrantistas em meados da década de 1860: a Organização de Associações de Apoio à Imigração de pequenos proprietários norte-americanos - Análise de uma colônia*. Op. Cit., pág. 80

³⁰¹Idem.

como motivos religiosos e de caráter racial visão que, entretanto, era própria da imprensa liberal.

A defesa na imprensa liberal da vinda de fazendeiros do sul dos Estados Unidos começou muito antes do assunto chegar ao plenário da assembleia provincial. As discussões sobre pagamento de passagens, como forma de ajuda aos derrotados, chegaram na tribuna paulista e usadas por uma ala de liberais como uma estratégia para fazer andar uma questão até então deixada de lado: a importação de trabalhadores para as fazendas. O destaque dado à pauta do trabalho, quando da primeira discussão foi tamanha, que ao final da última, a vinda de sulistas não era mais o ponto principal do projeto. O projeto havia se transformado de *imigração* de norte-americanos para financiamento da *colonização* de qualquer estrangeiro disposto a migrar de seu país de origem para São Paulo.

A análise da imprensa conjuntamente aos debates da assembleia provincial, nos permite concluir que havia posições claras entre os políticos e divergências dentro de um mesmo partido. Havia os liberais mais moderados, que assim como Whitaker, defendiam a vinda de derrotados norte-americanos e viam de maneira benéfica à província o estabelecimento de pequenas propriedades, sendo esses imigrantes responsáveis pela transferência de capitais ao Brasil e, de certa forma, de técnicas de cultivo. Na imprensa essa era a posição defendida pelos meios de circulação liberais, ou seja, seria possível atrelar a vinda de estadunidenses com o desenvolvimento da pequena propriedade e da substituição gradual do modelo de agricultura escravista para um baseado no trabalho livre, mesmo que contrários à vinda de colonos pobres e sem recursos para se estabelecer no país. Já uma ala dos liberais mais radicais, não representada na imprensa e ligados à Tito de Mattos, defendia que a vinda de imigrantes dos Estados Unidos seria como ratificar a escravidão no Brasil e em nada contribuiria com o país, interessado em abolir a escravidão. A saída era abrir caminho para a colonização dos que queriam trabalhar e não aos que representavam uma instituição que já estava com dias contados. Por outro lado, os conservadores, que se faziam ouvir principalmente pela imprensa, já que no período analisado não foi possível identificar uma posição clara na assembleia provincial, defendiam o apoio incondicional aos fazendeiros americanos que desejavam se estabelecer em São Paulo, uma vez que trariam recursos, técnicas agrícolas e prosperidade à província. Para essa corrente política, o governo não deveria auxiliar colonos pobres, nem mesmo estabelecer políticas de financiamento para o estabelecimento de estrangeiros em colônias ou pequenas propriedades.

O projeto de resolução aprovado autorizou o governo a aplicar cinquenta contos de réis no pagamento de passagens de colonos de qualquer nacionalidade que os fazendeiros escolhessem e que obrigatoriamente deveriam se dirigir ao trabalho na agricultura. Os fazendeiros pagariam aos cofres provinciais o montante em até quatro anos, já o governo da província garantia o pagamento sem restituição das passagens de menores de dez anos. O texto, no entanto, não agradou o presidente da província, na ocasião Vicente Pires da Motta, que prontamente não assinou a resolução, tornando-a inválida. Para o político o assunto não se enquadrava como atribuição de uma assembleia provincial, entendendo-o como tema de interesse do Governo Geral³⁰². Por mais que os legislativos das províncias pudessem decidir sobre a imigração ou a colonização, Pires da Motta argumentou que o Império estava tratando de maneira suficiente e com objetivo de uniformizar o sistema em todo território imperial conforme uma legislação geral³⁰³.

II. Ecos emancipadores e abalos conservadores

Ao mesmo tempo que a imigração voltava ao plenário, os projetos sobre o assunto ganhavam uma forma distinta da observada durante toda a década de 1860. Em 1870, um projeto de Rodrigo da Silva com apoio de Antônio Prado, Joaquim Fernandes de Barros, Antônio Augusto da Fonseca, Manoel Firmino Pereira Jorge, Emygdio José da Piedade, Venâncio de Oliveira Ayres, Francisco de Assis Pacheco Júnior e José Alves dos Santos foi apresentado ao plenário da assembleia e propunha a aplicação de 300:000\$ para auxílio a proprietários agrícolas interessados em trazer imigrantes da Europa ou dos Estados Unidos. O valor deveria ser aplicado no pagamento de metade das passagens dos imigrantes maiores de 18 anos e nunca poderia exceder o valor de 100\$ por pessoa³⁰⁴.

Junto aos defensores no plenário, estava o *Correio Paulistano*. Em artigos publicados, o jornal tecia críticas fortes ao trabalho escravo para contrapor o sistema ao projeto do deputado Rodrigo Silva

“o braço livre vencerá o elemento servil porque a escravidão é um senão da liberdade e esse senão apaga-se do mesmo modo que a inscrição aberta em terreno arenoso”³⁰⁵

³⁰²Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1869. Pág. 214

³⁰³Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1869. Pág. 214

³⁰⁴Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 10/03/1870, pág. 2

³⁰⁵Correio Paulistano, 24/02/1870, pág 2.

Para o jornal, eram três os motivos que impediam a colonização em São Paulo: a falta de estradas e vias de comunicação entre as localidades afastadas, a falta de dinheiro nos cofres provinciais e a intolerância religiosa estabelecida pela Constituição que afastava imigrantes de outras religiões diferentes da católica. A folha ainda defendeu que a assembleia devia aprovar o projeto do deputado porque era um grande estímulo para todo o Império que veria o exemplo dos paulistas e assim, outras províncias poderiam seguir o exemplo. Outro argumento apresentado pelo *Correio* foi o retorno significativo que os imigrantes poderiam oferecer aos cofres. Sem detalhar como isso poderia ocorrer o jornal afirmou que os colonos fariam os cofres operarem com saúde ao chegarem para trabalhar³⁰⁶.

Em outro artigo o jornal fez uma comparação entre o preço do escravo e o investimento com o trabalhador livre. Segundo o *Correio Paulistano*, o preço de um escravo era, em média, 1:500\$000. Considerando a quantia de 600 réis por dia para que o escravo pudesse trabalhar na plantação, cuidar dos gêneros alimentícios de que necessitava um estabelecimento agrícola, seu vestuário, despesas médicas e farmacêuticas, além do prejuízo pelo “trabalho mal feito e furtos”, a soma poderia chegar a 216\$000 anuais com as despesas de um escravo. O fazendeiro ainda poderia perder todo o valor investido de uma hora para outra, com a morte do escravo ou fuga. Já o colono, considerando o projeto do deputado Rodrigo da Silva, custava cerca de 120\$000 para chegar à província; em instrumentos agrícolas e alimentação no primeiro ano, o jornal calculou 300\$000, sendo o total anual para um trabalhador livre, a quantia de 420\$000. No entanto, o gasto mencionado seria apenas no primeiro ano do imigrante, ou seja, os gastos de viagens e para estabelecimento das lavouras fariam com que a despesa pudesse ser reduzida à 200\$000 ou 270\$000 segundo o *Correio*. Destaca ainda, que o valor de um escravo poderia ser usado para a vinda de oito a dez colonos, além de poder ser dada a juros e render cerca de 12% ao ano³⁰⁷. Por último defende que

“Também o fazendeiro deve preferir colonos trabalhadores do campo e conhecedores da lavoura, não a classe de indolentes suíços enviados anteriormente que nada entendiam de lavoura, ou se chineses ociosos e ladrões que nada produzem³⁰⁸”.

A preferência dada aos trabalhadores da lavoura era um ponto bastante delicado. Tendo em vista as experiências fracassadas da década de 1850 com a família Vergueiro, a

³⁰⁶Correio Paulistano, 24/02/1870, pág 2.

³⁰⁷Correio Paulistano, 04/03/1870, pág 2.

³⁰⁸Correio Paulistano, 04/03/1870, pág 2.

menção aos suíços se deveu, principalmente, pelos registros de estrangeiros que trazidos de áreas urbanas, chegavam sem qualquer conhecimento dos trabalhos nas fazendas ou contrariados pelas promessas feitas na Europa por agentes brasileiros abandonavam as lavouras ou promoviam revoltas dadas as condições de trabalho bastante precárias.

De volta ao plenário, entre os deputados que se posicionaram contra o projeto, estava Francisco Ribeiro Escobar, deputado de Taubaté, que apesar de considerar o assunto de extrema importância porque “em um futuro não muito remoto, talvez, a província pode se achar em sérias dificuldades pela morte natural e pela marcha filantrópica em desenvolvimento no país em prol da liberdade” além de “a ideia da emancipação estar gravada no pensamento da população”³⁰⁹ disse considerar a proposta inadmissível porque não encarava a questão da forma mais conveniente já que a redação confusa criava uma questão sobre quem realmente seria beneficiado com o projeto: se proprietários de terras que trariam colonos ou imigrantes interessados em se estabelecer em terras brasileiras³¹⁰. O deputado também defendeu que a prerrogativa do Porto de Santos ser o único de chegada estava equivocada e a exigência da origem estadunidense e europeia também. José Antônio de Magalhães Castro Sobrinho se juntou a Escobar mas defendeu que a origem estadunidense deveria ser combatida já que São Paulo, até então, havia sido infeliz com a colonização americana em geral. O político afirmou que os colonos europeus mereciam sua preferência porque tinham melhores costumes, educação e eram politizados³¹¹.

Cerca de quarenta dias depois de ser apresentado, o projeto foi rejeitado por quinze votos a doze. O placar apertado e a análise dos outros projetos sobre o tema sugerem que a pressa na votação - tendo em vista que as discussões duravam praticamente todo o período de trabalho do legislativo -, solicitada pelo deputado Manoel Joaquim Pinto Souza para o presidente da assembleia João Mendes de Almeida, se tratava de uma estratégia entre os deputados. Os conservadores paulistas travaram alguns embates nesta legislatura e disputaram o protagonismo na apresentação e aprovação dos projetos. Mendes de Almeida, que fazia parte do grupo de políticos que tinham projeção nacional, não só aceitou o pedido como também votou contra o projeto. Membro do Partido Conservador, ao longo de sua carreira

³⁰⁹Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 10/04/1870, pág. 1-2

³¹⁰Idem

³¹¹Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 21/04/1870, pág. 1-2

política, exerceu o cargo de deputado geral por São Paulo e foi um dos redatores da Lei do Ventre Livre, que defendia através de artigos na imprensa³¹².

Mendes de Almeida tinha atuação importante na imprensa e publicou inúmeros textos em defesa da emancipação gradual dos escravos e do fomento da imigração. Na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo as disputas sobre a emancipação gradual começaram antes da aprovação da lei do Ventre Livre, quando os deputados já em seus discursos, previam a libertação dos escravos ou conclamavam os colegas a votarem medidas que antecipassem a transição da mão de obra antes mesmo do fim da escravidão.

Mesmo que por um breve período de tempo, o projeto de Rodrigo da Silva não foi rejeitado sem debate. José Alves dos Santos foi à tribuna contestar os colegas que, assim como Mendes de Almeida e Escobar, se diziam a favor da pauta mas se declararam contra a aprovação na primeira discussão. Se a primeira discussão deveria abarcar a utilidade do projeto, ele deveria passar, sugeriu o político rebatendo Escobar³¹³. Além disso, afirmou que a redação não deveria ser um problema já que

“A colonização vem sempre com a ideia de contratos, subvenção, etc. e a imigração vem com a ideia de mudança espontânea do estrangeiro para o Brasil. Tem sido sempre este o sentido que se tem dado a esta palavra”³¹⁴.

Sobre a questão, Alves dos Santos também afirmou que a confusão a que se refere o deputado Escobar não era justificada já que

“Se um indivíduo se têm estabelecido no país, fazendo aquisição de terras, comprando-as ou as arrendando por mais de dez anos, é evidente que ele não é um simples lavrador, mas também um capitalista que já está em condições melhores, e com o qual a lavoura pode contar mais do que com aquele outro que, não tendo capitais, ou pelo menos, não os tendo empregado, não tem tanto interesse como o que os emprega em bens de raiz”

Ou seja, para o deputado, já estava garantido o auxílio a esses capitalistas, ao contrário do que acontecia com lavradores sem recursos que seriam auxiliados pela norma. O deputado também contestou a fala de Escobar sobre a origem dos imigrantes e defendeu que a prioridade dada aos estrangeiros dos Estados Unidos e da Europa se justificava pela força da agricultura nessas regiões, ao contrário de países da América do Sul que não tinham lavouras consolidadas ou produção forte para a exportação. Ao lado de Alves dos Santos estava José

³¹²PREFEITURA DE SÃO PAULO. Dicionário de rua: História das ruas de São Paulo. Disponível em <<https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/>> Acesso em 19 de outubro de 2021

³¹³Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 12/04/1870, pág. 1-2

³¹⁴Idem

Antônio de Magalhães Castro Sobrinho, conservador como os colegas contrários ao projeto, que defendeu a utilidade do mesmo “já que se procura a substituição essencial do braço escravo pelo braço livre”³¹⁵ e também explicou que a questão do Porto de Santos deveria ser mantida para a fiscalização da atividade imigratória. Escobar, então, se declarou convencido pelos argumentos dos colegas e afirmou que a proposta poderia passar em primeira discussão se os deputados aceitassem emendas. Também mencionou que sua vontade era empregar nacionais nos serviços agrícolas o que infelizmente não era possível porque quando os brasileiros não estão trabalhando em outras áreas, se encontram recrutados para o serviço militar da Guarda Nacional³¹⁶.

Nos jornais paulistas, o deputado Rodrigo da Silva declarou que defenderia suas ideias na imprensa com “toda a liberdade e franqueza” já que mesmo com o projeto rejeitado, cumpriu seu dever na assembleia provincial. Também se defendeu de ataques dos políticos contrários à proposta. Quando o projeto foi rejeitado, escreveu uma série de textos com críticas ao plenário do legislativo paulista e chegou a declarar que “a maioria da assembleia provincial de São Paulo deixou em sua alta sabedoria, que todo e qualquer auxílio, direto ou indireto, para facilitar a introdução de braços livres nesta província é coisa absolutamente inútil ou inconstitucional”³¹⁷.

Para o deputado, o plenário errou ao barrar o projeto em primeira discussão, que tratava da utilidade e constitucionalidade. Se o Ato Adicional afirmava que “promover cumulativamente com a assembleia e o governo geral a organização da estatística da província, a catequese e a civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias”, estava confirmada por este trecho do documento a utilidade e constitucionalidade do projeto. O autor explicou que os impugnadores do projeto entenderam que a assembleia não deveria legislar sobre o assunto porque no parágrafo que se refere a colonização não há a palavra legislar mas sim a frase “também compete às assembleias provinciais”. Ora, pergunta o deputado, “mas se não cabe a assembleia legislar por que legisla em todos os artigos que seguem a frase menos sobre a colonização?”³¹⁸

³¹⁵Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 21/04/1870, pág. 1-2

³¹⁶Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 12/04/1870, pág. 1-2

³¹⁷Correio Paulistano, 18 de março de 1870, pág 3

³¹⁸Correio Paulistano, 19 de março de 1870, pág 2

Por último, Rodrigo da Silva rebate acusações de outros jornais que afirmavam que seu projeto favoreceria fazendeiros quebrados ou muito ricos já que poderiam, graças à redação da norma e o uso de verbos no passado, solicitar valores despendidos para vinda de imigrantes de forma retroativa. O deputado escreveu que não havia fazendeiros nessas condições na província e que o verbo no passado era uma questão de redação que poderia ser corrigida em discussão no plenário. Por isso, considerou que os textos em jornais contrários se tratavam de calúnias e difamação e se o projeto daria auxílio aos que apresentassem propostas de trazer colonos, não só estes perderam com a rejeição do projeto, mas toda a província³¹⁹.

Liberais e conservadores disputavam em torno de posições distintas sobre o fim do trabalho escravo. A análise dos anais paulistas nos permite concluir que no que se refere à aprovação de leis de fomento à imigração, muitos deputados gostariam de ter seus nomes incluídos e, no final da década de 1860 não foi diferente. Mesmo que o volume de discussões seja menor que nas décadas posteriores e até mesmo, anteriores, era praticamente impossível encontrar um político declaradamente contra a imigração em São Paulo. Rodrigo da Silva e Mendes de Almeida expressaram projetos diferentes no final da década, ambos defensores da imigração.

³¹⁹Correio Paulistano, 22 de março de 1870, pág 2-3

O CENTRO, AS PROVÍNCIAS E OS “DANOS” À LAVOURA

Joaquim Lopes Chaves foi deputado provincial por várias legislaturas. Formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, iniciou sua carreira política logo quando terminou o bacharelado, filiando-se ao Partido Liberal em 1856. Mais tarde, se tornou um quadro do Partido Conservador de Taubaté e representante importante nos debates sobre finanças e economia em São Paulo, sendo, por muitas vezes, participante ativo das Comissões de Fazenda da assembleia legislativa³²⁰. Depois de proclamada a república, exerceu cargos como deputado federal e senador estadual. Sua importância política era tamanha que chegou a assinar o documento da Constituição Brasileira de 1891³²¹.

Em 1871, Lopes Chaves apresentou à assembleia paulista um projeto de lei que permitia o governo provincial emitir apólices de até trezentos contos por ano a juros de 6% para empregar seu produto em auxílios financeiros para lavradores interessados em importar colonos para a lavoura. O auxílio poderia financiar até a metade das passagens de cada colono até o estabelecimento rural do lavrador e poderia ser pago aos cofres da província em até onze anos³²²

“Art1º: o governo da província fica autorizado a emitir apólices até a quantia de trezentos contos anuais a juros de 6% e ao mínimo de 90.

§ 1º o produto das apólices será exclusivamente empregado em auxiliar os lavradores da província que quizerem mandar vir colonos para suas próprias lavouras.

§ 2º o auxílio da província é concedido somente para o pagamento de metade das passagens e despesas que cada colono fizer até o estabelecimento rural do lavrador que o houver solicitado.

§ 3º a nenhum lavrador será concedido anualmente auxílio superior a 10:000\$ rs.

§ 4º o lavrador que obtiver o auxílio da província pagará o juro anual de 6% e, além de dever ser pessoa abonada, prestará fiança idônea.

§ 5º o auxílio prestado pela província será reembolsado no prazo de 11 anos, entrando porém o impetrante com os juros e 10% do capital anualmente, salvo o primeiro ano, no qual entrará somente com juros.

§ 6º o auxílio será de preferência prestado aos lavradores que se obrigarem a introduzir colonos belgas e alemães.

³²⁰Verbetes primeira república do CPDOC/FGV: Dep. Fed. SP - 1891-1893 - Joaquim Lopes Chaves. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHAVES,%20Lopes.pdf>> Acesso em 10 de maio de 2021.

³²¹Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm> Acesso em 10 de maio de 2021.

³²²Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 01/03/1871, pág. 2

§ 7º computar-se-ão no número dos colonos os menores de 50 anos e maiores de 5 anos.

§ 8º o lavrador auxiliado que no prazo de um ano da data no recebimento do auxílio, salvo casos de força maior verificados, não mostrar par documentos autênticos e atestações dos cônsules do Império, nos países de onde vieram os colonos, ter satisfeito as condições desta lei, introduzindo para sua lavoura o número de colonos correspondentes ao auxílio, será executivamente obrigado a entrar com a importância recebida e mais o prêmio à razão de 15 % ao ano capitalizado semestralmente.

Art 2º: o saldo de rendas provinciais que se verificar existir depois de feitas as despesas decretadas para o ano financeiro, será empregado no resgate das apólices.

Art 3º: o governo dará regulamento.

Art 4º: revogam-se as disposições em contrário.

Paço da assembleia, 23 de fevereiro de 1871.

Lopes Chaves”³²³

O deputado autor da lei afirmava que “o colono pesa menos sobre a lavoura do que o escravo; [isso] é um fato que está em nossa consciência e na de todos os lavradores do sul da província que tem importado colonos”. O sul da província a que se referiu o deputado era o Vale do Paraíba e o próprio era residente de Taubaté, região conhecida pela tradição escravista.

Segundo o recenseamento de 1872, a população escrava de Taubaté representava cerca de 20% com relação à população livre. Além disso, nas 660 propriedades rurais, a média de escravos para cada uma era cerca de 6 escravos por propriedade. Segundo Renato Leite Marcondes, essa média apresentou ligeiro aumento entre 1801 e 1874³²⁴.

Colega de legislatura de Lopes Chaves, o deputado Paulo Egídio de Oliveira Carvalho, membro do Partido Liberal era forte defensor de ideais abolicionistas³²⁵ e foi o primeiro a se opor ao projeto que segundo ele não obedecia aos preceitos constitucionais já que não havia no país, uma legislação aperfeiçoada sobre o campo migratório³²⁶. Para ele, o Ato Adicional não permitia que as assembleias legislativas propusessem suas próprias regras sobre a

³²³Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 01/03/1871, pág. 2.

³²⁴MARCONDES, Renato Leite. *A propriedade escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a década de 1870*. Revista de Estudos Históricos, v. 1 n. 29 (2002): Economia e Sociedade. Pág. 51-74.

³²⁵Academia Paulista de Letras, lista de patronos. Disponível em <<https://www.academiapaulistadeletras.org.br/patronos.asp?materia=146>> Acesso em 17 de abril de 2021.

³²⁶Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 11/03/1871, pág. 1-3.

colonização. O papel dos legisladores provinciais era legislar cumulativamente com o governo geral para promover estabelecimentos coloniais e a vinda de colonos ao país³²⁷.

No Ato Adicional de 1834, em seu parágrafo 5º do 11º artigo, estava definido o papel da assembleia legislativa provincial com relação ao estabelecimento de colônias. Segundo o documento, competia às assembleias, promover cumulativamente com a assembleia e governo geral a organização e o estabelecimento de colônias³²⁸. No entanto, a partir da leitura da lei proposta por Lopes Chaves é possível concluir que não se tratava do estabelecimento de colônias e sim de um auxílio para a contratação, em estabelecimentos rurais da província de São Paulo, de trabalhadores livres que não tivessem condições financeiras de pagar suas passagens. Além disso, leis anteriores já haviam regulamentado proposições parecidas sem que os legisladores entendessem que havia qualquer tipo de incompatibilidade com a Constituição do Império ou relação com o estabelecimento de colônias.

Egídio afirmou também que o governo não deveria obrigar o lavrador a trazer colonos, mas sim criar uma legislação que transformasse as relações de trabalho. O papel do governo era, para Egídio, promover meios para a substituição do elemento servil pelo elemento livre³²⁹. Assim, o projeto proposto por Lopes Chaves não teria o principal objetivo que um projeto de colonização deveria se propor: o fim da escravidão³³⁰. No entanto, o próprio deputado P. Egydio em discussão anterior, chegou a afirmar em plenário que para transformar as relações de trabalho era necessária a colonização. A afirmação veio para justificar sua recusa a um projeto de taxaço do trabalho escravo na província que considerava ser um ônus à lavoura, sendo necessário o emprego de esforços para trazer colonos e não taxar escravos. Ora, o projeto de Lopes Chaves ao qual Egydio agora fazia oposição, ia de encontro com as ideias que o mesmo propugnava em sessões anteriores³³¹.

Ao lado de Paulo Egídio, estava Antônio Pereira Bicudo. Um dos grandes argumentos levantados pelos deputados estava, como mencionado, a inconstitucionalidade, estratégia muito usada por liberais e conservadores que se opunham aos projetos apresentados

“Qual a razão, senhores, por que a colônia de Ibicaba está decadente? Qual a razão, por que o senhor José Vergueiro, dono daquela fazenda, homem eminentemente

³²⁷Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 12/03/1871, pág. 1-2.

³²⁸Lei Nº 16 de 12 de agosto de 1834. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm> Acesso em 17 de abril de 2021.

³²⁹Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 11/03/1871, pág. 1-3.

³³⁰Idem

³³¹Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 10/03/1871, pág. 2.

liberal, do coração filantrópico, homem que herdou neste ponto os sentimentos do seu pai, o grande instituidor daquela colônia, senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, viu-se obrigado a despedir seus colonos e substituí-los por escravos? Qual a razão disto? Não foi outra senão esta: não poder-se contar com o auxílio de uma legislação aperfeiçoada.³³²

Além de se dirigir à Constituição, a dupla também sugeriu a inutilidade do projeto e o efeito devastador que poderia causar aos lavradores que acumulariam dívidas, tendo em vista o impacto das geadas frequentes na província que estavam destruindo cafezais naquele ano³³³. Além disso, Egídio e Bicudo entenderam que o projeto não favoreceria todos os lavradores de São Paulo³³⁴.

Os deputados afirmaram que o projeto deveria favorecer os lavradores sem plantações montadas ou sem recursos financeiros para serem aplicados, ou seja, os pequenos produtores da província ou até mesmo, o imigrante recém-chegado que desejava se estabelecer no país. Uma vez que o pequeno produtor ou imigrante não tinha como dar qualquer garantia do empréstimo provincial ou fiança e o grande fazendeiro não precisava de auxílio por contar com uma grande lavoura, o projeto era inútil³³⁵.

“Mas, falo como legislador, falo tendo em vista o interesse provincial, e neste sentido digo que o projeto em discussão não adianta nada, não traz a substituição do elemento servil pelo elemento livre. O processo empregado não realiza as nossas grandes aspirações, não faz com que se risque das nossas instituições o elemento servil”³³⁶.

Lopes Chaves afirmou que ser contra o projeto, era o mesmo que ser a favor do regime escravocrata. Segundo Chaves

Os nobres deputados, excessivamente inimigos do elemento servil, querem todavia que na nossa lavoura persista de preferência o trabalho escravo ao trabalho livre. Os nobres deputados não são, por palavras, escravocratas, mas os seus atos, seus procedimentos, em relação ao projeto que se tem discutido, indicam justamente o contrário.

P. Egydio se defendeu acusando Lopes Chaves de usar a máquina pública para benefício próprio. Segundo o deputado, se o projeto não procurava legislar cumulativamente para criar colônias ou sobre estabelecimentos coloniais, na verdade, deveria auxiliar lavradores que buscassem trazer colonos. Lopes Chaves afirma que mesmo sendo lavrador

³³²Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 11/03/1871, pág. 1-3.

³³³Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 12/03/1871, pág. 1-2.

³³⁴Idem

³³⁵Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 11/03/1871, pág. 1-3.

³³⁶Idem

não havia interesse particular envolvido na aprovação da lei, já que para ele, na verdade, o Estado é quem deveria ser o primeiro a auxiliar esse ramo que rende tantas riquezas à província. Também defende que o projeto deveria favorecer médios e pequenos lavradores que ao contrário dos grandes plantadores, não tinham capital para investir na vinda de imigrantes³³⁷.

Lopes Chaves contou com o apoio até mesmo de colegas de partido de Egídio como o liberal Frederico Abranches que afirmou concordar com o projeto porque era uma medida compensatória ao imposto criado sobre a entrada de escravos no ano anterior³³⁸. O deputado Ignácio Wallace da Gama Cochrane também discursou a favor da província despendar mais de 300 contos de réis em emissão de apólices e oferecer aos lavradores a possibilidade de negociá-las como melhor convier. Segundo o deputado, isso pouparia a província de negociar também com os capitalistas, e nesse sentido, ofereceu uma emenda que aumentava os juros a 7% ou 8% para chamar a atenção de tomadores, o que daria ao lavrador a faculdade de negociar as apólices. Além de Abranches e Cochrane, João Mendes de Almeida também discursava pela urgência de um projeto de lei sobre a colonização na província, no entanto, o deputado paulista concordava em partes com o projeto de Lopes Chaves e por isso, apresentou outro texto como, segundo o próprio autor o definiu, “uma ideia em separado”³³⁹.

A “ideia em separado” de Mendes de Almeida era obrigar a província a pagar os juros de companhias que se organizarem para favorecer o estabelecimento de imigrantes ou auxiliarem a colonização nacional ou estrangeira no território da província. Além disso, o projeto previa uma ajuda aos imigrantes que tentassem se estabelecer, comprar terras ou emancipar escravos para empregar em estabelecimentos de imigrantes sob contrato de prestação de serviços. Para esse projeto, João Mendes de Almeida garantia o pagamento via cofres provinciais e juros em 7% dos créditos concedidos pelas companhias a fazendeiros e imigrantes. Segundo ele, ao contrário do texto de Lopes Chaves, que consistia em emitir apólices para os juros destaes empregados para o auxílio à colonização, “o governo não deve constituir-se de banqueiro para emprestar dinheiro aos fazendeiros”³⁴⁰.

³³⁷Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 12/03/1871, pág. 1-2.

³³⁸Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 15/03/1871, pág. 1-2.

³³⁹Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 15/03/1871, pág. 1-2.

³⁴⁰Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 15/03/1871, pág. 1-2.

Mesmo com a resistência da minoria ligada à Egídio, “ideias em separado” e outras emendas, Lopes Chaves conseguiu a aprovação do projeto de lei, com emenda apresentada na terceira e última discussão. No lugar dos trezentos contos, o deputado conseguiu emplacar o valor de seiscentos contos para a quantia que seria emitida em apólices para o auxílio das passagens dos imigrantes. Ainda conseguiu sinal verde para o pagamento integral, pela província, das passagens dos menores de dez anos³⁴¹.

Na legislatura seguinte, o deputado José Maria Correia de Sá Benevides percebeu que mesmo aprovada, a lei não era executada e por isso, ao plenário da casa, declarou que ia encaminhar um pedido de informações para o executivo³⁴². O discurso do companheiro de partido de Lopes Chaves, no entanto, tinha dois objetivos: primeiro, questionar e cobrar ações do presidente da província, segundo, entender como ela poderia atenuar os efeitos da lei geral de 28 de setembro de 1871.

As assembleias legislativas provinciais eram compostas por deputados que integravam a elite política da província, enquanto o presidente da província era nomeado pelo governo central. Miriam Dolhnikoff aponta que havia alguns limites para o exercício do poder executivo das províncias. Por exemplo, o presidente tinha que conviver com assembleias legislativas que eventualmente contassem com a maioria do partido da oposição, não tinha atribuição de apresentar projetos, competência exclusiva das assembleias e seu poder de veto era suspensivo, podendo ser derrubado por dois terços dos deputados³⁴³.

A historiografia aponta, por outro lado, que uma das tarefas do presidente era garantir a vitória dos candidatos afinados com o ministério em exercício³⁴⁴. O período eleitoral impunha, por exemplo, alianças entre as facções locais com o presidente da província para vencer seus opositores e, em São Paulo, por muitas vezes, foi possível identificar a origem dos eventuais conflitos com o presidente na disputa entre grupos rivais. Além disso, em alguns casos, o presidente poderia sair derrotado porque sofria oposição da facção majoritária da assembleia legislativa. Esses conflitos, não muito raros, entre o poder executivo e o poder legislativo provincial passaram a ficar cada vez mais frequentes, principalmente depois da

³⁴¹Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 23/04/1871, pág. 1-2.

³⁴²Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1872, pág. 252

³⁴³DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. Op. Cit., pág. 106-07

³⁴⁴Ver CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no império brasileiro. In: *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: UFMG, 1998 e GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

aprovação da lei que regulamentou a emancipação do ventre escravo a partir de 28 de setembro de 1871.

Na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo a disputa sobre os efeitos da lei do ventre livre e sua aplicação começou logo depois da abertura do ano legislativo de 1872, quando o deputado José Maria Correia de Sá Benevides pediu informações sobre a lei de imigração aprovada no ano anterior³⁴⁵.

Benevides foi à tribuna pedir explicações ao presidente da província sobre a execução da lei. Experiente político brasileiro, ele já havia sido presidente de províncias importantes como Minas Gerais e Rio de Janeiro e discursou questionando o executivo do porquê de a lei aprovada pela casa não ter sido regulamentada já que, segundo ele, o governo deveria regulamentar a lei em respeito à soberania da assembleia provincial que a elaborou e votou³⁴⁶. Acompanharam Benevides no pedido de providências, seus colegas do Partido Conservador, Luiz Silvério Alves Cruz, Joaquim Augusto Ferreira Alves e José Francisco de Paula Eduardo³⁴⁷.

O cargo de presidente da província na época era ocupado por José Fernandes da Costa Pereira Júnior, ele também membro do Partido Conservador e que já havia exercido o mesmo cargo nas províncias do Espírito Santo e do Ceará.

Um dos membros do Partido Liberal que discursou em sintonia com a ideia de Benevides de cobrar informações sobre a execução da lei de imigração foi Paulo Egídio, num movimento absolutamente contrário à sua atuação no ano anterior. Em defesa das atribuições da assembleia legislativa, a minoritária bancada liberal aliou-se aos conservadores. Segundo o deputado, a não execução da lei mostrava censura à assembleia, acompanhando o argumento dos conservadores de desrespeito à soberania provincial. Ele ainda afirmou que a oposição poderia estar em menor número e parecer fraca, mas existia³⁴⁸.

Como opositor natural do governo da província, por ser do partido de oposição, Egídio afirmou que “as assembleias provinciais [tinham o papel de] velarem pela guarda da constituição e das leis em suas respectivas províncias”³⁴⁹, compreendia suas obrigações e prerrogativas como legislador segundo o Ato Adicional, e por isso, deveria junto ao partido da situação dizer que o governo, por mais dedicação que prestasse à administração provincial, não poderia deixar de executar as leis aprovadas pelo legislativo, já que um “governo livre,

³⁴⁵Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1872, pág. 252

³⁴⁶Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1872. Pág. 252

³⁴⁷Idem

³⁴⁸Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1872. Pág. 270

³⁴⁹Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1872. Pág. 271

[...] representativo e constitucional” também não poderia “arvorar-se juiz supremo da conveniência de uma lei”³⁵⁰.

A oposição representada pelo deputado liberal e uma pequena parte dos conservadores defendeu que a lei precisava ser regulamentada porque a Lei do Ventre Livre havia imposto um problema grave à lavoura e que esta poderia colher bons resultados com a colonização. Também afirmaram que a lei não precisava de qualquer análise ou interpretação, já que o poder legislativo havia decidido e debatido a questão. Além disso, que a economia da província não havia mudado de um ano para outro e que a emissão de apólices para o financiamento da lei se faria sem impactos significativas para os cofres provinciais³⁵¹.

Benevides apontou que a província deveria apenas pagar os juros sobre as apólices de seiscentos contos, que era de 6% e não todo o montante do auxílio, que por sua vez, seria pago pelos fazendeiros. Questionou se a província se abalaria com o comprometimento de um ônus tão insignificante, tendo em vista, inclusive, o fato da despesa se tratar de uma despesa produtiva, ou seja, poderia aumentar a riqueza agrícola e o sacrifício poderia ser compensado³⁵². Para ele, se tratava unicamente da vontade política do presidente da província e argumentou que Costa Pereira não mandou executar também outras leis.

Para Benevides o pedido de informações da presidência também representava uma questão muito mais grave no seio do Partido Conservador: havia um conflito entre os membros do partido. O presidente era considerado pelos seus pares um mau administrador e segundo os deputados João Vicente Valladão, que aderiu às ideias de Benevides em sessão seguinte e Joaquim Augusto Ferreira Alves, sequer cumpria com suas obrigações, como acompanhar as decisões do governo Imperial e se empenhar em decidir sobre a educação dos filhos das escravas, por exemplo, ou estar a par da situação dos escravos libertos e do tratamento despendido pelos senhores das mães, além de não decidir sobre o imposto criado sobre todos os escravos que chegavam na província³⁵³.

O presidente também foi acusado por seus correligionários de fazer cortesias ao partido de oposição. Entre os favores estava a nomeação de membros do Partido Liberal em cargos estratégicos da província. Além disso, era comum, no plenário, Costa Pereira ser criticado por receber elogios da “imprensa dominante”, nome dado pelos deputados dissidentes do mesmo partido do presidente à imprensa conservadora na província.

³⁵⁰Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1872. Pág. 272

³⁵¹Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1872. Pág. 271-275

³⁵²Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1872. Pág. 398

³⁵³Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1872. Pág. 447

O Diário de São Paulo se tornou na década de 1870 um dos maiores representantes do Partido Conservador em São Paulo e as críticas aos liberais paulistas eram frequentes. Em 1872, no mesmo dia da posse do Barão de Pinto Lima como presidente da província, membro do Partido Liberal, o jornal escreveu que “os liberais, de posse do poder, esqueceram-se das promessas, dos compromissos, dos princípios aceitos e comungados no ostracismo”, acrescenta ainda a folha que “perverteram os princípios, falsearam as ideias, mentiram a sua bandeira e, como dominados pelo [ilegível] do poder e do mando, sacrificaram tudo à ambição de reinar”³⁵⁴.

Por outro lado, quando da administração conservadora anterior, fez menções positivas com relação ao chefe do executivo paulista. Nos primeiros meses de atuação de Costa Pereira, a folha publicou um texto elogiando sua atuação na criação da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, considerada pelo jornal um importante passo para facilitar a aquisição de braços pelos lavradores³⁵⁵. Em primeira página, escreveu que “se sob o aspecto político, a nova administração é de presenteira esperança [...] o sr. dr. Costa Pereira, temos a crença robusta, há de animá-la [a província] nessa evolução ascendente”. Para o *Diário*, a agricultura, a colonização, a indústria, o comércio e os meios de transporte paulistas mereciam a “solicitude” do novo administrador³⁵⁶.

Em defesa do presidente da província, no plenário da assembleia, estava Lopes Chaves. Embora tenha sido o idealizador da lei de colonização no ano anterior, afirmou que em 1872 a província passava por um momento crítico em suas finanças e não poderia dar prosseguimento à lei com tanta rapidez como desejavam os deputados da oposição. A nova realidade econômica se impunha graças às geadas frequentes que destruíram as plantações de café e aos efeitos da Lei do Ventre Livre. Lopes Chaves também afirmou que o poder executivo não conseguiu interpretar a lei e gostaria de enviá-la novamente ao paço da assembleia³⁵⁷.

De acordo com a lei de orçamento do ano de financeiro de 1872-1873 a província operou em déficit, ultrapassando em cerca de 10% as despesas com relação à receita, além disso, não ficou estabelecido nenhum gasto específico com a atividade migratória naquele ano orçamentário³⁵⁸.

³⁵⁴O *Diário de São Paulo* - 19/10/1872, pág. 1-2

³⁵⁵O *Diário de São Paulo* - 12/05/1871, pág. 2

³⁵⁶O *Diário de São Paulo* - 31/05/1871, pág. 1

³⁵⁷Idem

³⁵⁸Lei nº 73 de 26 de abril de 1872. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1872/lei-73-26.04.1872.html>> Acesso em 17 de abril de 2021

No início da década de 1870, os jornais paulistas também noticiaram os efeitos severos das geadas sobre as plantações de café. A *Gazeta de Campinas* escreveu que de Rio Claro, vinham notícias de vários pontos da província sobre diversos fatos que se deram por ocasião da última geada³⁵⁹. Em São Carlos do Pinhal, Limeira e em Jundiaí, na fazenda do político paulista Francisco Queiroz Telles foram registrados relatos dos danos em rios, com peixes mortos pelo congelamento da água, e em plantações³⁶⁰.

Sobre a interpretação da lei, não foi possível identificar qual dispositivo o presidente desejava fazer uso para enviá-la de volta ao plenário. O presidente poderia enviar uma lei aprovada pela casa somente em caso de veto, mas para isso havia um prazo de dez dias e apenas em casos especificados por lei como quando a lei provincial fosse inconstitucional, quando ofendesse os direitos de outra província ou ferisse tratados internacionais assinados pelo Brasil, ou fossem contrários aos interesses da província³⁶¹.

Mais uma vez, o deputado Frederico Abranches acompanhou Lopes Chaves e afirmou que a assembleia se enganou, em 1871, em aprovar a lei e não presumiu a situação financeira dos cofres da província. Contra o requerimento de Benevides votaram outros vinte deputados, dentre eles, a maioria conservadora alinhada ao presidente da província. Na oposição, uma pequena parcela de conservadores e Paulo Egídio.

O conflito na assembleia provincial de São Paulo se assemelhava ao da política Imperial, explicou Paulo Egídio³⁶². Em 1868, quando o Partido Conservador ascendeu ao poder, formou uma câmara quase unânime no parlamento brasileiro o que, segundo ele, abriu brecha para o conflito de ideias entre pares. Já para Benevides, o responsável foi o Partido Liberal, que se absteve das eleições

“É uma tática impolítica, e, direi mesmo, antipatriótica, porque os partidos são organizados para de sucederem alternativamente no poder, e eles não podem se suceder alternativamente no poder, com grande vantagem pública, sem que se experimentem na luta, sem que se reabilitem na oposição. [...] e devem se colocar na posição natural de adversário, que é o direito de oposição, mas não na posição que assumiu o partido liberal em 1868, abstendo-se do exercício do sufrágio popular. A principal causa, portanto, da divisão do partido conservador não é engendrada pelo governo, está na própria organização da primeira câmara que tivemos, e sua tática usada pelo partido adversário em 1868 deixando de comparecer às urnas para exercer o sufrágio eleitoral.”³⁶³

A despeito das falas liberais e das críticas apontadas à presidência, Abranches também afirmou que a Lei geral de 28 de setembro por ser “uma lei que não era uma aspiração do

³⁵⁹Gazeta de Campinas - 07 de Julho de 1870. Pág. 2

³⁶⁰Ibidem

³⁶¹DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. Op. Cit., pág. 103.

³⁶²Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1873. Pág. 440-441:

³⁶³Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1873. Pág. 440-441

país, porém que lhe foi imposta pela única vontade de um indivíduo”³⁶⁴ tinha causado a continuação da “luta estéril” dentro do partido já que “o Partido Conservador nunca é revolucionário e a lei do elemento servil é uma lei revolucionária”³⁶⁵.

Benevides, portanto, se juntava à luta dos “emperrados”, membros do Partido Conservador que se colocaram contra a Lei do Ventre Livre e do governo geral e, assumiu sua posição em plenário quando disse que “o presidente e o governo geral querem isolar o Partido Conservador na província e impôr chefes, tendendo à política do momento auxiliando ideias liberais a triunfarem, não aos quadros conservadores”³⁶⁶.

A análise dos discursos da assembleia legislativa provincial permite concluir que os membros do Partido Conservador eram maioria, pelo menos até a primeira metade da década de 1870, além de terem alto quórum nas sessões e, pelo reflexo da política Imperial, tiveram cinco presidentes do partido até 1875 enquanto os liberais tiveram apenas um. Como o próprio deputado liberal Paulo Egídio reclamou, os liberais eram minoria, embora existissem, mas, pouca relevância tiveram nas discussões das leis aprovadas para fomento da imigração após a Lei do Ventre Livre, quando o protagonismo foi invariavelmente conservador. Além disso, a checagem de votos, comissões e projetos deste estudo, comprovou a participação majoritária dos conservadores. Por isso, o embate entre grupos distintos entre os próprios membros do Partido Conservador é crucial para o entendimento da dinâmica da assembleia paulista daqueles anos 1870, além de ser importante para a compreensão de outros dois fenômenos da história imperial brasileira: a reorganização dos liberais paulistas e o nascimento de um novo movimento político, o republicanismo.

I. Um paulista, um lavrador e um roceiro

A imprensa brasileira do século XIX foi movida pelas disputas políticas. Quando da consolidação do governo representativo, se fez necessária a criação de uma arena para a discussão de ideias da elite e este foi combustível para a solidificação das publicações jornalísticas e de opinião no país. Era muito comum a opinião dos principais meios de informação estar alinhada com os pensamentos dos políticos expostos nos plenários das assembleias legislativas do Brasil já que as redações dos maiores jornais declaravam suas posições partidárias sendo muitas delas comandadas por dirigentes dos partidos.

³⁶⁴Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1873. Pág. 279

³⁶⁵Idem

³⁶⁶Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1873. Pág. 436

O *Correio Paulistano*, na tentativa de contemplar textos de opiniões de diferentes espectros políticos da década de 1870, foi o espaço de disputa escolhido para um embate entre as personagens autodenominadas *um Lavrador*, *um Paulista* e *um Roceiro*. A discussão, que acompanhava os acontecimentos da assembleia legislativa provincial, começou quando *um Paulista* publicou o texto *Colonização* em que defendia o pagamento das passagens de todos os imigrantes e uma revisão dos contratos de prestação de serviços³⁶⁷.

Na assembleia legislativa provincial o projeto motivo de debate nos jornais foi apresentado no início do ano de 1874 e previa a autorização da subvenção a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração com a quantia de 20\$ por cada colono ou imigrante maior de 10 anos de idade e com 10\$ por cada menor de 10 anos de idade. A subvenção seria paga na chegada ao Porto de Santos ou outro da província de São Paulo diretamente ao imigrante ou colono e aqueles que completassem o contrato de prestação de serviços aos fazendeiros, receberiam um prêmio do governo no valor de 50\$000. A fonte para o financiamento seria um imposto de 500\$ cobrado sobre cada escravo que fosse averbado na província e pago pela pessoa responsável pela averbação³⁶⁸. O projeto era de autoria dos deputados membros da Comissão de Fazenda, Antônio Pinheiro de Ulhôa Cintra, Paulo Egídio e Joaquim Celidônio Gomes do Reis.

Os deputados que se declararam contra o projeto na tribuna defenderam que o governo geral já subvencionava a colonização e a imigração e, por esse motivo, a província não precisava fazer qualquer esforço³⁶⁹. Também afirmavam que da Europa, vinham apenas “as fezes e escórias das casas penitenciárias”, argumento frequentemente utilizado pelos membros da casa para se referirem a colonos e imigrantes³⁷⁰. Diziam que melhor seria substituir o trabalhador escravo pela máquina mas, se naquele momento isso não era possível, o cenário mais apropriado era de apresentação de emendas no sentido de melhorar o projeto, como fez o deputado Manoel Pereira de Souza Arouca, que mandou ao plenário a proposta que exigia dos colonos uma formação profissional e, estendeu o escopo de beneficiários do auxílio para companhias empresariais de navegações fluviais, fazendeiros e outras associações. A emenda de Arouca foi, no entanto, rejeitada³⁷¹.

³⁶⁷Correio Paulistano, 4 de março de 1874, pág 2

³⁶⁸Diário de São Paulo, 15 de março de 1874, pág 1

³⁶⁹Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Diário de São Paulo, 10 de abril de 1874, pág. 2

³⁷⁰Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Diário de São Paulo, 11 de abril de 1874, pág. 1

³⁷¹Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Diário de São Paulo, 17 de abril de 1874, pág. 1

Francisco Alves dos Santos, por outro lado, foi ao plenário discursar em favor do projeto, mas com uma condição. Para ele, uma parte da lei deveria ser suprimida: o imposto sobre escravos, porque, segundo ele, era prejudicial à província e tinha grande impacto nas finanças dos fazendeiros. Também afirmou que o número de entrada de cativos no porto de Santos era baixo. Joaquim Celidônio Gomes dos Reis o interrompeu e afirmou que o número era baixo porque os escravos vinham por terra³⁷².

O autor do texto no *Correio* que assinava como *Paulista* também escreveu sobre o imposto sobre escravos trazidos de outras províncias. Segundo ele, a intenção do projeto era “extirpar um mal com outro” e repetia que não era “escravagista” mas queria que o legislativo “considere prudentemente sobre a maneira a mais crucial de afastá-la [a escravidão] de nós sem prejudicar altos interesses pessoais de onde derivam também interesses para esta agrícola província³⁷³”. Por isso, afirmou que apoiava medidas para o favorecimento da imigração antes de impostos sobre “esse braço único e o mais fácil de obter-se nas atuais circunstâncias da agricultura³⁷⁴”.

Grande parte da bibliografia concorda com o aumento do fluxo de escravos para as regiões cafeeiras paulistas, até pelo menos o final da década de 1870. Segundo Paula Beiguelman, a taxa de escravos vindos de fora da província de São Paulo era por um lado para favorecer a vinda de imigrantes que não desejavam trabalhar ao lado de escravos e segundo, para os fazendeiros já bem supridos de cativos, terem seu “patrimônio” valorizado. Já Robert Conrad afirma que os paulistas estavam interessados em manter os escravos do norte em suas regiões originais e assim, não aumentar a disparidade da instituição no Império para que a abolição não fosse uma demanda dos nortistas³⁷⁵.

Celia Maria Marinho de Azevedo analisou os debates dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo no período objeto deste capítulo e observou que entre 1871 e 1878 o plenário aprovou três vezes a cobrança de taxas sobre escravos e revogou duas, sendo a última tentativa, muito mais radical, a criação de uma taxa no valor de 1:000\$ sobre escravos procedentes de outras províncias. Para a autora, essa virada consensual dos representantes de diversas regiões da província no sentido de restringir a entrada de escravos representava três preocupações básicas da elite política paulista: os efeitos da Lei do Ventre

³⁷²Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Diário de São Paulo, 26 de abril de 1874, pág. 2

³⁷³Correio Paulistano, 10 de abril de 1874, pág. 1

³⁷⁴Idem

³⁷⁵GRAHAM, Richard. *Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. Afro-Ásia*, núm. 27, 2002, UFBA: Brasil. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/770/77002704.pdf>> Acesso em 17 de abril de 2021. Pág. 139.

Livre que tornaria impossível o controle disciplinar sobre os escravos, o crescente medo dos escravos e das possíveis rebeliões e, a apreensão em torno de uma possível guerra civil dos moldes da norte-americana com a imposição imediata da abolição sem indenização³⁷⁶.

Na última tentativa da década de aprovação para tarifas sobre escravos, o deputado Joaquim de Almeida Leite Moraes advertiu a assembleia dos perigos que negros oriundos de outras províncias poderiam causar à Província de São Paulo, como sugere Azevedo. Segundo ele, os braços chegados diariamente eram, “em regra geral, ladrões e assassinos que vêm perturbar a paz do lar doméstico e conservar em constante alarme e sobressalto as famílias, e, finalmente, as pequenas povoações”³⁷⁷. O deputado ainda afirmou: “estamos [paulistas] à borda de um abismo, ou pisando sobre um vulcão”³⁷⁸. A associação da população escrava em São Paulo de outras localidades do Império às ocorrências policiais configura um momento de inúmeras insurreições e rebeliões. Procurar medidas que pudessem barrar esse salto exponencial no número de registros de crimes era também uma das preocupações da assembleia.

Leite de Moraes, por sua vez, acreditava que a proibição da entrada de negros seria uma medida coercitiva ao desenvolvimento da lavoura, e mesmo que prejudicados alguns interesses, os resultados seriam vistos depois, aliviando “a nossa lavoura de maiores compromissos, e, ao mesmo tempo, de maiores responsabilidades”³⁷⁹. O deputado ainda colocou em questão a substituição do trabalho escravo pelo livre, visto que, num futuro próximo, a servidão não teria mais bases legais para se sustentar³⁸⁰.

Portanto, era conhecido o aumento do número de escravos na província. Se não entravam pelo Porto de Santos, como o próprio deputado Alves dos Santos sustentou com números quando disse que “entrada 706, saída 257; destes, importados 326, em companhia dos senhores 213 e que ficaram na província, 539, no último ano”³⁸¹, os estudos mencionados sobre tráfico interprovincial permitem afirmar que entravam de fato, por terra, como mencionado pelo deputado Celidônio.

Mesmo assim, outros deputados enxergaram no argumento de Alves dos Santos uma boa oportunidade para repartir o projeto da Comissão de Fazenda em dois. O próprio Ulhôa Cintra, membro da comissão, apresentou a proposição de separação. Os autores do projeto

³⁷⁶Ibid. Pág 113-114

³⁷⁷Anais da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo, 1878. Pág. 535.

³⁷⁸Idem.

³⁷⁹Idem.

³⁸⁰Idem.

³⁸¹Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Diário de São Paulo, 26 de abril de 1874, pág. 2

perceberam que o imposto sobre escravos ainda encontrava grande resistência entre os deputados, além de assumirem em plenário, que em conversas com fazendeiros de Campinas, por exemplo, estes se declararam totalmente contrários ao imposto e chegaram até a ameaçar a assembleia de não aceitar a medida se aprovada³⁸².

Naquela legislatura, mais de um terço da casa era composta por deputados conservadores e entre os que mais discursavam sobre os projetos de colonização e imigração, a participação dos políticos do partido era quase dominante, com exceção da atuação de Paulo Egídio, do Partido Liberal. O que estava em jogo naquele momento era a separação das matérias da proposta, já que o mapeamento das localidades dos deputados nos permite inferir que a resistência deles se devia ao elevado número de escravos nas fazendas das regiões que representavam, o que poderia, de certa forma, ser uma medida antipopular tendo em vista seus eleitores.

Dos deputados da vigésima legislatura provincial paulista, entre 1874 e 1875, pelo menos a metade representava as regiões do Vale do Paraíba e do Oeste Velho paulista. Ulhôa Cintra, de Campinas, por diversas vezes em plenário deixou evidente sua relação com os cafeicultores da região. Segundo Máira Chinelatto Alves, no final do século XVIII, Campinas era uma região que funcionava como entreposto para tropas que se deslocavam entre São Paulo e Minas Gerais, se tornando na virada do século, produtora de açúcar e, em meados do século XIX, produtora de café. Na segunda metade dos oitocentos, o município já despontava economicamente por suas lavouras e por contar com a maior população escrava da província, cerca de 14 mil, além dos seus 17 mil habitantes livres³⁸³.

O desenvolvimento da cultura cafeeira no Oeste Paulista esteve atrelado às discussões sobre a questão do trabalho e um elemento que perpassou esses debates foi a aquisição de cativos. Danieli Neto considera que a expansão do café e sua conversão em principal produto de exportação exigia cada vez mais trabalhadores. Até a década de 1870, foi crescente o número de escravos que chegaram a Campinas – e crescente também foi o valor pago por eles. Na década de 1880, contudo, o cenário se alterou. Por um lado, com as tarifas proibitivas de importação de cativos, o número de escravos diminuiu na localidade, em especial nos últimos anos da escravidão; por outro, o preço dos escravos também caiu, considerando que nessa década começam a chegar de maneira sistemática imigrantes na região. Além disso, as

³⁸²Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Diário de São Paulo, 26 de abril de 1874, pág. 2

³⁸³ALVES, Máira Chinelatto. *Crimes de escravos e os caminhos da autonomia. Campinas, 1876*. Op. Cit., pág. 48

fugas frequentes de escravos e o movimento abolicionista também são vistos como fatores para a queda no preço³⁸⁴.

A estratégia de dividir o projeto em dois também serviu para adiantar a aprovação do projeto de imigração, muito esperado por grande parte da opinião pública de ambos os partidos na província. Em 1875 o *Diário de São Paulo* se dirigiu aos escravocratas da província e em texto intitulado “Garantia de futuro” defendeu que o proprietário guardasse uma quantia para cada escravo que tivesse, assim o valor garantiria acumulação de juros e “a reprodução de quinze ou vinte anos do capital empregado no escravo removerá o obstáculo [...] impedindo que a lavoura seja animada com o crédito de que necessita”. O *Diário* ainda defendeu uma quantia para os ingênuos libertos pela Lei do Ventre Livre, “mediante prestação anual de 10\$ ou o total de 210\$ por cada um, terá o lavrador, quando o ingênuo chegar aos 20 anos, a quantia de 1:680\$” que, sugere o texto, era suficiente para contratação de um colono para substituí-lo e a sobra, para auxiliá-lo no trabalho³⁸⁵.

No debate nas páginas do *Correio Paulistano*, o *Paulista* considerava que além da questão financeira, havia outros empecilhos para a imigração, mesmo que aprovado o projeto. Entre eles, a lei de locação de serviços e a falta de liberdade religiosa no país. A falta de liberdade religiosa era um argumento recorrentemente levantado pelos que tentavam explicar a baixa adesão dos europeus aos chamamentos para trabalho no Brasil, desde as tentativas da família Vergueiro. O assunto, de formas diversas, sempre voltava aos textos e debates. Já a lei de locação de serviços foi tema de estudo das historiadoras Monica Duarte Dantas e Vivian Chieregati Costa, no qual afirmaram que o assunto percorreu a câmara geral durante todo o início da década de 1870, sendo aprovada uma resolução só em 1879. As autoras explicam que pelo menos desde 1830 havia uma ausência de “boas” leis reguladoras das relações de trabalho e contratos de trabalhadores livres, nacionais ou estrangeiros. A lei de 13 de setembro de 1830 foi pensada tendo em vista os projetos de colonização agrícola por estrangeiros e Dantas e Costa defendem que, em linhas gerais, a lei estabelecia algumas regras entre empregadores e prestadores mas, grosso modo, cercava o empregador de maior número de garantias contra a possível evasão dos empregados³⁸⁶. Já a lei de 11 de outubro de 1837,

³⁸⁴DANIELI Neto, Mario. *A escravidão urbana em Campinas: a dinâmica histórica e econômica do trabalho escravo no município em crescimento (1850-1888)*, 2001. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2001. Pág. 58-9.

³⁸⁵Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 12/11/1875, pág. 2

³⁸⁶DANTAS, Monica Duarte e COSTA, Vivian Chieregati. *O “pomposo nome de liberdade do cidadão”: tentativas de arregimentação e coerção da mão-de-obra livre no Império do Brasil*. Revista de Estudos Avançados, 30 (87), 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00029.pdf>> Acesso em 17 de abril de 2021. Pág. 36

outra regulamentação sobre o tema, teve como objetivo adentrar o campo dos contratos ou justificativas para a rescisão, além de contribuir para efetivação de um quadro favorável à contratação de estrangeiros visando a imigração³⁸⁷.

Dentre as propostas para novas regulamentações e leis que favorecessem a melhor relação entre prestadores e empregadores, as historiadoras explicam que, eram especialmente caras aos fazendeiros e proprietários aquelas relativas ao estabelecimento de prazos para os contratos, punições aos descumpridores dos acordos e incentivos à arregimentação de mão de obra nacional, principalmente as isenções ao recrutamento para forças de primeira linha³⁸⁸.

A mão de obra nacional também foi apontada pelo *Paulista* como uma opção “mais conveniente”, já que não se conhecia “ninguém mais pujante, mais adestrado, mais apto para tais trabalhos do que sejam nossos caipiras” no entanto, segundo ele havia o obstáculo dos nacionais estarem submetidos ao recrutamento forçado, a perseguições de ordem política e a trabalhos arriscados que impunham-lhes condições cruéis e desumanas³⁸⁹.

O texto do *Correio* assinado pelo *Lavrador* concordava com o *Paulista* sobre o projeto de taxação de escravos. Para ele, o fazendeiro comprava escravos porque era a única opção, ou seja, porque faltavam imigrantes disponíveis no mercado. A lei apresentada no legislativo que além de taxar escravos, propunha um auxílio à imigrantes que seria intermediado pela Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração também foi alvo de críticas do *Lavrador*

“Se uma associação desse gênero composta de homens interessados na questão, ricos, auxiliada pelo governo nada pode fazer, como querem os senhores deputados provinciais que o lavrador isolado, sem auxílio algum do governo, possa fazer o que os governos gerais e provinciais e uma grande associação não puderam fazer? Como ousa dizer que se o colono não vem é porque o agricultor não o quer?”³⁹⁰

O autor defendeu que não havia a necessidade de auxílio ou taxas para a mão de obra existente já que a emancipação se daria naturalmente com a morte natural dos escravos e o número reduzido de importações. O vácuo de mão de obra, segundo ele, seria preenchido com o tempo por trabalhadores livres que desejavam migrar e a transição se faria “sem abalos e vagarosamente”³⁹¹. Por isso, o imposto era inútil para o *Lavrador*, pois se a emancipação estava próxima, e só contribuiria para que o fazendeiro produzisse menos já que teria mais uma taxa a pagar, além de a questão estar praticamente resolvida já que muito era feito pelo elemento servil com alforrias, sociedades emancipadoras, pecúlio e impostos especiais³⁹². O

³⁸⁷Idem

³⁸⁸Idem. Pág 39

³⁸⁹Ibidem

³⁹⁰Correio Paulistano, 1 de abril de 1874, pág 3

³⁹¹Correio Paulistano, 1 de abril de 1874, pág 3

³⁹²Correio Paulistano, 1 de abril de 1874, pág 3

Roceiro divergia do *Paulista* e do *Lavrador*, porque, para ele, o imposto contribuiria para que a indiferença dos fazendeiros perante a aquisição de braços livres cedesse lugar à atenção e ao esforço para atrair a imigração para a província. Por isso, segundo ele, era crucial que o legislativo tocasse “na mala das grandes causas”, dificultando a entrada de escravos na província e consequentemente, contribuindo para colocar fim a compra de escravos³⁹³. O autor ainda afirma, em resposta ao *Lavrador*, que a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração não obtinha sucesso justamente pela indiferença dos fazendeiros e do governo com relação ao trabalho livre³⁹⁴. Mesmo assim, trabalhava de maneira contínua e significativa para a província nas causas da imigração e da colonização³⁹⁵. Ao final da discussão, texto assinado por *O Imparcial* também saiu em defesa da Associação Auxiliadora pelos inúmeros esforços para substituição do trabalho escravo pelo livre³⁹⁶.

As movimentações políticas na imprensa não pararam depois do embate entre *o Lavrador*, *o Roceiro* e *o Paulista*. *O Correio Paulistano*, logo após sua conversão à representante do Partido Liberal³⁹⁷, também passa a fazer elogios a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração e as medidas consideradas pioneiras do governo paulista para a vinda de estrangeiros, estampando em suas páginas que “[...] a Província de S. Paulo, que dentre todas, primeiro voltou suas vistas para a colonização e pôs mãos à obra no sentido de torná-la uma realidade no país, onde lavradores há que disputam entre si a glória da melhor auxiliar o trabalho livres³⁹⁸”. Mais tarde, em edições seguintes, chega a afirmar que a Lei de 28 de setembro não causou nenhum mal ao país, no entanto, que o agricultor devia tomar medidas para preencher as “lacunas” da lei, que para o autor, é a substituição do trabalho escravo pelo livre. *O Correio* também defendeu que a escravidão acabaria dentro de 15 ou 20 anos e a sorte do lavrador dependia das providências que tomaria nos próximos anos já que “o governo muito poderá e deve fazer [...] mas os agricultores devem desde já irem se preparando para poder empregar o colono em substituição do braço escravo³⁹⁹”.

O Diário de São Paulo se dedicou à defesa da imigração e da colonização de maneira bastante alinhada com grande parte dos conservadores do legislativo paulista. Os textos que tratavam do tema procuravam convencer o fazendeiro a uma transição gradual da mão de obra e que este era o caminho mais lógico e pacífico. Em artigo que ocupou toda a primeira página

³⁹³Correio Paulistano, 9 de abril de 1874, pág 2

³⁹⁴Ibidem

³⁹⁵Correio Paulistano, 14 de abril de 1874, pág 2

³⁹⁶Correio Paulistano, 15 de abril de 1874, pág 2

³⁹⁷Correio Paulistano, 28 de Julho de 1876, pág 2

³⁹⁸Correio Paulistano, 29 de Julho de 1876, pág 1

³⁹⁹Correio Paulistano, 14 de setembro de 1876, pág 1

do periódico, “*um que conhece São Paulo*” escreveu que “só a imigração nos pode trazer o florescimento de nossa indústria agrícola, o rápido aumento da população do Império e com ela, a força e o prestígio no congresso das nações”⁴⁰⁰. O autor defendeu que os colonos eram elementos cruciais para auxiliarem a lavoura paulista e os “mais apropriados” os trabalhadores alemães e suíços, “exemplares e empreendedores”, nas palavras de quem escreveu. Se a transição deveria ser feita sem sangue, “coroas de glória, porém, podem ser transformadas em coroas de espinhos, porque a Lei do Ventre Livre, que coroou o Imperador, resulta no óbvio da necessidade de se introduzir no país o trabalho livre”⁴⁰¹.

A partir da análise dos movimentos políticos na assembleia legislativa paulista na década de 1870 evidencia-se a forte relação da agenda imigrantista aos assuntos relacionados a escravidão e, por parte de uma parcela da sociedade, a abolição do trabalho escravo. No discurso é unânime a defesa do fim do regime escravista, assim como na imprensa da época, mesmo assim, na discussão dos projetos ficava clara a posição de cada político, seja a partir do uso de estratégias para embaraçar a aprovação ou o contrário. Embora enfrentando grande resistência, algumas medidas de controle e modelos para a transição do trabalho começaram a entrar em pauta, muito mais do que em qualquer outro tempo da história paulista. Dentre os modelos, podemos destacar pelo menos três que tiveram atenção quando levantados em forma de discurso pelos deputados paulistas: a proibição do tráfico do norte do país tendo como consequência natural o fim da escravidão já que a reposição dos braços seria cancelada, defendida por políticos de ambos os partidos; a transição gradual da mão de obra com a substituição dos braços escravos por imigrantes europeus, defendida principalmente por políticos conservadores; e, a abolição imediata, com indenização ou não, defendida por políticos mais radicais, principalmente do Partido Liberal.

Na década de 1880, outros personagens entraram em jogo e novos modelos começaram a frequentar a agenda política dos paulistas. Já a reorganização dos partidos indicou um movimento sem volta.

⁴⁰⁰Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 16/09/1873, pág. 1-2

⁴⁰¹Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no O Diário de São Paulo - 16/09/1873, pág. 1-2

II. Os últimos monarquistas: a questão da imigração e o Partido Republicano

Na década de 1880, os debates políticos na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo foram marcados pela nova conjuntura política. O surgimento e crescimento do Partido Republicano em São Paulo mudou a correlação de forças, opondo republicanos e monarquistas (liberais e conservadores) nas discussões sobre as estratégias de promover a imigração. Taxar a escravidão para financiar a vinda de estrangeiros a São Paulo continuou sendo uma pauta dos deputados paulistas. Os republicanos Martinho Prado Junior, Gabriel de Toledo Piza e Almeida, Manoel Moraes Barros e Antônio Muniz de Souza apresentaram um projeto, em 1884, que autorizava o governo a gastar 400 contos por ano no pagamento de passagens de imigrantes casados e com filhos, desde que esses comprovassem que pretendiam ficar na província. Esse auxílio poderia ser pago a qualquer associação ou particular interessado em trazer estrangeiros. O imposto gerador de receita para tanto seria de 5\$000 para cada escravo averbado nas cidades de São Paulo e Santos, além disso, o governo poderia fazer operações de crédito, emitir apólices e contrair empréstimos cujos juros não excedessem 7% ao ano⁴⁰².

O Partido Republicano surgiu na década de 1870 no Rio de Janeiro e se espalhou por diversas províncias aonde seus ideais chegaram como grande novidade em relação aos movimentos políticos anteriores. O manifesto de sua fundação contou com a assinatura de fazendeiros, médicos, advogados, jornalistas, farmacêuticos e negociantes convencidos da impossibilidade de realizar reformas importantes dentro do regime monárquico⁴⁰³. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, os primeiros aderentes ao partido, no entanto, foram recrutados nos centros urbanos e entre profissões liberais⁴⁰⁴. Dentre os temas levantados no documento, estavam o regime federativo e a autonomia provincial, além da inconformidade com a monarquia. Foi excluída, no entanto, qualquer menção à abolição da escravidão e segundo José Murilo de Carvalho, em comunicado emitido pelos fundadores do partido em reunião preparatória, os republicanos confessaram que o apoio a emancipação dos escravos reduziria as adesões ao partido⁴⁰⁵.

Três anos depois, quando da fundação do Partido Republicano Paulista, na Convenção de Itu, o partido assumiu uma posição defensiva, explica o autor. Para desviarem-se das

⁴⁰²Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano, 30/01/1884, pág 1.

⁴⁰³CARVALHO, José Murilo de. *República, democracia e federalismo - Brasil, 1870-1891*. Belo Horizonte: Revista Varia Historia, vol. 27, nº 45, jan/jun 2011. Pág. 142

⁴⁰⁴HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. T. II: O Brasil monárquico. V. 5: Do Império à República*. São Paulo: Difel, 1985. Pág 305

⁴⁰⁵CARVALHO, José Murilo de. *República, democracia e federalismo - Brasil, 1870-1891*. Op. Cit., pág. 143

acusações ora de abolicionistas, ora de oposicionistas da abolição, os republicanos diziam que a escravidão era assunto de responsabilidade dos monarquistas que estavam no poder. Se por ventura a questão pudesse ser deliberada pelos republicanos, eles o fariam considerando o princípio da união federativa com cada província atuando de maneira independente para substituição da mão de obra e conciliando o direito de propriedade com o princípio da liberdade com base na indenização e no resgate⁴⁰⁶.

Maria Fernanda Lombardi Fernandes afirma que muitos republicanos não dissociavam a mudança do regime da questão da escravidão, mas que por outro lado, dividiam-se com relação às prioridades do momento⁴⁰⁷. Segundo a autora, os paulistas defensores do regime republicano afirmavam que a questão não era só política, mas social, e por isso estava no domínio da opinião nacional e era de todos os partidos, muito mais dos que estavam no poder. Para a autora, isso nada mais era que uma estratégia do partido preocupado em não perder suas bases de apoio no meio rural, e reafirma, assim como Joseph Love, que se tratava de uma “política de ambiguidade deliberada”⁴⁰⁸

“A argumentação utilizada, apesar do evidente oportunismo, não é despida de interesse; o PRP apresentava-se como favorável a uma solução pacífica e evolutiva da ‘questão servil’, apresentava-a como um ‘fato social’, que transcendia a arena político institucional onde se movia o republicanismo e atribuía a eventual solução do problema aos dois partidos monárquicos”⁴⁰⁹

Fernandes também defende que a atuação do Partido Republicano, paradoxalmente, era muito mais sólida em São Paulo, província onde tradicionalmente o Partido Liberal tinha “deitado raízes mais fortes”⁴¹⁰. Os republicanos se organizaram com a intenção de disputar o poder com os monarquistas e no plenário da assembleia paulista isso aconteceu com frequência. No entanto, assim como Sérgio Buarque de Holanda, a autora afirma que a posição de força adotada pelos republicanos se deveu a clara aproximação com os conservadores, ambos na oposição em grande parte da década de 1880. Além disso, ficariam livres de uma posição, para a autora, de subordinação ao Partido Liberal. Segundo Holanda

as vantagens que tirariam os republicanos das alianças com os conservadores vinham sobretudo de poderem agir com maior independência, uma vez eleitos⁴¹¹.

⁴⁰⁶Idem. Pág. 144

⁴⁰⁷FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *Os republicanos e a abolição*. Revista Sociologia Política, Curitiba, 27, nov. 2006. Pág. 185.

⁴⁰⁸Idem. Pág. 187

⁴⁰⁹Idem. Pág. 187

⁴¹⁰Idem. Pág. 185

⁴¹¹HOLANDA, S. Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. T. II: O Brasil monárquico. Vol. 5: Do Império à República*. Op. Cit., pág. 186.

Contudo, os debates publicados nos anais legislativos paulistas nos permitem vislumbrar uma outra conformação do jogo político da época. Nas discussões seguintes à apresentação do projeto republicano de imigração, deputados dos partidos Liberal e Conservador apresentaram juntos um substitutivo: uniram-se Lopes Chaves, Antonio da Silva Prado e Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra, conservadores, Antônio José Ferreira Braga, Antônio Moreira Barros e Antônio Campos Toledo, liberais. A proposta dos monarquistas envolvia o pagamento das passagens exclusivamente a imigrantes europeus e não a qualquer estrangeiro como defendiam os republicanos e os interessados poderiam se estabelecer na província em terras particulares ou em núcleos coloniais que seriam criados pelo governo próximos a estradas de ferro, rios navegáveis ou centros agrícolas de São Paulo. Segundo o projeto, os imigrantes receberiam um valor máximo de 400 contos para as passagens e para a criação dos núcleos o gasto não deveria ser maior que 200 contos⁴¹². Por último, o projeto seria financiado com a abertura de crédito especial pelo presidente da província e não com impostos dos escravos averbados na capital e em Santos, como pretendiam os republicanos.

O paço da assembleia não era o único espaço escolhido pelos monarquistas para combater o projeto republicano. O *Correio Paulistano*, órgão do Partido Conservador, publicou nota sobre a proposta de Martinho Prado Junior e condenou a forma com que a imprensa republicana tratava do projeto em suas páginas, projetando o caráter de favor e de proteção à agricultura da província. Para os conservadores representados no periódico, o pagamento das passagens não seria uma ajuda à indústria agrícola, mas “um fato social tão complexo, que seria um erro imperdoável considerá-lo apenas um recurso à proteção desta ou aquela indústria”. Mesmo assim, o jornal afirmou que o auxílio, se aprovado, seria um “assinalado serviço à província”⁴¹³.

Os republicanos eram representados na imprensa pelo jornal *A Província de São Paulo*, que surgiu em 1875, lançado por um grupo de partidários da causa liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense. Segundo a própria folha, decidiram criar um diário que pudesse combater a monarquia e as instituições monárquicas como a escravidão⁴¹⁴. O texto que deu origem à crítica conservadora foi publicado em primeira página e o jornal identificou que os pontos capitais do projeto de Martinho Prado Júnior em discussão eram os núcleos coloniais, o auxílio aos imigrantes e a procedência deles. *A Província*

⁴¹²Publicações da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no *Correio Paulistano*, 08/02/1884, pág 1

⁴¹³Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no *Correio Paulistano*, 24/02/1884, pág 2

⁴¹⁴“A história do grupo Estado nos anos 1870”, O Estado de São Paulo. Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm> Acesso em 8 de julho de 2021.

também afirmou que o imposto sobre escravos foi deixado para depois porque a Comissão de Fazenda entendeu que deveria ser debatido na formulação do orçamento.

A Província de São Paulo criticou a estratégia dos monarquistas de separar a questão do financiamento, deixando-a para debate na ocasião da lei de orçamento. Segundo o autor do texto, parecia que os deputados queriam fugir da especificação já que a lei de orçamento deveria ser votada às pressas e sem largo debate. Além disso, as operações de crédito, defendidas pelos conservadores e liberais, argumentava o jornal, eram um meio de “tirar da renda formada com a contribuição de todas as outras classes os meios necessários para cobrir o aumento da despesa com esse favor aos proprietários agrícolas⁴¹⁵”.

Os políticos liberais e conservadores que apresentaram o substitutivo pertenciam a Comissão de Fazenda da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo e, para Martinho Prado Júnior, tinham desfigurado o projeto, já que o republicano pretendia “afrontar o problema da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre” com a proposta de financiar a vinda de imigrantes com o imposto sobre escravos⁴¹⁶. Ademais, o político afirmou que sua ideia havia sido bem recebida pelos lavradores, informação confirmada pelo jornal republicano, *A Província de São Paulo*⁴¹⁷. Em defesa do financiamento, Martinho argumentou que pretendia trazer imigrantes sem dívidas ou qualquer tipo de embaraço, além de fazer com que o lavrador que procurasse trabalhadores não sofresse prejuízos como, segundo ele, ocorria na colônia de parceria⁴¹⁸.

Martinho também defendeu o papel do governo no processo de substituição da mão de obra. Afirmou que “se deixar a iniciativa dos nossos lavradores mandar vir imigrantes, embora a esperança de gozar das vantagens do projeto que se discute, nunca teremos imigração”⁴¹⁹. No entanto, o projeto apresentado pelo deputado mencionava que o auxílio poderia ser pago a “qualquer particular ou associação que se proponha a introduzir imigrantes”, ou seja, a norma autorizaria o governo a financiar um serviço executado por fazendeiros ou empresas privadas e não havia, até a apresentação do projeto, descrições de regras de boas práticas. Por isso, desde o início da década, projetos como o de Martinho eram bastante combatidos na imprensa monarquista, com destaque ao *Correio Paulistano*.

⁴¹⁵A Província de São Paulo, 20/02/1884, pág 1.

⁴¹⁶Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano, 12/02/1884, pág 2

⁴¹⁷A Província de São Paulo, 20/02/1884, pág 1.

⁴¹⁸Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 01/03/1884 pág. 1-3

⁴¹⁹Idem

O *Correio* afirmou que os sistemas de subvenção com a intermediação de empresas privadas ou particulares para introdução de imigrantes e colonos estavam totalmente desvirtuados na prática, uma vez que, “não tinham por estímulo, mais que a especulação”⁴²⁰. Além disso, o periódico afirmou que até aquele momento, o modo com que se fazia a imigração, com agentes sem credibilidade na Europa, sem terras e sem estímulos do governo, a província só conseguia “despovoar hospícios, prisões etc”. Por isso, não importava a fertilidade da terra, nem a rentabilidade da cultura do café, já que sem braços não era possível ver qualquer futuro da lavoura na província. Impossível também graças “ao cancro social da escravidão”, que não cessava pela falta de mão de obra estrangeira⁴²¹.

Para o deputado republicano Martinho Prado Júnior também havia outros tipos de estratégias para fazer cessar o regime escravista. Para defender o imposto sobre escravos, ele calculou que havia 170 mil escravos na província e isso renderia cerca de 320 contos, considerando 2\$000 por cada um. Calculou ainda, que se cada passagem custasse 70 mil réis (adultos) e 35 mil réis (menores), considerando cinco integrantes em cada família de imigrantes, a lei poderia introduzir entre 8 e 12 mil imigrantes na província. Cada trabalhador livre, argumentou o deputado, equivalia a três ou quatro escravos no ritmo de trabalho e mesmo os fazendeiros mais ricos, que poderiam assim comprar mais escravos e desta forma ter uma colheita mais rentável, poderiam acumular ganhos com os estrangeiros já que “do emprego do braço livre resulta a superioridade do trabalho pela inteligência e boa vontade de quem o presta e outras vantagens”⁴²².

Os republicanos paulistas acreditavam que a transição da mão de obra deveria ser feita de forma rápida e que o problema era de urgente resolução. Se a abolição fosse uma medida a ser levada em consideração pelo regime monárquico, aos paulistas caberia oferecer meios de fazer isso da melhor forma possível, com incentivos aos fazendeiros para substituição dos trabalhadores. Além disso, defendiam a elaboração de estratégias que facilitassem a vinda de imigrantes destinados às lavouras e não a núcleos coloniais, já que o segundo poderia favorecer a criação de uma nova classe de proprietários rurais. Os monarquistas liberais e conservadores, por sua vez, acreditavam que a solução deveria ser lenta e gradual. O deputado Bento Francisco de Paula Souza, por exemplo, defendeu que o Brasil sempre empregou meios de apoiar socialmente os imigrantes e com as inúmeras reformas em curso no estado, “o governo se obrigará a emancipação lenta e gradual da escravatura e tratará de sua educação

⁴²⁰Correio Paulistano, 23/01/1881, pág 1

⁴²¹Correio Paulistano, 12/07/1884, pág 1

⁴²²Discurso de Martinho Prado na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicado no Correio Paulistano 01/03/1884, pág. 1-3

religiosa e industrial”⁴²³. Além de Paula Souza, o deputado Souza Queiroz discursava nesse sentido.

Augusto de Souza Queiroz foi o segundo deputado mais votado daquela legislatura, atrás somente de Antônio da Silva Prado, político bastante conhecido e importante em São Paulo⁴²⁴. Membro do Partido Liberal, Augusto vinha de uma família tradicional de Piracicaba e era filho de Francisco Antônio de Souza Queiroz (o Barão de Souza Queiroz) e Antonia Eufrosina de Campos Vergueiro de Souza Queiroz (filha de Nicolau Pereira Campos Vergueiro). Seus pais, contraíram matrimônio em 1833 e certamente o fizeram pela proximidade do pai do Barão com o senador Vergueiro. Grandes produtores de café, os Souza Queiroz também investiram em terras no interior de São Paulo, expandindo a antiga Vila da Constituição, atual Piracicaba, em vias férreas, sendo o Barão um dos fundadores e acionistas da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais e, junto a Vergueiro, fizeram investimentos importantes para a aquisição de mão de obra livre, trazendo imigrantes principalmente do sul da Alemanha⁴²⁵.

Em sessão que discutia o substitutivo apresentado pelos membros da Comissão de Fazenda, Augusto de Souza Queiroz afirmou que o projeto seria capaz de realizar “sem comoção social, a transição gradual e progressiva do braço escravo por trabalhador livre, sem as dificuldades econômicas que tanto nos preocupa”⁴²⁶. Reiterou ainda que “não era a parte rústica, mas a parte ilustrada da lavoura que sem providência, preferia custear as fazendas com os escravos vindos do norte do que suportar desde então o sacrifício da transição do trabalho”⁴²⁷.

Além da importação de escravos do norte, a parte ilustrada da lavoura também tinha algumas preferências. A predileção pela mão de obra vinda da Europa era principalmente defendida nos discursos de liberais e conservadores, como nas falas do deputado Antônio Prado. Formado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, teve assento na assembleia provincial paulista também em 1884. Político importante e de projeção nacional,

⁴²³Discurso de Martinho Prado na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicado no Correio Paulistano 29/02/1884, pág. 1-3.

⁴²⁴Lista de deputados eleitos para a Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo 1884-1885. Disponível em <<https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/base-de-dados/imperio/deputados/vigesima-quinta-legislatura-1884-1885/>> Acesso em 01 de julho de 2021

⁴²⁵Livreto que apresenta um resumo da história da família Souza Queiroz com fotos selecionadas, pequenas biografias e links, em formato de texto corrido. Com 340 páginas, o livreto pode ser lido facilmente em *smartphone*, *tablet*, *notebook* ou computador com o programa gratuito Adobe Acrobat Reader. *História da família Souza Queiroz*. Instituto Ana Rosa. Sem data. Disponível em <<https://anarosa.org.br/livros-e-periodicos/>> Acesso em 21 de junho de 2021

⁴²⁶Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 14/04/1884, pág. 2-3.

⁴²⁷Idem

era membro do Partido Conservador e proprietário e redator do *Correio Paulistano*. Sua atuação pela vinda de trabalhadores livres a São Paulo começou na década de 1870, quando da aprovação da lei de 30 de março de 1871 que autorizou a vinda de imigrantes. Na década de 1870, Antônio da Costa Pinto, então presidente da província, chamou Antônio Prado, seu genro, para ser vice-presidente da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração⁴²⁸.

Antônio Prado, Augusto de Souza Queiroz e Antônio Carlos de Arruda Botelho eram, juntos, os principais defensores da ideia de trazer apenas europeus ao Brasil. Segundo eles, além da imigração de outras partes ter fracassado, o brasileiro que já estava no país não trabalhava porque não queria⁴²⁹. O deputado João Alvares de Siqueira Bueno se contrapôs aos políticos e declarou que “os nobres deputados parecem que querem substituir no todo a nossa população pela estrangeira, desprezar, fazer como que desaparecer a nacional” sendo rebatido por Souza Queiroz que afirmou “queremos o cruzamento”⁴³⁰.

Naquela época, havia a circulação de ideias importadas da Europa, principalmente atreladas ao conceito de raça e que eram defendidas por alguns políticos e fazendeiros. Lília Moritz Schwarcz, afirma que em 1870 começaram a se difundir no Brasil as teorias de raça, mas que a elite ilustrada que era a favor dessas ideias não poderia ser entendida totalmente como oriunda ou porta-voz exclusiva das classes dominantes, portanto, mesmo que com estreitos laços familiares e que o discurso desses intelectuais tivessem o que a autora chamou de “pertinência de classe”, a atuação deles se dava em contextos urbanos, o que os diferenciava do grupo econômico de origem, e procuravam legitimar suas posições nos métodos científicos disponíveis⁴³¹.

Para Warren Dean, havia a vontade de implantar uma sociedade formada por europeus e os fatores raciais foram cruciais para a escolha da mão de obra imigrante em substituição ao negro escravizado. Para o autor, a elite brasileira aceitava parcialmente essas ideias e além de capitais e máquinas, importava comportamentos sociais e os adaptava à realidade brasileira⁴³². Schwarcz escreve na mesma linha teórica que Dean e afirma que o conhecimento e aceitação desses modelos sociais por parte das elites intelectuais e políticas brasileiras traziam a proximidade com o mundo europeu e de confiança no progresso e na civilização, porém,

⁴²⁸RIBEIRO, Antônio Sérgio. *Verbete “Antônio Prado”*, CPDOC- FGV, sem data. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO,%20Ant%C3%B4nio.pdf>> Acesso em 8 de julho de 2021.

⁴²⁹Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no *Correio Paulistano* 15/02/1884, pág 1-2

⁴³⁰Idem

⁴³¹SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Pág 35.

⁴³²DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880 – 1945)*. 3 ed. São Paulo: DIFEL; 1977, pág 87-88.

quando se tratava de aplicar tais modelos sobre raça no país, ficavam expostas algumas fragilidades e especificidades de um país miscigenado⁴³³.

Com o respaldo de viajantes europeus, a autora afirma que se criou na época uma forte e relevante interpretação que via no Brasil um “modelo da falta e atraso” tendo em vista a enorme miscigenação étnica e racial. Para refletir sobre os “impasses da nação brasileira”, Schwarcz argumenta que grupos de intelectuais promoveram debates e se congregaram em institutos de pesquisa a fim de iniciar uma discussão independente e desvinculada dos “setores hegemônicos e umbilicalmente ligados aos grupos agrários”⁴³⁴.

Se por um lado os “homens de sciencia” procuravam se desvincular das agremiações políticas e das elites econômicas, suas ideias não deixavam de figurar nos discursos dos poderosos, ainda que de forma variada entre os partidos. A imprensa conservadora se empenhou em criar uma versão favorável aos imigrantes oriundos da Europa. Em textos publicados, o jornal classificou a imigração alemã como a que mais resultados proveitosos e favoráveis obteve na província de São Paulo e que “o cruzamento do brasileiro com a forte raça germânica, nos tem dado um novo tipo - o teuto brasileiro - que contribuirá poderosamente [...] para a formação de uma geração destituída dos principais defeitos herdados dos primeiros colonizadores brasileiros”⁴³⁵.

Mesmo assim, a exclusividade dada aos imigrantes europeus era muito criticada. Martinho Prado Júnior era um dos deputados que apontavam inconsistências em propostas que tencionavam para questões raciais. Diante das reclamações do republicano, Antônio Prado argumentou que a preferência por imigrantes europeus poderia ser retirada do texto, mesmo com os resultados “pouco lisonjeiros” da imigração de outros lugares, como dos Açores e das Ilhas Canárias, por exemplo⁴³⁶. Ademais, Martinho foi contrário à criação dos núcleos coloniais e à abertura de crédito especial para o financiamento da lei, o que resultaria num imposto pago por toda a província para uma medida que beneficiaria apenas a lavoura⁴³⁷. Defendeu que se a lei autorizasse operações de crédito, deveria também autorizar a vinda de

⁴³³SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. Op. Cit., pág 46.

⁴³⁴Idem. Pág 49

⁴³⁵Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 07/12/1882, pág 2

⁴³⁶Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 15/02/1884, pág 2-3

⁴³⁷Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 12/02/1884, pág 2

qualquer imigrante e de qualquer ofício para que pudessem, assim, trazer desenvolvimento intelectual ao país e beneficiar toda a sociedade⁴³⁸.

Antônio Prado era defensor da pequena propriedade, baseada na criação de núcleos coloniais. Em seu discurso afirmou que ela “pode ser o caminho mais fácil se não o único por onde possamos chegar com segurança à libertação do braço escravo”⁴³⁹. Para ele, não bastava o pagamento das passagens, era preciso estabelecer meios para garantir a formação de uma classe de pequenos proprietários no Brasil e os núcleos coloniais eram uma boa estratégia para isso. Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra, membro do mesmo partido de Antônio Prado, também discursou pelo projeto substitutivo porque, segundo ele, havia a combinação de interesses da grande lavoura com os da pequena propriedade e esta última traria à província a produção de gêneros de primeira necessidade, por exemplo.

Antônio Prado também argumentou que o projeto original produziria efeitos contrários ao que se propunha. Segundo ele, o substitutivo, que trazia o artigo sobre os núcleos, foi apresentado com o objetivo de promover os meios diretos e indiretos de auxílio à migração; os diretos, o pagamento da passagem, os contratos de subvenção para o transporte e recepção dos imigrantes em São Paulo; e indiretos, o auxílio à mão de obra livre, a propaganda nos países de origem, a fiscalização do serviço de transporte na província, hospedagem dos imigrantes nos primeiros dias e as *vantagens sociais*⁴⁴⁰. Para ele, as leis aprovadas na década de 1870 tinham foco nos meios diretos, e mesmo assim, não tiveram os resultados esperados. O político defendeu que somente o pagamento das passagens era o maior erro que o serviço público poderia cometer, já que com isso, haveria o abandono do estrangeiro, o que não aconteceria com a criação dos núcleos.

Para o deputado conservador, se as medidas adotadas pela classe política paulista tivessem foco em

[...] abrir os portos deste país a imigração europeia, conceder ao imigrante toda a sorte de favores e de garantias - pagamento de passagem da Europa, agasalho durante 8 dias, passagem grátis nas estradas de ferro, estabelecimento em colônias particulares; mas enquanto a província não poder resolver o problema da pequena propriedade para o agricultor europeu, facilitando-lhe a aquisição de terras apropriadas para a cultura, nada absolutamente terão feito no sentido de garantir a fortuna pública e particular na transformação do trabalho. Se os nobres deputados querem chegar a resolução desse problema, se querem, e é essa a aspiração de todos os brasileiros, libertar-nos da chaga medonha da escravidão, o meio é fazer o

⁴³⁸Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 1/03/1884, pág 1-3

⁴³⁹Idem

⁴⁴⁰O deputado não esclarece a que tipo de vantagens se refere.

imigrante europeu proprietário da terra que cultiva. Este é o caminho mais fácil, senão único que nos conduzirá com segurança a libertação da escravidão⁴⁴¹.

Ulhôa Cintra, como já mencionado, além de concordar com a tese de Antônio Prado, apresentou emenda ao projeto substitutivo que propunha a criação de uma empresa pública para a promoção e organização do serviço de imigração em grandes núcleos, além de criar um auxílio de 200 contos durante dez anos. A proposta de emenda descrevia que a empresa seria responsável pela criação de dois núcleos, um na parte norte e outro na parte oeste da província, os dois próximos de linhas férreas e grandes centros agrícolas. Estabelecia também um número de três mil imigrantes a serem importados por ano pela empresa, divididos em mil e quinhentos para cada núcleo. A empresa seria obrigada a procurar os imigrantes na Europa e se alguma irregularidade fosse identificada no processo, seria punida com multa. A principal divergência com relação aos seus correligionários estava no financiamento da emenda trazida por Ulhôa Cintra: as passagens seriam pagas com a renda produzida por um imposto aplicado a escravos de povoações: sendo 50\$000 para os das cidades, 25\$000 das vilas e 12\$500 das freguesias. A cada ano, o imposto seria duplicado e a arrecadação só poderia ser destinada ao serviço de imigração⁴⁴².

Outra emenda apresentada foi a do deputado Souza Queiroz, crítico dos núcleos, mas que apresentava inúmeras outras divergências com relação ao projeto original. A ideia do deputado foi de retirar o artigo que fazia menção aos núcleos coloniais, porque, segundo ele os imigrantes iriam preferi-lo à propriedade particular e, ao se frustrarem por não conseguirem se tornar proprietários, todos os favores econômicos cedidos pela província seriam perdidos, já que não se dirigiriam às fazendas⁴⁴³.

Para Martinho Prado Júnior, o problema das emendas sobre núcleos e do substitutivo da Comissão de Fazenda era ignorar o meio primordial para a aquisição de mão de obra, que estava no pagamento das passagens. Se para Antônio Prado e Ulhôa Cintra a imigração deveria trazer ganhos em diferentes aspectos, como a ocupação de terrenos devolutos, transição da mão de obra e povoamento da província, para Martinho Prado Júnior, o foco deveria ser na substituição do braço escravo para o livre. Parte da estratégia do republicano para o pagamento das passagens era fazer o pagamento das mesmas no momento da chegada a hospedaria da capital, assim, o valor só seria reembolsado quando o estrangeiro já tivesse seu

⁴⁴¹Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 26/02/1884, pág 1-2

⁴⁴²Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 19/02/1884, pág 3

⁴⁴³Idem

destino confirmado nas lavouras do interior. Além disso, o imposto sobre escravos era crucial já que os imigrantes vinham para a lavoura e a despesa não deveria pesar sobre todas as *classes da sociedade*⁴⁴⁴.

O deputado republicano também afirmou que os núcleos coloniais poderiam ser aceitos no projeto desde que servissem como um ensaio já que a estratégia nutria nos estrangeiros a vontade de se tornarem proprietários e assim, nenhum ia preferir se dirigir a lavoura já estabelecida para substituição da mão de obra escrava. Martinho discursava contrariamente à pequena propriedade, naquele momento, por acreditar que a estratégia de trazer imigrantes deveria ser pensada para que eles trabalhassem nas fazendas no lugar dos escravos e para que a escravidão pudesse ser extinta o mais rápido possível. Também destacou que os europeus jamais aceitariam os “regulamentos e estatutos da fazenda” se tivessem a oportunidade de “tentar nova fortuna” em núcleos coloniais⁴⁴⁵.

A crítica dos núcleos também ilustrou páginas da imprensa republicana, representada pelo jornal *A Província de São Paulo*. Texto escrito pelo responsável pela folha Francisco Rangel Pestana, político importante do partido e jornalista, afirmava que os núcleos coloniais eram inconvenientes porque o imigrante sempre ia preferir o núcleo à fazenda. Além disso, os custos envolvidos na criação dos núcleos eram enormes, defendeu o autor, as terras nos lugares próximos a centros agrícolas, rios navegáveis e linhas férreas eram muito mais caras que os 200:000\$000 propostos no projeto substitutivo, escreveu. Para Rangel Pestana, os núcleos foram incluídos no projeto para “conciliar o favor aos lavradores com o interesse geral da província para se argumentar com o empréstimo de preferência ao imposto sobre o escravo da lavoura”⁴⁴⁶.

Se por um lado os republicanos contrários aos núcleos, representados principalmente, por Martinho Prado Júnior, estavam abertos à discussão e ao debate, além de demonstrarem nos discursos o desejo de se chegar em uma solução negociada ou em um projeto de *transição*, haviam deputados, por sua vez, que eram totalmente contrários a qualquer medida que favorecesse a imigração ou que não se encaixavam em nenhuma corrente dominante na ocasião. Esses, membros dos partidos liberal e conservador, faziam poucas intervenções, de forma geral, nas sessões legislativas que tratavam o tema da imigração. Era o caso de Antônio Carlos de Arruda Botelho, visconde e conde do Pinhal, membro do Partido Liberal e

⁴⁴⁴Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 13/03/1884, pág 2

⁴⁴⁵Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 1/03/1884, pág 1-3

⁴⁴⁶A Província de São Paulo 20/02/1884, pág 1

proprietário de grandes cafezais no Oeste Paulista. Em seus discursos, se declarou contrário a qualquer tipo de auxílio dado pelo governo para os imigrantes, já que acreditava que esse tipo de política traria grandes prejuízos à província. Segundo ele, a imigração poderia ser levada a cabo pelos particulares interessados em substituir os escravos das fazendas e pela própria reputação construída pelos estrangeiros que ao chegarem no Brasil e se deparassem com boas condições de trabalho, poderiam dar notícias às famílias na Europa e assim, provocar a chamada “imigração espontânea”, sem ônus aos cofres públicos. Ao lado de Botelho, estava Augusto de Souza Queiroz e, além dos apontamentos sobre o auxílio, os dois deputados declararam em plenário que os núcleos coloniais eram inúteis⁴⁴⁷.

Outros monarquistas propunham soluções distintas das trazidas pelos republicanos, mas consideravam o debate necessário para aprovação de uma lei fruto da assembleia legislativa e que representasse, minimamente, os anseios dos políticos eleitos pela população com direito ao voto. Bento Francisco de Paula Souza, político conhecido pela atuação independente mas alinhada aos preceitos liberais considerava os núcleos coloniais danosos ao país porque, segundo ele, produziram uma espécie de “estado dentro do estado”, ou seja, um espaço povoado por estrangeiros pouco adaptados aos costumes brasileiros e assim, fechados aos Brasil. O liberal também afirmou que ao governo ficariam reservados enormes gastos e responsabilidades já que a província deveria tutelar o núcleo por algum tempo⁴⁴⁸.

Segundo as autoras Vera Lucia Amaral Ferlini e Elizabeth Filippini os núcleos coloniais paulistas foram pouco estudados pela historiografia que abordou a transição da mão de obra escrava para a livre, já que o foco se deu sob a ótica do trabalho nas lavouras particulares das fazendas de café⁴⁴⁹. Uma vez consideradas as tentativas de implementação de núcleos totalmente fracassados, grande parte dos estudos sobre imigração considerou que o debate em torno desse modelo foi abandonado quando do advento da imigração em larga escala. Emília Viotti da Costa, por exemplo, defende que as tentativas de colonização do país tiveram como objetivo o povoamento e que a maior parte dessas experiências falhou⁴⁵⁰. A autora explica que os núcleos falharam, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, por conta da forte concorrência com o trabalho escravo que, preferido pelos fazendeiros, produziam tudo que necessitava-se nas fazendas de café. Além disso, os núcleos urbanos, pelo

⁴⁴⁷Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 13/03/1884, pág 2

⁴⁴⁸Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 29/02/1884, pág 1-3

⁴⁴⁹FERLINI, Vera Lucia Amaral e FILLIPINI, Elizabeth. *Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica*. Revista brasileira de História, São Paulo, v. 13, nº 25/26, set 92/ago 93. Pág 121.

⁴⁵⁰COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. Op. Cit., pág. 107

menos até meados da segunda metade do XIX, tinham populações pouco significativas, o que resultava na falta de um mercado consumidor para quaisquer produtos que núcleos coloniais produzissem⁴⁵¹.

Para Paula Beiguelman, assim como Costa, a colonização era uma diretriz nacional do governo Imperial desde a independência em função do povoamento e da criação da pequena propriedade e, com o advento da grande imigração, a partir da década de 1870, o fracasso das experiências coloniais serviu de argumento para os políticos abandonarem esse tipo de estratégia. Além disso, Beiguelman afirma que a política sempre foi hostilizada pela província de São Paulo, já que divergia dos interesses dos grandes cafeicultores⁴⁵². Beiguelman ainda sustenta que a administração provincial defendeu o sistema de núcleos porque desejava abastecer os mercados de consumo com produtos da pequena lavoura e fornecer braços, a salários módicos, nas épocas em que a cafeicultura necessitasse, no entanto, a autora identificou também que a pobreza do solo e a distância dos núcleos dos grandes centros urbanos provocou o ocaso da política da colonização⁴⁵³.

No paço da assembleia paulista, a defesa dos núcleos não terminou até o fim do Império. Segundo dados do Atlas da imigração Internacional em São Paulo 1850-1950, a população livre da província passou de quase trezentas mil pessoas em 1854 para mais de setecentas e trinta mil em 1886, já a estrangeira, de mais de seis mil, saltou para trinta e seis mil e oitocentas no mesmo intervalo⁴⁵⁴. O crescimento populacional, atrelado ao crescimento econômico dos centros urbanos foram argumentos de autores como José de Souza Martins e Regina Gadelha, que encontraram nas frequentes crises provocadas pela falta de gêneros alimentícios nas povoações o motivo para a elite política paulista insistir na ideia dos núcleos⁴⁵⁵. Martins e Gadelha ainda consideram que a política de núcleos serviria para atrair imigrantes para a grande lavoura, já que poderia promover propaganda positiva para o Brasil na Europa e, assim, criaria a possibilidade dos estrangeiros de se tornarem proprietários de terras no país⁴⁵⁶.

Dentre os argumentos defendidos por liberais e conservadores, além da produção de gêneros alimentícios, da propaganda positiva na Europa e o estabelecimento da pequena

⁴⁵¹Idem, pág. 113

⁴⁵²BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: Aspectos políticos*. Op. Cit., pág. 92

⁴⁵³Ibidem

⁴⁵⁴BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo... [et al.] *Atlas da Imigração internacional em São Paulo - 1850-1950*. Op. Cit., pág. 21

⁴⁵⁵As referências ao texto de Martins e Gadelha estão em FERLINI, Vera Lucia Amaral e FILLIPINI, Elizabeth. Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 13, nº 25/26, set 92/ago 93. Pág. 126

⁴⁵⁶Idem. Pág. 127

propriedade, nas entrelinhas do discurso havia dois pontos a considerar: segundo Regina Gadelha, a aquisição dos lotes de terras era possível apenas ao colono que, depois de muito trabalho nas fazendas cafeeiras, tivesse uma reserva para compra dos terrenos, ou seja, a criação de núcleos servia de apoio à grande lavoura já que o recém chegado não tinha capital para investimentos; depois, os defensores da colonização pretendiam direcionar a propaganda exclusivamente à Europa, para que a população do Velho Continente considerasse a vinda ao Brasil⁴⁵⁷. Por isso, a articulação entre os partidos liberal e conservador faz o substitutivo com menção aos núcleos chegar em terceira discussão, o que abriu espaço também a uma terceira via, quando o deputado João Alvares de Siqueira Bueno apresentou emenda ao projeto: sugeriu a retirada do artigo que obrigava o imigrante ser casado e ter filhos, o fornecimento de animais, sementes e instrumentos agrários aos imigrantes além de propor uma redução nos valores pagos aos estrangeiros⁴⁵⁸. Ignorado pelos colegas, Siqueira Bueno defendia que o auxílio não fosse exclusivamente dado aos estrangeiros, mas também aos brasileiros que desejassem trabalhar nas lavouras ou se estabelecerem nos núcleos.

Considerada uma vitória dos monarquistas, grande parte das propostas dos liberais e conservadores foram incluídas na lei aprovada. Os imigrantes escolhidos para serem auxiliados com as quantias deveriam ser europeus, açorianos ou canarienses e receberiam os valores diretamente se fossem casados e com filhos, além de serem obrigados a trabalharem em lavouras particulares ou se estabelecerem nos núcleos criados pela província, governo geral ou associações. O governo também poderia fornecer oito dias de hospedagem na hospedaria dos imigrantes na capital⁴⁵⁹.

Os republicanos também não conseguiram reverter a criação dos núcleos, nem mesmo reduzir o número proposto no projeto substitutivo. Ficou autorizado o governo criar até cinco núcleos ao lado de estradas de ferro, às margens de rios navegáveis e próximos a centros agrícolas da província. Para isso, o governo poderia adquirir terras próprias para agricultura e os lotes deveriam obedecer a demarcação de dez hectares para serem vendidos aos estrangeiros à vista pela metade do preço ou a prazo, além disso, o valor seria determinado pela qualidade da terra. O governo da província também ficaria responsável pela construção de casas provisórias nos núcleos e pela criação de uma cadeira mista de instrução primária em cada estabelecimento colonial⁴⁶⁰.

⁴⁵⁷Idem. Pág 127

⁴⁵⁸Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 26/02/1884, pág 1-2

⁴⁵⁹Lei nº 28, de 29/03/1884, Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=138408>> Acesso em 9 de julho de 2021.

⁴⁶⁰Idem

Para o financiamento da lei, mais uma derrota imposta aos republicanos. O presidente da província abria crédito especial e poderia fazer operações de crédito, não podendo a quantia ultrapassar o valor de 400:000\$000 por ano com o auxílio aos imigrantes e de 200:000\$000 por ano com a criação dos núcleos coloniais⁴⁶¹. Diante das dificuldades impostas pela articulação dos liberais e conservadores para a inclusão de pautas republicanas, Martinho Prado Júnior voltou ao plenário no ano seguinte e estava disposto a revisar a lei aprovada em 1884 e incluir pontos que considerava importantes.

Martinho ofereceu, logo no início dos trabalhos de 1885, um projeto de revogação da segunda parte do artigo primeiro da lei do ano anterior que estabeleceu a forma de pagamento ao imigrante. Para o deputado, não ficou claro se o auxílio seria dado ao imigrante já estabelecido no Brasil ou aos que viriam a partir da lei. Além disso, defendeu que o auxílio deveria ser dado ao imigrante na hospedaria e, assim, ele poderia decidir seu destino e o fazendeiro não precisaria recorrer a intermediários ou desembolsar quantias como adiantamentos⁴⁶². A assembleia decidiu auxiliar os imigrantes que chegaram depois da lei, já a questão de o pagamento ser feito na hospedaria levantou outros debates.

Augusto de Souza Queiroz e Antônio Carlos de Arruda Botelho mais uma vez aliaram-se para apresentação de emenda no sentido de conceder o auxílio aos imigrantes já estabelecidos em núcleos mesmo sem passar pela hospedaria dos imigrantes da capital. Uma outra emenda foi apresentada no sentido de alargar o escopo de imigrantes atingidos pelo auxílio mesmo que chegassem e preferissem não ficar na hospedaria. Antônio Cândido Rodrigues, um dos apoiadores desta última emenda e também do pagamento de auxílios aos estrangeiros que chegaram antes da lei, ficou surpreso com o debate acalorado que tomou conta da assembleia na ocasião, já que para ele, a exigência de ingresso na hospedaria não era justa com os imigrantes⁴⁶³.

O debate em torno da revisão da lei de 1884 ganhou importância quando os deputados liberais Antônio Cândido Rodrigues e Augusto de Souza Queiroz lembraram a estratégia da Comissão de Fazenda de retirar o imposto sobre escravos do projeto de imigração. mas, incluí-lo como emenda à lei de orçamento de 1884 perto das últimas discussões, que onerou em 3\$000 os escravos da lavoura⁴⁶⁴. O produto do imposto seria destinado ao serviço da

⁴⁶¹Idem

⁴⁶²Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 15/02/1885, pág 1-2

⁴⁶³Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 29/03/1887, pág 2

⁴⁶⁴Lei nº 26, de 28/03/1884, Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=138378>> Acesso em 9 de julho de 2021.

imigração e ao fundo de emancipação provincial. Cândido Rodrigues e Souza Queiroz afirmaram que a Comissão de Fazenda defendeu operações de crédito na ocasião da aprovação da lei de imigração e mesmo assim os republicanos insistiram na tributação e naquele caso, as leis de imigração não se aproveitavam dos proventos da lei de impostos sobre escravos. Justificou que pudesse causar estranheza liberais e “sobre quem na assembleia menos suspeitas de abolicionistas pudessem recair, sejam aqueles que levantam a voz para combater o projeto em discussão, por inconveniente, inoportuno e prejudicial” que era⁴⁶⁵.

Cândido Rodrigues era representante da região de Santos e afirmou que seus eleitores não eram beneficiados com a chegada de imigrantes porque não havia lavouras produtivas no litoral. Além disso, o imposto representava para ele, “uma gota de água no oceano, diante da enorme quantidade de escravos que infelizmente ainda temos a libertar”⁴⁶⁶. Mesmo com críticas, apresentou um substitutivo que estabelecia 1\$000 por ano para cada escravo e o produto do imposto empregado no auxílio da imigração nos municípios dos escravos taxados e, aos municípios que não se beneficiassem com a imigração, o valor de 3\$000 para o fundo de emancipação dos escravos⁴⁶⁷. Já Souza Queiroz era completamente contra o imposto, e mandou o projeto substitutivo para a Comissão de Fazenda. Cerca de trinta dias depois, o projeto foi devolvido e emendado pelo deputado Antônio Carlos de Arruda Botelho, também contrário ao imposto, que diminuiu o valor dos escravos da cidade para 2\$000.

João Alvares de Siqueira Bueno, considerava a diminuição dos valores e a revogação da lei inadmissível. Segundo o deputado liberal, a assembleia não teria dinheiro para financiar a imigração sem esse artigo na lei de orçamento. Na lei de orçamento da província aprovada no ano de 1884, para o serviço de imigração e estabelecimento de núcleos coloniais, o presidente da província pôde fazer operações de crédito que totalizaram 600:000\$000. Naquele ano financeiro, a arrecadação da província superou a quantia de 3.263:000\$000 e os gastos passaram de 3.832:000\$000, ou seja, São Paulo já operava em déficit e o argumento de Siqueira Bueno representava a realidade dos cofres públicos⁴⁶⁸.

Na verdade, o que a assembleia fez ao aprovar primeiro, o financiamento da imigração com operações de crédito e depois, na lei de orçamento, o imposto sobre escravos para emprego no serviço de imigração, foi deixar com o presidente da província o poder de escolha

⁴⁶⁵Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 12/02/1885, pág 1-2

⁴⁶⁶Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 25/02/1885, pág 1-2

⁴⁶⁷Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 25/02/1885, pág 1-2

⁴⁶⁸Lei nº 59 de 25/04/1884, Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1884/lei-59-25.04.1884.html>> Acesso em 9 de julho de 2021

sobre qual meio empregar para trazer estrangeiros à São Paulo. Eram raras as vezes que o legislativo provincial optava por deixar a cargo do executivo o poder de escolha sobre a forma de colocar uma lei em prática, o que sinalizava também que as peças do tabuleiro em São Paulo já não se movimentavam com a facilidade dos anos anteriores.

Nos anos 1880 a Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo foi um espaço de disputa e palco de mudanças significativas na política paulista com reflexos importantes no cenário nacional. A atuação do Partido Republicano fez os partidos liberal e conservador atuarem juntos na pauta imigrantista para obterem força suficiente e conseguirem barrar projetos polêmicos dos políticos republicanos. Liderados por Martinho Prado, os republicanos paulistas pautavam principalmente o fim da escravidão urgente, a vinda de imigrantes com o pagamento de passagens na hospedaria da capital e a não distinção da nacionalidade dos imigrantes, evidenciando assim, a necessidade de braços para o trabalho nas lavouras, independente da origem. Já os monarquistas, liderados, principalmente, por políticos como Antônio Prado, conservador, e Souza Queiroz, liberal, defendiam que os escravos deveriam ser libertados gradualmente e que as passagens dos imigrantes, mesmo pagas pelo governo, não eram a prioridade, já a criação de núcleos coloniais era a política que deveria ser levada a diante. Além disso, eram defensores da vinda de europeus, para a miscigenação com os brasileiros e para a criação de uma nova classe de pequenos proprietários.

A *questão da emancipação*, naquela altura, já ilustrava até as páginas de periódicos conservadores, como o *Correio Paulistano*, que defendeu que “cumpre a província de São Paulo expurgue-se sem a menor perda de tempo, do escravo, e que, por si própria trate de equipará-lo ao trabalhador livre”⁴⁶⁹. Ou seja, mesmo com a forte defesa da mão de obra europeia, vozes dissonantes ecoavam em espaços de poder importantes, como a imprensa conservadora. Além de clamar pela adoção de um sistema de meios para que o escravo não deixasse a terra e acreditasse que teria vantagens equivalentes às dos imigrantes, o texto do jornal também escreveu sobre a instituição de salários mesmo com a escravidão ainda respaldada pela lei, a fundação de associações particulares para a libertação e por fim, a exaltação da “raça negra, capaz de todos os sentimentos nobres, como as raças civilizadas”⁴⁷⁰.

⁴⁶⁹Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no *Correio Paulistano* 16/11/1887, pág 1

⁴⁷⁰Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no *Correio Paulistano* 16/11/1887, pág 1

Perto do fim do regime escravista no país, além da imprensa, a assembleia legislativa também se movimentava para adoção de medidas urgentes que visassem amenizar os impactos do fim do trabalho escravo e se reuniu em ação inédita até então: todos os partidos com representação assinaram um projeto de lei que propunha a contratação da Sociedade Promotora da Imigração para a introdução de cem mil imigrantes de procedência europeia, açoriana e canariense, atendendo assim, as necessidades da lavoura. Segundo o projeto, o governo pagaria as passagens daqueles que viessem com todos os membros da família ou mães e filhos que chegassem na província para encontrarem os maridos. O auxílio seria pago diretamente aos imigrantes e o financiamento desta lei seria feito pelo poder executivo provincial a partir de operações de crédito⁴⁷¹.

Segundo Ivison Poletto dos Santos, a Sociedade Promotora da Imigração foi formada por fazendeiros interessados em resolver o problema da mão de obra em suas fazendas. Criada em julho de 1886, dentre os membros mais importantes que tinham seus nomes registrados na lista de sócios estavam Antônio da Silva Prado, Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho, Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, José Luiz de Almeida Nogueira, Delfino Pinheiro Ulhôa Cintra, Joaquim Lopes Chaves e Bento Francisco de Paula Souza, além da atuação importante de Martinho Prado Júnior, principal idealizador, formador e porta-voz da instituição⁴⁷². Santos afirma que, na prática, a presença desses políticos na composição da sociedade permitia a solicitação e aprovação dos contratos com o governo provincial. Martinho, político que apresentou o projeto de lei para vinda de imigrantes em 1884 e que autorizava a contratação de sociedades privadas, já imaginava conseguir o apoio do poder público para a tarefa de fornecer braços para a lavoura de café. Para o autor, se tratava da gestação do que seria a Sociedade Promotora de Imigração⁴⁷³.

Mesmo com o alistamento de inúmeros políticos para a Sociedade Promotora da Imigração e com a formação de uma espécie de “frente ampla” para a importação de mão de obra, o projeto de lei não passou sem discussão. O deputado conservador José Luiz de Almeida Nogueira tentou convencer seus colegas de que a exigência de imigrantes europeus, açorianos e canarianos deveria ser suprimida, já que, segundo ele, a imigração chinesa precisava ser levada em consideração e perguntou o deputado em sessão às vésperas da abolição da escravidão

⁴⁷¹ Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1888, sessão de 13 de janeiro de 1888, pág 14.

⁴⁷² SANTOS, Ivison Poletto dos. *O Público e o Privado nas Sociedades de Imigração: o caso da Sociedade Promotora de Imigração (1886 a 1895)*. Sociedade em Debate, Pelotas, 14 (2): 55-69, jul-dez./2008, pág 60.

⁴⁷³ Idem, pág 62

Quais são os argumentos que habitualmente são opostos a essa imigração? Considero o argumento de ordem estética como inteiramente pueril. A beleza da raça, essa não é uma consideração séria que deva ser trazida à assembleia, tanto mais que seria uma questão de apreciação inteiramente relativa. Além de que a antropologia tem demonstrado que o cruzamento das raças é favorável ao desenvolvimento estético do homem⁴⁷⁴.

Segundo Almeida Nogueira, “para o futuro da nacionalidade brasileira” a imigração chinesa poderia significar um “mal resultado”, no entanto, ele afirmou que o uso de asiáticos na lavoura deveria servir como transição do trabalho “passivo, como o do africano e seus descendentes, para o serviço de um homem livre e independente”. O deputado defendeu que o chinês era um “grão acima” do africano e que sua introdução poderia aumentar a concorrência da mão de obra no país e assim “frear os ideais socialistas que têm se desenvolvido na Europa e podem chegar ao Brasil”⁴⁷⁵.

Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho foi o deputado que discursou contra a ideia de Almeida Nogueira. Para ele o chinês era “uma raça inferior, [não] satisfaz absolutamente o progresso da província porque ela não se funde, não se amalgama, não sofre a mestiçagem das outras raças”. Além disso, acrescentou que em todos os lugares que foram introduzidos chineses para o trabalho, esses deixaram péssimos vestígios e estado de “incompleta civilização, [já que] estão em estágio intermediário entre a escravidão e a liberdade”. Para solucionar o problema da escravidão no país, era necessário “desaparecer todos os vestígios de que a escravidão pudesse se rodear” e não desenvolver estratégias transitórias, defendeu o deputado. O político ainda afirmou que era “um fanático” da imigração italiana, porque, segundo ele, eram homens que auxiliavam grandemente a lavoura e isso, era confirmado por políticos norte-americanos que estavam, na época, importando imigrantes italianos⁴⁷⁶.

Os projetos para introdução de chineses em São Paulo foram tema em diferentes momentos desde o início da década de 1880. Emília Viotti da Costa explica que se digladiavam na assembleia legislativa provincial dois grupos, os favoráveis e os contrários, que pertenciam a todos os espectros políticos já que o argumento racialista era o mais frequentemente levantado, como anteriormente mostrado. Os deputados favoráveis argumentavam que os *chins* eram mais dóceis, constituíam mão de obra mais barata que viria substituir com vantagens o europeu, até que todos os escravizados fossem libertados, além da imigração chinesa ser a salvação da lavoura com relação às consequências da lei de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre.

⁴⁷⁴Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1888, sessão de 17 de janeiro de 1888, pág 31-32.

⁴⁷⁵Ibidem

⁴⁷⁶Ibidem, pág 34

Na imprensa conservadora, alguns artigos defendiam a imigração asiática, mesmo assim, sem economizar críticas aos trabalhadores que, segundo os textos, não eram os que “hão de felicitar a província no futuro, mas que se tornaram infelizmente imprescindíveis no presente”, já que “temos, a todo transe, de dar um golpe mortal na escravidão [...] e nas condições econômicas e políticas do país, só permitem, como solução prática a vinda de coolies”⁴⁷⁷. Já os deputados contrários, afirmavam que os *coolies* já introduzidos no Brasil mostravam a má qualidade daquele povo uma vez que haviam se tornado ladrões e mercadores de peixes.⁴⁷⁸ Os projetos para a imigração de chineses debatidos na assembleia paulista não vingaram.

Segundo Victor Hugo Luna Peres, os estereótipos negativos e um sistema de coerção que tornava bastante penosa a estadia dos trabalhadores nas fazendas, foi o maior gerador de conflitos e responsável por minar os anseios de políticos e plantadores que se posicionavam favoravelmente a vinda de chins para trabalhar nas lavouras⁴⁷⁹. Além disso, por mais que difundida a ideia de “transição do trabalho”, o autor defende que muitos proprietários entendiam o sistema de contrato desses trabalhadores como uma possibilidade de continuidade do trabalho compulsório, que servia apenas enquanto perdurasse a escravidão africana⁴⁸⁰.

Além das propostas de imigração chinesa durante as discussões da lei assinada por todos os partidos, outro ponto importante levantado pelos deputados foi a atuação do governo provincial. Para o liberal Manoel Joaquim Albuquerque Lins a imigração em São Paulo era “toda feita por conta do governo provincial” e, segundo ele, o governo geral se eximia da responsabilidade de acumular funções para a promoção da imigração no Império como um todo. Jaguaribe também discursou em sintonia com a fala de Albuquerque Lins quando, além de concordar com o colega de legislatura, fez um pedido ao governo geral pela demarcação de terras devolutas para facilitar a imigração espontânea. Afirmou que “assim como na província de São Paulo adiantou-se as suas irmãs na questão do elemento servil, a ela cabe o dever de organizar a sua legislação criando uma lei de terra”⁴⁸¹.

A lei aprovada autorizou o governo da província a contratar com a Sociedade Promotora da Imigração a vinda de cem mil imigrantes europeus, açorianos e canarianos,

⁴⁷⁷Discursos da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo publicados no Correio Paulistano 13/07/1881, pág 1

⁴⁷⁸COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. Op. Cit., pág. 183

⁴⁷⁹PERES, Victor Hugo Luna. *Os “chins” nas sociedades tropicais de plantação: estudo das propostas de importação de trabalhadores chineses sob contrato e suas experiências de trabalho e vida no Brasil (1814-1878)*. Op. Cit., pág 160

⁴⁸⁰Idem. Pág 162

⁴⁸¹Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, 1888, sessão de 24 de fevereiro de 1888, pág 336.

segundo as necessidades da lavoura e a boa localização dos imigrantes, de acordo com a redação da norma. A província pagaria pelas passagens dos imigrantes e teriam direito os estrangeiros casados ou pais com filhos que se reuniriam com o restante da família já residente no país, além dos indivíduos que, por conta própria, se dirigissem à lavoura ou aos núcleos coloniais. Mesmo que grande parte dos artigos fossem de bandeiras defendidas, principalmente, por monarquistas, ao longo da década de 1880, a lei aprovada contou com a assinatura de todos os partidos da assembleia e o debate também não ocasionou mudança significativa no projeto apresentado, fruto, provavelmente de um acordo entre os legisladores, preocupados com o iminente fim da escravidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extinção do trabalho escravo e a substituição dos braços nas fazendas foram temas que ocuparam muitas páginas dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo. Durante todo o período monárquico, os debates parlamentares paulistas apontavam o grande receio que pairava sobre a elite a respeito da libertação dos escravizados e dos modelos de atração de trabalhadores livres para São Paulo. Esta pesquisa esteve pautada em entender as tentativas de substituição do trabalho escravo pelo livre levada a cabo pelos políticos paulistas durante o período Imperial em São Paulo, com foco nas disputas entre diferentes propostas debatidas no legislativo e na imprensa paulista. Além de procurar compreender os motivos da aplicação de determinadas políticas em detrimento de outras e/ou da não efetivação de outras leis e regulamentos, mesmo depois de aprovados pelo conjunto de deputados provinciais.

As Assembleias Legislativas Provinciais, órgãos que segundo o modelo teórico que esta pesquisa se orientou, eram as instituições que representavam a autonomia local, começaram a funcionar a partir de 1835 quando o Ato Adicional entrou em vigor. Se por um lado, a instalação permitiu a expansão do caráter representativo da monarquia, também deu maiores poderes aos representantes provinciais, favorecendo assim, as elites econômicas das províncias. O caso estudado neste trabalho, da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, contribui para a reflexão sobre a dinâmica partidária que influía nas decisões tomadas na tribuna, sobre como os poderes locais se relacionavam com os poderes gerais e como questões de âmbito Imperial respingaram nas províncias. Inicialmente instalada no Pátio do Colégio, a Assembleia de São Paulo inaugurou seus trabalhos em 2 de fevereiro de 1835. Os discursos legislativos analisados nas páginas anteriores e a legislação provincial, se por um lado nos permitiram entender as lógicas de pensamento, aproximações e distanciamentos entre os deputados paulistas na introdução do trabalho imigrante na província, por outro, contribuiu para a compreensão da atuação dos políticos paulistas no Paço da Assembleia Provincial com foco nas principais discussões sobre a substituição de escravos e importação de europeus.

A documentação chave para este trabalho foram os debates da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, o que permitiu uma análise dos discursos dos políticos além do confronto entre o que era dito e outras versões dos mesmo fatos narrados, tendo em vista dados também analisados como a imprensa da época de ambos os partidos, Liberal e Conservador, relatórios de presidentes de província, projetos de leis e textos de leis aprovadas, relatos de personagens importantes para a temática como o famoso imigrante Thomas Davatz

e o viajante suíço J. J. Von Tschudi, além da bibliografia sobre o tema já conhecida. A análise documental dos registros da atividade legislativa do período monárquico paulista encontrou uma grande lacuna nos debates parlamentares entre os anos 1835 e 1850, o que não nos permitiu analisar as posições dos deputados, configurações de forças na assembleia ou distribuição do poder provincial. No entanto, a análise de leis e pequenos fragmentos em jornais diversos, nos permite concluir que, no final da década de 1840, teve início não só um período de aumento nos pedidos de financiamento, mas também foi objeto de discussão o Sistema de Parceria, idealizado por Nicolau Pereira Campos Vergueiro.

Foi possível identificar que os Vergueiro tinham fortes laços com os políticos paulistas e deputados gerais, entretanto, os motivos que levaram a empresa a ser favorita nas negociações de imigrantes e receber verbas para a vinda de estrangeiros não foram encontrados na documentação ou registros consultados pela pesquisa. Uma questão bastante interessante a ser explorada pelos próximos pesquisadores da área, pode ser, como os Vergueiro conseguiram se tornar referência na importação de mão de obra? O poder econômico e a enorme influência no meio político podem nos ajudar a entender, mas não explicam sozinhos, a decisão do governo, principalmente paulista em financiar parte das atividades mesmo que com empréstimos da Vergueiro & Cia.

Após o protagonismo e posterior ocaso dos Vergueiro nas décadas de 1840 e 1850, a documentação legislativa e parte do debate parlamentar da década entre metade dos anos 1850 e início dos anos 1860 nos permitiu identificar outros projetos para a vinda de imigrantes e vozes dissonantes, além da mudança de posição de alguns atores antes defensores da família Vergueiro que com as inúmeras denúncias de imigrantes e notícias vindas da Europa passaram a criticar não só na tribuna como na imprensa a atuação dos filhos do senador. Embora os partidos não se mobilizassem na defesa irrestrita de uma pauta, houve certa coerência partidária em torno de projetos na medida em que deputados de um mesmo partido se juntavam e defendiam na tribuna suas proposições.

Entre os anos 1850 e 1860, com a consulta da documentação na íntegra, sem lacunas, também foi possível identificar as lideranças na ala conservadora e liberal. Queiroz Telles e Antônio Ribas defendiam ideias conservadoras e representavam os fazendeiros de grande poder na província de São Paulo, na ala liberal Ribeiro de Andrada e Carrão, parlamentares que muitas vezes monopolizaram o debate e angariaram o apoio dos demais deputados, tinham apoio entre os comerciantes e profissionais liberais, além de fazendeiros.

O apoio à imigração era amplo entre os deputados em meados dos anos 1850. Ambos os partidos discursavam a favor de trazer colonos europeus para o trabalho nas lavouras. Os debates, no entanto, estavam centrados em como isso deveria ser feito: se a assembleia provincial financiaria ou não, se a casa Vergueiro era a melhor opção ou até mesmo, se não era mais vantajoso usar meios de atrair trabalhadores nacionais para as fazendas. No decorrer da década, com debates mais avançados, o Partido Conservador passou a se colocar contrário a qualquer medida levantada pela província para vinda de imigrantes, alegando ser responsabilidade do governo geral e para isso, evocando o Ato Adicional que por muitas vezes foi interpretado da maneira que mais favorecia o discurso do deputado em questão. O que não se aplicava ao Partido Liberal, que invariavelmente defendeu o financiamento provincial. O partido liberal só abandonou a defesa da imigração no final da década, quando depois de encontradas inúmeras irregularidades na atuação dos Vergueiro, empresa que os liberais sempre defendiam, passaram a defender o trabalho livre nacional.

A nomeada *colonização nacional* pelos deputados passou a ser a política defendida principalmente na legislatura de 1858-1859. Diante do desânimo dos fazendeiros pela imigração estrangeira, essa estratégia foi defendida como meio do progresso na província. A colonização diminuta não era o bastante para suprir os braços escravos e a falta de braços atrelada ao fim do tráfico negreiro e do tímido resultado do sistema de parceria eram os principais argumentos levantados pelos defensores da utilização de brasileiros para o trabalho nas fazendas. Mesmo assim, a defesa da contratação de nacionais também não empolgou os deputados e fazendeiros, principalmente pelo forte apego ao sistema escravista.

O acirramento nas discussões e a maior preocupação dos deputados com a questão da mão de obra estavam associados ao impacto da abolição do tráfico ilegal de escravos, em 1850, já que os debates mais acalorados se encontram registrados no início da década. Além disso, o esfriamento da questão da vinda de estrangeiros no final da década, não só indica que a elite política encontrou outra forma de prover a província de mão de obra, como entendeu que a imigração da maneira pela qual estava sendo levada adiante não servia aos interesses econômicos de então.

Mesmo assim, as propostas levantadas no decorrer da década de 1850, aprovadas ou não, revelam tentativas de resolução do problema servil na província e nos ajuda a entender de que forma se estruturou o debate em torno da imigração em São Paulo. As preferências dos cidadãos que seriam inseridos e a maneira pela qual se faria a vinda desses trabalhadores são alguns dos temas que permite compreender o projeto de imigração implementado como resultado de debates e negociação no interior da elite política paulista, contemplando

divergências e propostas alternativas. Estas discussões tiveram como fórum privilegiado a Assembleia Legislativa Provincial e a imprensa, em disputas que envolviam não apenas concepções distintas, mas os meios materiais para efetivá-las.

A discussão sobre a mão de obra e sua substituição aparece num contexto de alargamento da autonomia provincial, nos debates da assembleia provincial, e teve atenção especial logo que encerrado o tráfico negreiro. Após uma década de intensas discussões no plenário, elegendo a vinda de estrangeiros como caminho possível para solução da questão, em 1860, houve um brusco abandono da pauta imigrantista e do trabalho nas fazendas que pareceu indicar que o conjunto dos deputados provinciais havia encontrado outra opção para substituir os escravos. O tema só voltou a ser encarado como uma urgência no final dos anos 1860.

Enquanto o fim do tráfico negreiro impôs a necessidade urgente de engajar colonos europeus nas lavouras, na década de 1850, o ocaso do sistema de parceria estabeleceu uma outra realidade que procurou criar outras soluções como o recrutamento de trabalhadores nacionais e a aposta na participação mais efetiva do Governo Geral, ou até mesmo, no total abandono da pauta da mão de obra, considerando apenas a modernização tecnológica e o escoamento da produção. O tráfico de escravos oriundos de outras regiões do país teve papel significativo para o investimento tímido no trabalho livre. Além disso, os partidos tinham concepções diversas sobre os caminhos que a província deveria seguir.

A transferência de escravos entre as províncias e dentro das províncias ganhou bastante força após a proibição do tráfico e teve papel importante na obtenção de trabalhadores para as fazendas paulistas na década de 1860, um dos motivos pelos quais este trabalho entende que os deputados passaram a tratar o problema da mão de obra com menos urgência na década citada. Sobre os anos de 1860, a bibliografia identificou que o comércio de escravos possuía um certo dinamismo econômico vinculado ao avanço da atividade cafeeira. Com maior número de escravos negociados e predominância de homens adultos jovens com os mais altos preços médios, algumas localidades de São Paulo tinham preferência, sobretudo de escravos oriundos do Norte do Império. O tráfico interprovincial, como foi chamado, teve impacto não só nas atividades dos deputados, mas na configuração populacional da província de São Paulo. Os dados consultados por este trabalho indicam um aumento da força de trabalho negra no período. Além disso, foi possível compreender como as elites regionais se articularam em torno da compra e venda de escravos e tiveram como resultado o acirramento das diferenças entre as províncias. Dessa maneira, o contingente de

escravos transferidos do norte para o sul provocou grande desequilíbrio econômico entre as regiões.

Só no final da década de 1860 é que a imigração volta a ser um assunto importante para os deputados paulistas. Em meio a inúmeras medidas para contenção do tráfico de escravos de outras províncias, o governo geral passou a autorizar o pagamento de passagens de colonos europeus interessados em emigrar para o Brasil e, em decreto, salientou que as assembleias provinciais poderiam legislar sobre a colonização, inclusive o modo de distribuir os lotes. O debate em torno de como o Império e as províncias deveriam legislar com relação à vinda de estrangeiros fez surgir um embate entre dois modos distintos e que predominaram nas falas dos políticos de ambos os partidos. Tratava-se da *imigração* e da *colonização*, denominações que tinham significados diferentes e que ganharam diferentes adeptos. A primeira se referia aos estrangeiros que vinham ao Brasil com capitais e se estabeleciam independentemente de ajuda governamental, embora esta fosse frequentemente requerida. Eram, em sua maioria, lavradores que compravam um pequeno lote de terra e se estabeleciam como pequenos fazendeiros. Já a *colonização*, dizia respeito aos que vinham trabalhar no lugar de escravos nas fazendas, ou seja, camponeses pobres que necessitavam de empréstimos e ajuda do governo ou de particulares para se estabelecerem no Brasil, até mesmo para compra de ferramentas e itens de vestuário. A defesa desses dois modelos variava conforme o espectro político.

Grande parte do Partido Liberal na assembleia defendia a *imigração*. Outros, via imprensa, defendiam a *imigração* e a *colonização*. Já os conservadores defendiam a *colonização*, por acreditarem ser uma modalidade que traria benefícios à província. Por isso, na época em questão, passaram a discursar a favor da vinda de imigrantes norte-americanos derrotados na Guerra Civil que terminou em 1865 que possuíam recursos para investir no país e poderiam comprar terras no Brasil. Se por um lado, os liberais se faziam ouvir principalmente pela tribuna naquela década, os conservadores usaram mais a imprensa para convencer seus eleitores.

Este importante debate ainda na década de 1860, que tratava da vinda de famílias de derrotados da guerra civil norte-americana para São Paulo, foi tema de diversas discussões na casa legislativa paulista. A análise da imprensa conjuntamente aos discursos da assembleia provincial nos permitiu concluir que havia posições claras entre os políticos e divergências dentro de um mesmo partido. Havia os liberais mais moderados que defendiam a vinda dos

norte-americanos e viam de maneira benéfica à província o estabelecimento de pequenas propriedades, sendo esses imigrantes responsáveis pela transferência de capitais ao Brasil e, de certa forma, de técnicas de cultivo. Na imprensa, inclusive, essa era a posição defendida pelos meios de circulação liberais, ou seja, seria possível atrelar a vinda de estadunidenses com o desenvolvimento da pequena propriedade e da substituição gradual do modelo de agricultura escravista para um baseado no trabalho livre, mesmo que contrários à vinda de colonos pobres e sem recursos para se estabelecer no país. Já uma ala dos liberais mais radicais, não representada na imprensa, defendia que a vinda de imigrantes dos Estados Unidos seria como ratificar a escravidão no Brasil e em nada contribuiria com o país, interessado em abolir a escravidão. A saída era abrir caminho para a colonização dos que queriam trabalhar e não aos que representavam uma instituição que já estava com dias contados. Por outro lado, os conservadores, que se faziam ouvir principalmente pela imprensa, já que no período analisado não foi possível identificar uma posição clara na assembleia provincial, defendiam o apoio incondicional aos fazendeiros americanos que desejavam se estabelecer em São Paulo, uma vez que trariam recursos, técnicas agrícolas e prosperidade à província. Para essa corrente política, o governo não deveria auxiliar colonos pobres, nem mesmo estabelecer políticas de financiamento para o estabelecimento de estrangeiros em colônias ou pequenas propriedades.

Apesar da euforia em torno do tema e da vinda e formação de colônias em São Paulo de fazendeiros norte-americanos, como analisado neste trabalho, como um efeito dominó que é interrompido pela metade, o debate logo perdeu protagonismo no plenário da casa e foi substituído pela necessidade de substituição dos braços escravos, tema considerado de urgência pelos deputados e, na década de 1870, encarado com mais frequência pelo plenário.

Os movimentos políticos na assembleia legislativa na década de 1870 indicaram a evidente e forte relação da agenda imigrantista aos assuntos relacionados a escravidão e, por parte de uma parcela da sociedade, a abolição do trabalho escravo. No discurso, foi unânime a defesa do fim do regime escravista, assim como na imprensa da época, mesmo assim, na discussão dos projetos ficava clara a posição de cada político, seja a partir do uso de estratégias para embaraçar a aprovação ou o contrário. Embora enfrentando grande resistência, algumas medidas de controle e modelos para a transição do trabalho começaram a entrar em pauta, muito mais do que em qualquer outro tempo da história paulista.

Dentre os modelos, podemos destacar pelo menos três que tiveram atenção quando levantados em forma de discurso pelos deputados paulistas: a proibição do tráfico do norte do país tendo como consequência natural o fim da escravidão já que a reposição dos braços seria cancelada, defendida por políticos de ambos os partidos; a transição gradual da mão de obra com a substituição dos braços escravos por imigrantes europeus, defendida principalmente por políticos conservadores e liberais moderados; e, a abolição imediata, com indenização ou não, defendida por políticos mais radicais, principalmente do Partido Liberal.

O equilíbrio entre os poderes centrais e provinciais, até então observados durante os períodos estudados, também começou a ser discutido pelos legisladores paulistas. A relação entre o poder legislativo e o poder executivo era fortemente levantada em meio às discussões sobre a vinda de trabalhadores livres e a extinção do trabalho escravo. As assembleias legislativas provinciais eram compostas por deputados que integravam a elite política da província, enquanto o presidente da província era nomeado pelo governo central. No entanto, havia alguns limites para o exercício do poder executivo das províncias.

Na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo a disputa sobre os efeitos da lei do ventre livre e sua aplicação e os embates entre deputados e o poder executivo se tornaram mais frequentes logo depois da abertura do ano legislativo de 1872. Pedidos de informações, acusações e rachas entre os partidos foram observados na década de 1870 associados principalmente, a libertação dos ventres escravos e como reflexo das reorganizações partidárias identificadas também na política Imperial da década.

Já na década de 1880, outros personagens entraram em jogo e novos modelos começaram a frequentar a agenda política dos paulistas. Além disso, a reorganização dos partidos indicou um movimento sem volta. A atuação do Partido Republicano fez os partidos liberal e conservador atuarem juntos na pauta imigrantista para obterem força suficiente e conseguirem barrar projetos polêmicos dos políticos republicanos. Os republicanos paulistas pautavam principalmente o fim da escravidão urgente, a vinda de imigrantes com o pagamento de passagens na hospedaria da capital e a não distinção da nacionalidade dos imigrantes, evidenciando assim, a necessidade de braços para o trabalho nas lavouras, independente da origem. Já os monarquistas, defendiam que os escravos deveriam ser libertados gradualmente e que as passagens dos imigrantes, mesmo pagas pelo governo, não eram a prioridade, já a criação de núcleos coloniais era a política que deveria ser levada a diante. Além disso, eram defensores da vinda de europeus para a miscigenação com os brasileiros e para a criação de uma nova classe de pequenos proprietários.

A *questão da emancipação*, naquela altura, já ilustrava até as páginas de periódicos conservadores como o *Correio Paulistano* e mesmo com a forte defesa da mão de obra europeia por esses políticos, vozes dissonantes ecoavam em espaços de poder importantes. Clamavam pela adoção de um sistema de meios para que o escravo não deixasse a terra e acreditasse que teria vantagens equivalentes às dos imigrantes, defendiam a instituição de salários mesmo com a escravidão ainda respaldada pela lei, a fundação de associações particulares para fomento da imigração como a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, e outras para a libertação de escravos ou para arrecadação de fundos de emancipação.

Perto do fim do regime escravista no país, além da imprensa, a assembleia legislativa também se movimentava para adoção de medidas urgentes que visassem amenizar os impactos do fim do trabalho escravo e se reuniu em ação inédita até então: todos os partidos com representação assinaram um projeto de lei que propunha a contratação da Sociedade Promotora da Imigração para a introdução de cem mil imigrantes de procedência europeia, açoriana e canariense, atendendo assim, às necessidades da lavoura. A atitude inédita não só apontava para o iminente fim da monarquia, mas também para o caminho sem volta que os deputados de todos os partidos assumiram seguir: o fim do trabalho escravo no Brasil. Se nem todos os projetos e ideias discutidas vingaram cabe a este trabalho lançar algumas questões que ficam para o debate. Por que os políticos se uniram em uma pauta comum no final do Império? A urgência para vinda de braços foi a justificativa da tomada de decisão sem debate? As discussões anteriores que apontavam divergências dos modelos foram superadas pela urgência em trazer braços mesmo que fossem alocados em modelos de colonização ou imigração diferentes dos defendidos pelos políticos? Até o ano de 1888, os discursos legislativos não puderam responder a essas questões, mas, sem dúvida, o período republicano poderá nos dar pistas e caminhos de respostas.

BIBLIOGRAFIA

Acervos consultados:

Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Hemeroteca Digital Brasileira - Biblioteca Nacional Digital, Fundação Biblioteca Nacional

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Teses e dissertações:

BASSETO, Sylvia. *Política de mão-de-obra na economia cafeeira do oeste paulista*. Tese de doutorado apresentada à FFLCH/USP, São Paulo, 1992.

DANIELI Neto, Mario. *A escravidão urbana em Campinas: a dinâmica histórica e econômica do trabalho escravo no município em crescimento (1850-1888)*, 2001. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

ELIAS, Maria José. *Os debates sobre o trabalho dos chins e o problema da mão-de-obra no Brasil durante o século XIX*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH-USP, São Paulo, 1972.

FRANÇA, Thiago de Novaes. *A substituição da mão-de-obra escrava e a opção pela Grande Imigração no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Economia apresentado à PUC-SP, São Paulo, 2008.

GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração européia para o Novo Mundo*. Tese de doutorado apresentada à FFLCH/USP, 2008.

MORENO, Alessandra Zorzetto. *Propostas imigrantistas em meados da década de 1860: a organização de associações de apoio a imigração de pequenos proprietários norte-americanos: análise de uma colônia*. Dissertação (mestrado) - UNICAMP, SP, 2000.

PAZIN, Marcia Cristina de Carvalho. *Produção Documental do Legislativo no Império – gênese e tipologia: o caso da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1889)*. São Paulo: 2005. Dissertação de mestrado em História apresentada à FFLCH/USP

PERES, Victor Hugo Luna. *Os “chins” nas sociedades tropicais de plantação?: estudo das propostas de importação de trabalhadores chineses sob contrato e suas experiências de*

trabalho e vida no Brasil (1814-1878). Dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. Tese de doutorado apresentada à FFLCH/USP, 2005

SOUZA, Carolina Lima. *As primeiras experiências com o trabalho livre imigrante em Campinas no século XIX*. Dissertação de mestrado apresentada a IFCH-UNICAMP, Campinas, 2008.

SANTOS, Iverson Poletto dos. *A sociedade promotora de imigração e o financiamento público do serviço de imigração (1886-1895)*. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH/USP, 2007.

SILVA, Célio Antônio Alcântara. *Quando mundos colidem: a imigração confederada para o Brasil (1865-1932)*. Dissertação (mestrado) - UNICAMP, SP, 2007.

THALASSA, Ângela. *Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna - O jornal que não ladra, não cacareja e não morde*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. *Nem Brás, nem flores: Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886)*. São Paulo, 2013. Dissertação de Mestrado em História – FFLCH-USP

ZORZETTO, Alessandra Ferreira. *Propostas Imigrantistas em meados da década de 1860: a Organização de Associações de Apoio à Imigração de pequenos proprietários norte-americanos - Análise de uma colônia*. Dissertação: Mestrado, Unicamp, 2000.

Livros e publicações:

ALENCASTRO, Luiz F. *Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872*. LF Alencastro. Novos estudos CEBRAP 21, 1988.

ALENCASTRO, Luiz Felipe e RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, Fernando. *História da vida privada no Brasil: Império*. – Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Máira Chinelatto. Crimes de escravos e os caminhos da autonomia. Campinas, 1876. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.). *Tornando-se Livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Edusp, 2013

ALVIM, Z. M. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARROS, Mariana M. e MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (eds) *Coleção: O Brasil Imperial*, vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Pág. 53-119.

BEIGUELMAN, Paula. *A Grande Imigração em São Paulo I e II*. Revista de Estudos Brasileiros, São Paulo: Edusp, 1968.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. Brasiliense: São Paulo, 1982.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: Aspectos políticos*. 3ª Ed. São Paulo: Edusp, 2005.

CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia, 1950.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 5ª Edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo - Brasil, 1870-1891. Belo Horizonte: Revista Varia Historia, vol. 27, nº 45, jan/jun 2011.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil – 1850-1888*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

- COSTA, Emília Viotti. *A Abolição*. 8ª edição, São Paulo: Editora UNESP, 2008
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 5. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- DANTAS, Monica Duarte e COSTA, Vivian Chieregati. *O “pomposo nome de liberdade do cidadão”: tentativas de arregimentação e coerção da mão-de-obra livre no Império do Brasil*. Revista de Estudos Avançados, 30 (87), 2016.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880 – 1945)*. 3 ed. São Paulo: DIFEL; 1977
- DAVATZ, Thomas, *Memórias de um colono no Brasil*. Edusp & Itatiaia, 1980.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. Globo: São Paulo, 2005.
- DYSARZ, Caiubi Martins. *De Ibicaba a Superagui: aproximações entre a imigração dedicada à grande lavoura e a colonização havida no Paraná*. Revista de História Regional 23(1): 169-191, 2018
- EGAS, Eugênio. *Galeria dos presidentes de São Paulo*. Publicação do Estado de São Paulo, V1 1926.
- EISENBERG, Peter. Parte III: Livres, libertos e escravos. In: *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- FALEIROS, Rogério Naques. *Fronteiras do Café*. Bauru: EDUSC, 2010.
- FALEIROS, Rogério Naques. *Do escravo ao imigrante: cafeicultura e relações de trabalho em São Paulo no século XIX*. Leituras de Economia Política, Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP, 2000
- FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, Fapesp, 1991
- FERLINI, Vera Lucia Amaral e FILLIPINI, Elizabeth. *Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica*. Revista brasileira de História, São Paulo, v. 13, nº 25/26, set 92/ago 93.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *Os republicanos e a abolição*. Revista Sociologia Política, Curitiba, 27, nov. 2006.

FRANÇA, Carlos Eduardo. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

FREITAS, Sônia Maria de. *E chegam os imigrantes... (o café e a imigração em São Paulo)* 2ª Ed, São Paulo, 1999.

GONÇALVES, Paulo Cesar. *Migração e mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GABLER, Louise. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)*. Cadernos MAPA, N. 4, Memória da Administração Pública Brasileira: Rio de Janeiro, 2012.

GABLER, Louise. *Inspetoria-Geral das Terras e Colonização*. Cadernos MAPA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

GRAHAM, Richard. *Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil*. Afro-Ásia, núm. 27, 2002, UFBA: Brasil.

HALL, Michael e STOCKLE, Verena. *A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo*, in: Revista Brasileira de História. São Paulo, 1983.

HEFLINGER JR., José Eduardo. *O sistema de parceria e a imigração europeia*. Limeira: Unigráfica, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Tomo II – Vol. 3: O processo de emancipação. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. T. II: O Brasil monárquico. V. 5: Do Império à República*. São Paulo: Difel, 1985.

HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café*. Paz e Terra: São Paulo, 1984.

HOLLOWAY, Thomaz. *Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1815-1915*. Estudos Econômicos, vol. 2, nº 6, São Paulo, 1972

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. São Paulo: Editora Papirus, 1988.

LAPA, José R. do Amaral. *A economia cafeeira*. 6º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *Da escravidão ao trabalho livre. Brasil 1550-1900*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

LEME, Mariza Saenz. *São Paulo no I Império: poderes locais e governo central*. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles, PRADO, Maria Ligia Coelho, JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. Duprat & Comp: São Paulo, 1903, Volume II.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005

MAMIGONIAN, Beatriz. O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. *Almanack* – revista eletrônica, Guarulhos, n. 2, 2º semestre de 2011.

MARCONDES, Renato Leite. *A propriedade escrava no Vale do Paraíba Paulista durante a década de 1870*. Revista de Estudos Históricos, v. 1 n. 29 (2002): Economia e Sociedade.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Capitalismo, Escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX*. Saeculum – Revista de História [29]; João Pessoa, jul./dez. 2013.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MENDES, Felipe L. Ribeiro. *Ibicaba revisitada outra vez: espaço, escravidão e trabalho livre no oeste paulista*. An. mus. paul. [online]. 2017, vol.25, n.1.

MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além – o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012.

NOZOE, Nelson; BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo e SAMARA, Eni de Mesquita. *Os refugiados da seca: emigrantes cearenses, 1888-1889*. São Paulo, Campinas: NEHD, NEPO, CEDHAL, 2003

ODALIA, Nilo e CALDEIRA, João Ricardo de Castro. (orgs) *História do Estado de São Paulo/A Formação da Unidade Paulista*. Editora Unesp, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial: São Paulo, 2010.

PEREIRA, Maria A. Franco e FARIA, Luiz H. Portela (orgs.). *Santos na modernidade capitalista (1870-1930): Novas abordagens e releituras de velhas fontes*. São Paulo: E-modernidade, 2019.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. Imigração assalariada. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo 2, v. 3: O Brasil monárquico. São Paulo: Difel, 1976.

RODRIGUES, Olavo. *História da Imprensa de Santos*, Santos: Ed. do Autor, 1979.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA DIAS, Maria Odila da. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005.

SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1996.

STOLCKE, Verena. *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo*. Revista Brasileira de História, São Paulo, 1983.

TSCHUDI, J. J. Von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Biblioteca Histórica Paulista, Vol. 5. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A. 1953.

VIEIRA, David Gueiros. *O problema do direito civil do imigrante e a queda do Gabinete de Olinda, 1866*. Revista de informação legislativa. Universidade de Brasília, out-dez, 1974.